



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

Concorrência eletrônica n° _____

Processo N°: 39.072/2024	Fundamento Legal: Lei Federal nº 14.133/2021
Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços técnicos visando o desenvolvimento de estudos e modelagens para a estruturação de projeto de Concessão dos serviços de gestão, gerenciamento e manejo dos resíduos sólidos urbanos do município de São Gonçalo.	Critério de Julgamento: Melhor Técnica e Preço
Execução Data/Horário:	Local de Realização: https://www.gov.br/compras/pt-br (Portal Nacional de Compras Públicas)
Período para Disponibilização das Propostas no Local de Realização:	Do dia _____ a partir das _____ h até o dia _____ às _____ h

1. INTRODUÇÃO

1.1. O MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, por meio da Secretaria Municipal de Conservação, torna público que fará realizar licitação, sob a modalidade de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, por meio eletrônico, pelo critério de julgamento *melhor técnica e preço*, para a realização, sob o regime de *Empreitada por Preço Unitário*, dos serviços de engenharia devidamente descritos, caracterizados e especificados no Projeto Básico, na forma da lei.

1.2. A presente licitação se rege por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas de caráter geral da Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 –

Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como pelos Decretos Municipais nº 080/2023, 081/2023, 083/2023, 084/2023, 085/2023, 086/2023, 087/2023, 089/2023, 119/2023, 520/2023, preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

1.3. A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo utilizado o Sistema COMPRASNET, disponibilizado e processado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> (Portal Nacional de Compras Públicas), mantido pelo Governo Federal, para que as licitantes interessadas se submetam, devendo providenciar o seu credenciamento junto ao referido sistema, no sítio antes indicado, para obtenção da chave de identificação e da senha, antes da data determinada para a realização da Concorrência Eletrônica.

1.4. As alterações/retificações realizadas de forma fundamentada, e devidamente publicadas, vincularão todos os participantes a se submeterem às regras estabelecidas no Edital.

1.5. A licitação que é objeto do presente Edital poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse público, sem que caiba às licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por estes motivos, nos termos do artigo 71, inciso II e §2º da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.6. As licitantes interessadas poderão obter o presente Edital e seus anexos no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> e pelo site da Prefeitura de São Gonçalo: <https://licitacao.pmsg.rj.gov.br/licitacoes.php>.

1.7. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao Agente de Contratação até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, endereçado ao e-mail: cpl.semcomp@gmail.com.

1.7.1. O Agente de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

1.8. Os interessados poderão formular impugnações até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico: cpl.semcomp@gmail.com.

1.8.1. Caberá ao Agente de Contratação, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação. Onde, responderão oficialmente, as questões pertinentes que lhe forem formuladas, disponibilizando as questões com as respectivas respostas no site:

<https://licitacao.pmsg.rj.gov.br/licitacoes.php>.

1.8.2. A impugnação não possui efeito suspensivo até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

1.8.3. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

1.9. A licitação não prosseguirá nos atos ulteriores até que sejam prestados os esclarecimentos ou respondidas as impugnações existentes. Oferecida a resposta da Administração, a sessão de recebimento das propostas será realizada nos prazos indicados nos itens 1.7.1 ou 1.8.1. conforme o caso, no mesmo horário e local, salvo quando houver designação expressa de outra data pelo Agente de Contratação a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

2. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO

2.1. Autorização do Secretário Municipal de Conservação, constante no Processo Administrativo nº 39.072/2024.

3. DIA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

3.1. No dia _____ às 10 h, o Agente de Contratação iniciará a sessão pública da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA CP Nº _____, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> (Portal Nacional de Compras Públicas).

3.2. No caso de a licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de outra data pelo Agente de Contratação a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

4. OBJETO

4.1. O objeto do presente é a contratação de empresa especializada em serviços técnicos visando o desenvolvimento de estudos e modelagens para a estruturação de projeto de Concessão dos serviços de gestão, gerenciamento e manejo dos resíduos sólidos urbanos do município de São Gonçalo, conforme as especificações constantes deste Edital e/ou do Projeto Básico acostadas ao processo administrativo nº 39.072/2024.

5. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos necessários à aquisição do objeto ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

- I) Gestão/Unidade: SEMCON;
- II) Fonte de Recursos: 150000000000, 10400000014 e 170500000014;
- III) Programa de Trabalho: 2073.18.542.2081.2236;
- IV) Natureza de Despesa: 3.3.90.3900;

5.2. O demonstrativo contendo o orçamento estimado, sob a forma de Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, encontra-se no Anexo III, totalizando a importância de R\$ 420.033,34 (QUATROCENTOS E VINTE MIL E TRINTA E TRÊS REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS).

6. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

6.1. O critério de julgamento da presente licitação é o de melhor técnica e preço, conforme demonstrado no Projeto Básico.

7. PRAZOS

7.1. O prazo de execução da contratação é de 13 (treze) meses, sendo prorrogável nos moldes do artigo 111 da Lei Federal 14.133/2021, abrangendo a fase interna do planejamento, a fase externa da licitação, a consultoria para as audiências públicas e demais aspectos até a conclusão da contratação da Concessão.

7.1.1. O prazo de vigência da contratação é de 16 (dezesesseis) meses, sendo prorrogável nos moldes do artigo 111 da Lei Federal 14.133/2021, e conforme inciso V do art. 20 do Decreto Municipal nº 119/2023.

7.1.2. Na hipótese de atrasos na conclusão do escopo em decorrência de culpa da contratada, deverão ser observados os termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei 14.133/2021.

7.1.3. Na hipótese de culpa da Contratada, as causas e grau do impacto deverão ser documentados e apresentados à Contratante mediante Reunião extraordinária para a oportunidade.

7.1.4. Na eventualidade de necessidade de prorrogação, e aceite da Contratante, nos termos do subitem anterior, a Contratada terá até 8 (oito) dias para a adequação do Cronograma Físico-Financeiro aos novos prazos.

7.1.5. Dado o regime de execução do objeto, não haverá, ainda que prorrogado o Contrato, previsão de pagamentos adicionais à Contratada, ficando ainda vinculados às Entregas de cada Produto (Marco) quaisquer pagamentos.

7.1.6. Atrasos no Cronograma ficarão submetidos à aplicação das Sanções pertinentes, conforme estabelecido neste Projeto Básico e no Contrato.

7.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

8. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

8.1. Para a participação nesta licitação é necessário que o interessado esteja credenciado junto ao provedor do sistema (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).

8.2. Poderão participar da presente licitação todas as microempresas e empresas de pequeno porte interessadas que comprovarem possuir os requisitos de qualificação exigidos neste Edital e que estejam credenciadas junto ao Provedor do Sistema (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).

8.3. Para participação na Concorrência Eletrônica, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

8.4. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados na Concorrência Eletrônica por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

8.5. A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado, ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações, declare, nos campos próprios, que inexistente qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita o regulamento do sistema de compras eletrônicas relativo à Concorrência Eletrônica e que se responsabiliza pela origem e procedência dos bens que cotar.

8.6. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados na licitação por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

8.7. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada Concorrência Eletrônica.

8.8. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

8.9. Não serão admitidas nesta licitação as empresas suspensas do direito de licitar, no prazo e nas condições do impedimento, e as declaradas inidôneas pela Administração Direta ou Indireta, assim como as empresas e/ou seu sócio majoritário que tenham sido apenados com proibição de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992 e alterações posteriores.

- 8.10. Não será permitida a participação de sociedades cooperativas de acordo com o Projeto Básico.
- 8.11. Não será permitida a participação em consórcio, conforme justificativa do Projeto Básico.
- 8.12. Não será permitida a participação de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores da Administração Direta ou Indireta do Município, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta licitação. Será vedada também a participação de licitantes que possuam em seus quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses, devendo apresentar declaração de atendimento a tal requisito.
- 8.13. Não serão aceitas na presente licitação as licitantes que tenham participado da elaboração do(s) projeto(s) relacionado(s) ao objeto desta licitação, bem como aquelas cujo quadro técnico seja integrado por profissional que tenha atuado como autor ou colaborador do Projeto Básico.
- 8.14. Não será permitida a participação de licitantes que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 8.15. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si, conforme o inciso V do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 8.16. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 8.17. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, visando à habilitação, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal.
- 8.18. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

9. CREDENCIAMENTO

- 9.1. Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta do “Manual do Fornecedor”, disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

9.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG – Sistema COMPRASNET.

9.1.2. O referido credenciamento depende de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

9.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilização legal da licitante e do seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes à Concorrência.

9.1.4. É de exclusiva responsabilidade da licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não sendo cabível ao Provedor do Sistema ou à Secretaria Municipal de Conservação, órgão promotor da presente, responsabilidades por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9.1.5. A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.

10. MODO DE DISPUTA, APRESENTAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1. O modo de disputa será fechado, nos termos do artigo 56, § 2º, da Lei 14.133/2021.

10.2. As propostas deverão ser disponibilizadas no local de realização indicado no preâmbulo (<https://www.gov.br/compras/pt-br>) por todos licitantes durante o período estabelecido no preâmbulo deste Edital.

10.3. As propostas técnicas dos licitantes serão avaliadas em função:

(a) Da experiência geral das licitantes considerando os resultados dos seus serviços, bem como a similaridade das atividades executadas com o presente projeto, com fundamento no artigo 37, I, da Lei Federal 14.133/2021;

(i) Vale ressaltar que no processo de estruturação de concessões há um peso significativo para projetos que tiveram êxito em comparação àqueles que apenas ficaram no papel. Isto porque aqueles cujas etapas são todas concluídas, tendo culminado no respectivo contrato de concessão assinado, passam por importantes crivos pelos quais não é possível avaliar se passariam os projetos que não foram concluídos. Alguns exemplos desses obstáculos são: a aprovação efetiva do poder concedente, que se consubstancia de forma inequívoca com a publicação do edital; a atratividade do projeto à iniciativa privada, não tendo sido deserta a licitação; a superação de questionamentos de órgãos de controle, tais como Tribunal de Contas e Ministério Público, quase que inevitáveis nesses processos; a superação de impugnações e judicializações dos projetos por terceiros.

- (ii) Neste sentido, a fim de ampliar a concorrência, a Administração optou por habilitar todos os licitantes que comprovarem experiência na modelagem e estruturação desses projetos, independentemente do resultado que eles tiverem. No entanto, tendo em vista o peso significativo da experiência em projetos exitosos, e nos termos do artigo 37, I, da Lei Federal 14.133/2021, esta qualificação será um diferencial nas propostas técnicas.
- (iii) Ademais, também com fundamento no artigo 37, I, da Lei Federal 14.133/2021, a experiência geral das empresas será avaliada verificando-se a quantidade de atividades similares ao objeto a ser contratado, o que reforça o intuito de apurar e pontuar o know-how da licitante em relação à execução contratual, cerne da proposta técnica, e portanto, de alta relevância.
- (iv) Dada a relevância da comprovação da experiência da empresa e o grau absoluto de objetividade na metodologia de análise adotada no edital, este quesito terá o maior peso na avaliação da proposta técnica.
- (b) Da compreensão do escopo dos serviços e plano de trabalho, com fundamento no artigo 37, II, da Lei Federal 14.133/2021.
- (i) Com fundamento no artigo 37, II, da Lei Federal 14.133/2021, será avaliada a capacidade de entendimento de todo o contexto do objeto a ser contratado, envolvendo não apenas o que será entregue, mas também como e por quê. Para tais fins, o licitante deverá apresentar a sua compreensão do escopo dos serviços e um plano de trabalho.

10.3.1. A pontuação referente à alínea “a” do item 10.3 seguirá os seguintes critérios:

- (a) A licitante deverá apresentar atestado técnico-operacional, acompanhado de C.A.T. - Certidão de Acervo Técnico emitida em nome do engenheiro responsável pelos respectivos trabalhos, comprovando sua experiência na execução de serviços com características de complexidade, objeto e escopo similares ao que segue:

“Consultoria para a modelagem ou estruturação de uma concessão ou parceria público-privada para a prestação de serviços públicos de manejo de resíduos sólidos.”

- (b) A descrição acima baseia-se no objeto da contratação e no Estudo Técnico Preliminar que precedeu o presente Projeto Básico.
- (c) Ressalta-se que a exigência de apresentação da C.A.T. referida acima tem como única finalidade proporcionar “uma forma célere e segura de conferir a autenticidade e veracidade das informações existentes nos atestados” (Acórdão 2.326/2019, Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler), não configurando a exigência de que a empresa seja a detentora do C.A.T, o que seria vedado pela regulamentação, nos termos do artigo 55 da Resolução CONFEA 1.025/2009.
- (d) A forma de comprovação do vínculo do profissional seguirá os mesmos critérios do item 13.10.2 relativo à qualificação técnica.
- (e) Atestados utilizados pelas licitantes para fins de pontuação da Proposta Técnica não poderão ser utilizados para comprovação de sua qualificação técnica na fase de habilitação.

(f) Para efeito de pontuação, serão admitidos até no máximo 5 (cinco) atestados no total que atendam ao item “a” acima, sendo que a pontuação de cada um deles seguirá os parâmetros da tabela abaixo, que terá a pontuação máxima de 100 pontos.

(g) A pontuação dos atestados deverá ser de acordo com a seguinte matriz:

Parâmetro	Pontos por atestado	Pontuação Máxima	Número de atestados apresentados que atendam ao critério (preencher de 0 a 5)	Pontuação Obtida
Dos serviços de consultoria tenha resultado o edital de concorrência pública completo com seus respectivos anexos, mas este não foi publicado oficialmente.	5	25		
Dos serviços de consultoria tenha resultado o edital de concorrência pública completo com seus respectivos anexos e referido edital tenha sido publicado oficialmente, independentemente do resultado da licitação. Não será considerada publicação oficial a publicação do edital para fins de consulta pública.	10	50		

Parâmetro	Pontos por atestado	Pontuação Máxima	Número de atestados apresentados que atendam ao critério (preencher de 0 a 5)	Pontuação Obtida
Dos serviços de consultoria tenha resultado o edital de concorrência pública completo com seus respectivos anexos, referido edital tenha sido publicado oficialmente e a respectiva licitação tenha sido concluída. A conclusão da licitação deverá ser comprovada por meio de publicação oficial de sua homologação ou do extrato do respectivo contrato assinado.	20	100		
Total				

10.3.2. A pontuação referente à alínea “b” do item 10.3 seguirá os seguintes critérios:

- (a) A licitante deverá demonstrar compreensão do escopo e percepção geral dos serviços a serem executados, demonstrando capacidade de implantar metodologia apropriada para os trabalhos, mobilizar recursos humanos e materiais condizentes com a real necessidade das atividades a desempenhar;
- (b) A licitante deverá identificar os condicionantes técnicos e executivos para a execução de suas atribuições, considerando as diretrizes das especificações e normas técnicas fornecidas no Edital e Anexos, de forma a garantir a qualidade e conformidade dos serviços a serem executados;

(c) A licitante deverá demonstrar a compreensão do objeto da licitação. Na percepção dos serviços a serem desempenhados, deverá, também, ser capaz de identificar e descrever os aspectos particulares e notáveis julgados relevantes, destacando, no mínimo, os seguintes elementos:

- Conhecimento dos temas:

- I. Características do Município de São Gonçalo e questões relevantes;

- a. Cada município possui particularidades como número de habitantes, densidade demográfica, área urbana e rural, sazonalidade populacional (ex: cidades turísticas), topografia, distribuição territorial, atividades econômicas e infraestrutura urbana. Essas informações de maneira geral permitem levantar a qualidade, as especificidades e a demanda dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, ou seja, a quantidade de resíduos gerados, periodicidade dos serviços de limpeza pública, bem como a quantidade de equipes, veículos e equipamentos necessários para execução dos serviços.
 - b. Desta forma, a estruturação de uma concessão de serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos tem como etapa inicial um diagnóstico do Município, envolvendo as características gerais e de prestação dos serviços desta área do saneamento. Trata-se de condição imprescindível para a execução do projeto, pois as diversas informações que são levantadas nessa etapa inicial de diagnóstico serão premissas para os estudos que serão desenvolvidos na etapa seguinte para a seleção da melhor rota tecnológica para a gestão dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no Município.
 - c. Neste sentido, o conhecimento das características do Município por parte do licitante é condição básica para que demonstre estar apto a prestar os serviços. Ressalta-se que, a fim de se evitar qualquer restrição à competição ou protecionismo local, o nível de conhecimento que se exigirá do licitante nesta etapa será com base em dados secundários e disponíveis ao público, de forma que poderão ser acessados e analisados pelo licitante.

- II. Política Nacional de Resíduos Sólidos e Marco Legal do Saneamento Básico;

- a. A Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelecida pela Lei Federal nº 12.305/2010, e o Marco Legal do Saneamento Básico, criado pela Lei Federal nº 11.445/2007 e com reformulações decorrentes da Lei Federal nº 14.026/2020, são a espinha dorsal do arcabouço legal dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. Além disso, é com base nesses diplomas legais que se justifica a concessão desses serviços. É imprescindível, portanto, que também se demonstre o conhecimento desse tema.

- III. Inovações tecnológicas para o manejo dos resíduos sólidos urbanos

- a. Um dos princípios fundamentais dos serviços públicos de saneamento básico, conforme o seu marco legal (artigo 2º, VIII, da Lei 11.445/2007), é o “estímulo à pesquisa, ao

desenvolvimento e à utilização de tecnologias apropriadas, consideradas a capacidade de pagamento dos usuários, a adoção de soluções graduais e progressivas e a melhoria da qualidade com ganhos de eficiência e redução dos custos para os usuários”, inclusive nas disposições relativas aos aspectos econômicos e sociais desses serviços, mais especificamente na instituição de tarifas, preços públicos e taxas. (artigo 29, VII, da Lei 11.445/2007).

b. O estudo tecnológico do projeto é tema de grande relevância e sensibilidade, sendo necessário analisar qual das tecnologias disponíveis é a que melhor se adequa às características do Município, à composição gravimétrica dos resíduos gerados, ao mercado da região para eventual comercialização de produtos resultantes da recuperação e tratamento dos resíduos, entre outros fatores.

c. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010), ao definir “rejeitos”, um dos conceitos essenciais dessas atividades, o faz em função das tecnologias disponíveis e viáveis: “resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada”.

d. A importância do tema reflete-se também na própria definição de “serviço adequado” prevista na Lei Federal nº 8.987/1995 (Lei de Concessões), que inclui, entre os requisitos para um serviço público prestado de forma adequada sob uma concessão, a sua atualidade, que “compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações” do serviço.

e. Neste sentido, trata-se de tema de extrema relevância, de forma que a Administração julgou conveniente exigir a demonstração de seu conhecimento pelos licitantes.

- Plano de Trabalho Preliminar:

IV. Plano de Trabalho preliminar que considere a natureza dos temas envolvidos, metodologia de execução e o fluxo de atividades.

a. A avaliação, pela equipe técnica, de que o licitante tem a expertise da execução dos serviços será viabilizada pela demonstração do licitante, por meio do plano de trabalho, que abordará a metodologia apropriada, os recursos necessários e os aspectos técnicos que garantirão a qualidade dos serviços.

(d) Dentre as atividades anteriormente especificadas, serão considerados no Critério de Pontuação os seguintes níveis de desempenho e valores:

Item de Análise	Níveis de Desempenho e Pontuação			
	Excelente	Bom	Regular	Inadequado
Conhecimento dos Temas	50	40	25	0,0
Características do Município de São Gonçalo e questões relevantes	15	12	7,5	0,0
Política Nacional de Resíduos Sólidos e Marco Legal do Saneamento Básico	15	12	7,5	0,0
Inovações tecnológicas para o manejo dos resíduos sólidos urbanos	20	16	10	0,0
Plano de Trabalho Preliminar	50	40	25	0,0
Plano de Trabalho Preliminar	50	40	25	0,0
Total	100	80	50	0,0



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

(e) Para demonstrar o Conhecimento do Escopo dos Serviços, Metodologia e Plano de Trabalho Preliminar, a licitante deverá apresentar um documento com até 50 (cinquenta) páginas formato A4, com textos, gráficos, tabelas, mapas e ilustrações que julgar pertinentes para perfeita compreensão do trabalho apresentado.

10.4. A Proposta de Preço para executar as atividades do escopo de serviços do Projeto Básico deverá conter os preços unitários relativos a cada produto, bem como o preço total, que consistirá no preço da empresa (“Pi”) a ser considerado na fórmula da Nota Atribuída à Proposta de Preço descrita no item 10.7 deste Edital. Os seguintes elementos deverão ser considerados na Proposta de Preço:

- (a) Atender às especificações definidas no Projeto Básico;
- (b) Apresentar planilha de custos com valor somatório total para o período de execução do objeto do contrato de todos os itens para a realização das atividades previstas e especificadas;
- (c) No preço proposto serão computadas todas as despesas para a entrega do(s) bem(ns), incluindo a totalidade dos custos diretos e indiretos do objeto da presente licitação, constituindo obrigação da licitante a previsão do pagamento dos salários de todos os seus empregados e respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como todos os tributos, encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, inclusive seguros, multas, e outras despesas relacionadas ao objeto da licitação e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta licitação;
- (d) Nenhuma reivindicação para majoração do preço da proposta será considerada se decorrer de erro ou má interpretação do objeto licitado ou deste Edital. Considerar-se-á que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todos os serviços;

10.5. O julgamento das propostas será realizado da seguinte forma:

- (a) Nota Técnica. Exame realizado por Comissão Técnica designada definirá o julgamento da proposta técnica e definirá a Nota Técnica Total (NTT) da empresa licitante. O julgamento da proposta técnica deverá atender às condições gerais estabelecida no Edital e no Projeto Básico.
- (b) O valor da Nota Técnica Total é obtido pela seguinte fórmula:

$$NTT = 0,8NT1 + 0,2NT2$$



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

A Nota Técnica Total (NTT) será calculada pelo somatório dos pontos obtidos em cada um dos itens conforme quadro abaixo:

Tema	Pontos Parciais	Pontos Máximos
NT1 – Experiência geral das empresas considerando os resultados dos seus serviços, bem como a similaridade das atividades executadas com o presente projeto	100	100
NT2 – Compreensão do Escopo dos Serviços e Plano de Trabalho	100	100
NT3 “i” – Conhecimento dos Temas e Atividades	50	
NT3 “ii” – Plano de Trabalho	50	
NTT (Nota Técnica Total)		0,8NT1 + 0,2NT2 = 100

(c) Nota Técnica para Fins de Classificação Final. Para fins de cálculo da classificação final, a Nota Técnica Total de cada licitante será cotejada com a Nota Técnica Total máxima entre todas as apresentadas, por meio da seguinte fórmula:

$$NTF = 100 \times (NTTi / NTTm)$$

Onde:

NTF = Nota Técnica Final da empresa “i”;

NTTi = Nota Técnica Total da empresa “i” de acordo com o item “a” acima;

NTTm = máxima pontuação observada dentre todas as empresas. Considera-se o cálculo com 2 (duas) casas decimais em todos os valores.

10.6. A avaliação das propostas técnicas deverá ser feita em observância às seguintes



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

condições gerais:

- (a) Será designada **Equipe** Técnica para atribuição de julgamento da proposta técnica, de acordo com orientações e limites definidos no Edital, a ser constituída por servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros do Município ou por profissionais contratados por conhecimento técnico, experiência ou renome na avaliação dos quesitos especificados no Projeto Básico.
- (b) Serão desclassificadas tecnicamente as propostas técnicas que deixarem de apresentar quaisquer documentos ou informações exigidas no Projeto Básico ou o fizerem em desacordo com as condições ora prescritas.
- (c) Serão desclassificadas as empresas que apresentarem proposta técnica com preços ou indicações de custos relativos à proposta de preço.
- (d) Após a divulgação do resultado do julgamento referente ao exame da proposta técnica, a Comissão de Contratação convocará as licitantes habilitadas e classificadas tecnicamente para a abertura das propostas de preço.
- (e) As notas obtidas devem ser arredondadas até os centésimos de acordo com os critérios da NBR 5891-ABNT- regras de arredondamento na numeração decimal.
- (f) O valor da NTT (Nota Técnica) será divulgado para ciência dos licitantes e será aberto o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de recurso, nos termos do artigo 165, I, “b”, da Lei 14.133/2021. Interposto o recurso, será comunicado aos demais licitantes, que poderão apresentar contrarrazões no mesmo prazo.

10.7. Nota Atribuída à Proposta de Preço. Serão avaliadas somente as propostas de preço das empresas que forem consideradas qualificadas tecnicamente. À empresa qualificada tecnicamente será atribuída uma Nota de Preço de acordo com a seguinte formulação:

$$NP_i = 100 \times (P_m / P_i)$$

Onde:

NP_i = Nota de Preço;

P_m = Menor preço apresentado dentre as propostas válidas;

P_i = Preço da empresa “i”;

Considera-se o cálculo com 2 (duas) casas decimais em todos os valores.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

10.8. Classificação Final. A classificação das licitantes será feita de acordo com a Nota Geral Total obtida por licitante, de acordo com a seguinte fórmula:

10.8.1. A ponderação entre a nota técnica e o preço será de 70% da nota técnica e 30% do preço, conforme abaixo:

$$\text{NGT} = 0,7\text{NTF} + 0,3\text{NPi}$$

Onde:

NGT = Nota Geral Total;

- NTF = Nota Técnica Final;
- NPi = Nota de Preço.

10.9. A Comissão de Contratação poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhe atribuirá validade e eficácia para fins de classificação.

10.9.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 10.9, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

10.10. As licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. A Secretaria Municipal de Conservação, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os seus resultados.

10.11. Incumbirá, ainda, à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10.12. A desclassificação das propostas será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

10.13. A licitante que se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte e que queira usufruir do tratamento privilegiado assegurado pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos no referido diploma legal, especialmente no seu art. 3º, sob as penas da lei, em especial do art. 299 do Código Penal.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

10.13.1. A falta da declaração de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

11. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta automaticamente pelo sistema.

11.1.1. Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

11.1.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

12. DIREITO DE PREFERÊNCIA

12.1. Será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte em relação àquelas empresas que não detenham essa condição.

12.1.1. Apenas após a classificação das propostas, as licitantes que se enquadrem como microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, poderão manifestar esta condição, sendo proibido, sob pena de exclusão deste procedimento, identificarem-se como tal antes do momento determinado neste subitem.

12.1.2. Serão consideradas em situação de empate as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) àquela considerada mais bem classificada.

12.1.3. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, deverão ser considerados os critérios de desempate previstos no artigo 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2. Após o encerramento das etapas anteriores, o Agente de Contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante mais bem classificada para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas em edital.

12.2.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

12.3. Encerradas as negociações, passará o Presidente da Comissão/Agente de Contratação ao julgamento da habilitação observando as seguintes diretrizes:

- (a) O Agente de Contratação deverá efetuar consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, de modo a não admitir a permanência, no certame, de licitante declarada suspensa de participar em licitações, impedida de contratar com a Administração ou declarada inidônea.
- (b) O Agente de Contratação verificará o atendimento das condições de habilitação da licitante detentora da melhor combinação de propostas de técnica e preço, por meio de consulta on line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como apreciará a documentação complementar descrita no item 13 deste edital;
- (c) A licitante detentora da melhor combinação de propostas de técnica e preço deverá remeter sua documentação de habilitação em arquivo único compactado, no prazo de 2 (duas) horas contado da solicitação do Agente de Contratação no sistema. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos serão enviados em formato digital, via Sistema COMPRASNET.
- (d) O Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública pelo prazo que fixar para a realização de diligências com vistas ao saneamento que trata o item 10.9. A sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- (e) Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos equipamentos ou meios eletrônicos de consulta no momento da verificação a que se refere a alínea “b”. Na hipótese de ocorrer essa indisponibilidade, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.
- (f) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

12.4. Se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Agente de Contratação examinará a combinação de propostas de técnica e preço subsequente na ordem de classificação, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, solicitará os documentos de habilitação e verificará as condições de habilitação, e assim sucessivamente até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

12.4.1. Na hipótese do art. 61, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, o Agente de Contratação, após negociar com os demais licitantes, na ordem de classificação, decidirá



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

sobre a aceitabilidade das propostas e, em caso positivo, observará quanto à verificação e comprovação da habilitação.

12.5. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada em que estarão registrados todos os atos e ocorrências do procedimento, a qual será disponibilizada para consulta no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

13. HABILITAÇÃO

13.1. O julgamento da habilitação se processará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:

- *Item 13.8 - Documentação relativa à habilitação jurídica;*
- *Item 13.9 - Documentação relativa à habilitação econômico-financeira;*
- *Item 13.10 - Documentação relativa à habilitação fiscal, social e trabalhista;*
- *Item 13.11 - Documentação relativa à qualificação técnica.*

13.1.1. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento previsto no art. 70, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2. Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

13.3. Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização da licitação.

13.4. A documentação exigida para atender aos itens **13.8** a **13.10** poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e em sistemas semelhantes mantidos pelo Município.

13.5. O Agente de Contratação poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros e falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação.

13.5.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 13.5, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

13.6. Não serão aceitos documentos emitidos para/com CNPJ ou NIRE diferente do da licitante.

13.7. Caso a licitante seja matriz, todos os documentos deverão comprovar regularidade da matriz. Caso a licitante seja filial, todos os documentos deverão comprovar regularidade da filial, exceto aqueles que, por força da legislação regulamentar, sejam emitidos para toda a entidade com a mesma raiz de CNPJ.

13.8. HABILITAÇÃO JURÍDICA

13.8.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede e documento oficial de identificação do empresário;

13.8.2. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> e documento oficial de identificação do empresário;

13.8.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento oficial de identificação de seus administradores;

13.8.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020 e documento oficial de identificação de seus administradores.

13.8.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório e documento oficial de identificação de seus administradores;

13.8.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz e documento oficial de identificação de seus administradores;

13.8.7. São considerados documentos oficiais de identidade:

I – Carteira de Identidade Civil – (RG – Registro Geral ou Carteira de Identidade de

Estrangeiro – RNE – Registro Nacional de Estrangeiro, ambos com foto que identifiquem o portador);

II – Carteira Nacional de Habilitação – CNH ou Permissão para Dirigir – PPD (Conforme Ofício CONTRAN nº 02/2017 a CNH vencida poderá ser utilizada como documento de identificação)

III – Carteiras Funcionais de servidores públicos no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

IV – Documentos de identidade militar expedidas pelo Ministério da Defesa (Exército, Marinha e Aeronáutica);

V- Identidades Funcionais, emitidas pelas polícias federais (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal), polícias estaduais (Polícia Civil, Polícia Militar) e do Corpo de Bombeiros, emitidas pelos respectivos órgãos;

VI- Documentos de identidade de Conselhos ou Ordens de Classe, em plena validade.

VII – Passaporte válido.

13.9. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.9.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

13.9.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

13.9.3. Certidão de Licitação Pública (CLP) onde constem os Distribuidores da sede da empresa licitante;

13.9.4. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

12.10.4.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

12.10.4.2. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação **Patrimônio Líquido** mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da parcela pertinente.

13.9.5. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

13.9.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

13.9.7. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

13.9.8. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no prazo limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped.

13.9.9. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

13.10. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

13.10.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

13.10.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

13.10.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

13.10.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

13.10.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/ Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.10.6. Prova de regularidade com a Fazenda e Advocacia, se for o caso, Estadual/ Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de débitos e da dívida ativa;

13.10.7. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.10.8. Prova de regularidade com a Fazenda e Advocacia, se for o caso, Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de débitos e da dívida ativa;

13.10.9. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão do órgão respectivo do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

13.11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.11.1. Qualificação Técnico – Operacional

13.11.1.1. Atestado de Visita Técnica, fornecido e assinado pelo servidor do órgão fiscalizador; ou não tendo sido realizada a visita, Declaração Formal acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

13.11.1.2. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), em plena validade.

13.11.1.3. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

13.11.1.4. Comprovação de aptidão da entidade para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

13.11.1.5. Será admitida a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

13.11.1.6. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

13.11.1.7. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, nota(s) fiscal(is), cópia do(s) contrato(s) que deu(deram) suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos, inclusive in loco.

13.11.1.8. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

13.11.1.9. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

13.11.1.10. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

13.11.1.11. No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, todas (com o atestado do mesmo profissional) serão inabilitadas.

13.11.1.12. Não será aceita a comprovação de aptidão de que trata este objeto por meio de documento emitido pela própria licitante ou por empresa do mesmo grupo.

13.11.1.13. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

13.11.1.14. Consultoria para a elaboração de modelagens operacional, econômico-financeira e jurídica e estudo ambiental para estruturação de uma concessão ou parceria



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

público-privada para a prestação de serviços públicos de manejo de resíduos sólidos urbanos para município, com no mínimo, de 448.000 habitantes, que corresponde a 50% da população de São Gonçalo de acordo com o último censo publicado pelo IBGE (<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/sao-goncalo.html>), seguindo o previsto no § 2º do artigo 67 da lei 14.133/2021.

13.11.1.15. A necessidade de que seja comprovada experiência prévia na elaboração de Projetos para manejo de resíduos sólidos se justifica por, dentro do rol de serviços tipificados como saneamento básico, não haver objeto semelhante a este, com logística rodoviária, descarte final, e atuação urbana, mas, os serviços que estão regulamentados pela mesma Lei, se tratam de manejo de resíduos líquidos ou água, via dutos, o que não caracteriza semelhança com o objeto desta pretensa contratação, culminando na especificidade do objeto.

13.11.1.16. A Lei Federal 14.133/2021 prevê para a comprovação de aptidão técnica:

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

13.11.1.17. Para a pretensa contratação, não há como definir parcelas de maior ou menor relevância técnica, visto que os serviços são complementares entre si, de acordo com a especialidade técnica de cada profissional envolvido, conforme já esclarecido no ETP e neste Projeto Básico.

13.11.2. Qualificação Técnico-Profissional

13.11.2.1. Comprovação de que o licitante possui ou possuirá até a data de assinatura do Contrato, em seu quadro permanente, profissional(is) de nível superior devidamente reconhecidos pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou do Conselho de Engenharia e Agronomia (CREA), que será **RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO SERVIÇO**, detentor(es) de Atestados de Responsabilidade Técnica vistados pelo CAU ou CREA, que comprove(m) ter executado serviços de características técnicas iguais ou



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

similares à do objeto do presente termo, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

13.11.2.2. Entende-se como “igual ou similar” o serviço executado nos moldes dos subitens 13.11.1.14 a 13.11.1.17, ou seja, adotados os mesmos parâmetros para a comprovação técnico- operacional da entidade.

13.11.2.3. O profissional indicado como responsável técnico, constante no item anterior, deverá, **NO INÍCIO DO SERVIÇO E DURANTE TODA A SUA EXECUÇÃO**, possuir vínculo empregatício com a empresa proponente;

13.11.2.4. Essa comprovação será feita mediante a apresentação de um dos documentos abaixo:

- a) “Ficha” de Registro de Trabalho, autenticado junto a DRT – Delegacia Regional do Trabalho acompanhado da guia do último mês de recolhimento do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço que conste o (s) nome (s) do (s) profissional (is);
- b) Contrato de Trabalho em CTPS – (Carteira de Trabalho e Previdência Social);
- c) Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será realizada mediante a apresentação do Contrato Social ou Certidão da Junta Comercial ou Ato Constitutivo devidamente atualizados, registrado no órgão competente.
- d) Contrato de prestação de serviços devidamente registrado em cartório de títulos e documentos.

13.11.2.5. Em caso de afastamento por qualquer motivo, o mesmo deverá ser substituído imediatamente por profissional de experiência igual ou superior, que deverá apresentar a mesma documentação.

13.12. Disposições gerais sobre habilitação

13.12.1. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

13.12.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

13.12.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF/NIRE diferentes daqueles referentes a empresa licitante, salvo aqueles legalmente permitidos.

13.12.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

14.1. Somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamento os serviços efetivamente executados pelo contratado e aprovados pela fiscalização.

14.2. As medições dos serviços obedecerão ao Cronograma Físico-Financeiro que será ajustado em função de inícios ou reinícios de etapas do serviço.

14.3. A cada alteração contratual, por acréscimo ou redução do objeto, valor ou prazo do Contrato, observado o limite legal estabelecido no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, será acordado novo Cronograma, atendido o interesse da CONTRATANTE.

14.4. Para obtenção do valor de cada medição, será observado o seguinte procedimento:

- a. as quantidades medidas serão multiplicadas pelos respectivos preços unitários;
- b. o valor de cada medição corresponderá ao somatório dos produtos finais obtidos nos termos da alínea anterior;

15. RECURSOS

15.1. Divulgada a vencedora, o Agente de Contratação informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão manifestar motivadamente a intenção de interpor recurso, desde que devidamente registrada a síntese de suas razões em campo próprio do sistema, no prazo concedido na sessão pública.

15.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.

15.3. As licitantes que manifestarem o interesse em recorrer terão o prazo de 3 (três) dias úteis



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

para apresentação das razões do recurso, sendo facultado às demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões no mesmo prazo, contado a partir do dia do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

15.4. A apresentação das razões e das contrarrazões dos recursos deverá ser realizada, única e exclusivamente, em campo próprio do sistema eletrônico, observados os prazos estabelecidos no item anterior.

15.5. A não apresentação das razões escritas mencionadas acima acarretará, como consequência, a análise do recurso pela síntese das razões apresentadas na sessão pública.

15.6. Os recursos serão dirigidos ao Agente de Contratação, que poderá reconsiderar seu ato no prazo de 3 (três) dias úteis, ou então, neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, à autoridade superior, que proferirá a decisão no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento.

15.7. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.8. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

15.9. No tocante aos recursos relativos às sanções administrativas, devem ser observadas as disposições dos arts. 165 a 168 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16. CONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

16.1. As licitantes, como responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumem como firmes e verdadeiras suas propostas.

16.2. Caso o Sistema da Concorrência Eletrônica fique inacessível por problemas operacionais, exclusivamente do próprio sistema, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva da concorrência, o procedimento licitatório será suspenso e somente será retomado após a comunicação aos participantes no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

16.2.1. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema durante a sessão pública da concorrência eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas por meio do sistema ou em virtude de sua desconexão.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

16.3. A desconexão do Presidente da Comissão/Agente de Contratação no decorrer da etapa de lances não prejudica o seu transcurso. Caso o sistema eletrônico permaneça acessível às licitantes para o oferecimento de lances, estes continuarão a ser recebidos, retornando o Agente de Contratação, quando possível, à sua atuação na etapa de lances, sem prejuízo dos atos realizados.

16.3.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o/a Presidente da Comissão/Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

17. GARANTIA

17.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por não ter sido levantada esta modalidade como mitigação dos riscos da contratação, quando da confecção e conclusão da Análise de Riscos (Anexo II do ETP).

17.2. Dado o vulto mediano da pretensa contratação, levantado na Cotação Estimada para o ETP, e o limite para a cobrança de Garantia de Propostas, se torna mais eficaz a previsão de Sanções Administrativas, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021, em detrimento de recepção de Garantia com o valor correspondente.

18. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

18.1. Integra o presente Edital, sob a forma de Anexo X, a Minuta do Contrato cujas disposições disciplinarão as relações entre a(s) CONTRATANTE(S) e a ADJUDICATÁRIA.

18.2. A ADJUDICATÁRIA deverá comparecer no endereço informado, podendo, na impossibilidade de comparecimento do seu representante legal, enviar mandatário munido do respectivo instrumento de procuração, por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, e da via original do documento de identidade e do cartão do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF do outorgado, conferindo-lhe poderes específicos para a assinatura de contrato administrativo ou para a retirada de instrumento equivalente.

18.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Secretaria Municipal de Conservação.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

18.2.2. Nas contratações de grande vulto, o licitante vencedor deverá comprovar a implantação de programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, na forma do § 4º do art. 25 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.3. Se o prestador de serviço convocado não assinar o contrato ou instrumento equivalente, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, o órgão gerenciador poderá convocar os demais que tiverem aceitado fornecer os bens com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades administrativas cabíveis.

18.3.1. Se não houver outros prestadores de serviço registrados que tenham aceitado prestar serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, o Agente de Contratação poderá examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes por ordem de classificação, e assim, sucessivamente, observado o direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, até a apuração de uma que atenda ao contido neste Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

18.4. A ADJUDICATÁRIA deverá comprovar, no momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a manutenção das condições demonstradas para habilitação no Edital.

18.5. A CONTRATADA será responsável, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços que são objeto desta licitação, em conformidade com as especificações do Projeto Básico e/ou dos projetos, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelos fiscais do contrato. A ocorrência de desconformidade implicará a substituição dos materiais recusados, por não atender às especificações contidas no Projeto Básico que integra este Edital, sem ônus para o(a) CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

18.6. A CONTRATADA será também responsável, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros, em especial, mas não limitado, aos concessionários de serviços públicos, em virtude da execução do objeto contratado, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores.

18.7. O ato de recebimento do objeto da licitação não implica a sua aceitação definitiva e não eximirá a licitante de sua responsabilidade no que concerne à qualidade dos bens fornecidos ou serviços executados.

18.8. A licitante vencedora, sem ônus para o(a) CONTRATANTE, compromete-se a:



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

- a) atender às solicitações do(a) CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir de seu recebimento;
- b) substituir quaisquer materiais defeituosos ou qualitativamente inferiores em, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas da solicitação, sendo que o não cumprimento sem motivo justo implicará na aplicação das sanções previstas neste Edital e seus anexos.

18.9. A Fiscalização da execução do objeto contratado caberá à Secretaria Municipal de Conservação.

19. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

19.1. Os pagamentos deverão ser efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.2. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias úteis, contados da data de adimplemento da parcela correspondente, obedecido o disposto no Decreto Municipal 01/2020.

19.3. Os pagamentos serão efetuados em conformidade com as etapas estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro (Anexo V), tendo contado como período-base para faturamento cada etapa até o Marco de Entrega correspondente.

19.3.1. Eventuais atrasos na entrega acarretarão a retenção do valor correspondente ao pagamento dos produtos compreendidos no Marco de Entrega atrasado, até que seja consumada sua entrega integral, observadas as previsões de conformidade definidas neste item.

19.4. O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, deverá ser protocolado pela própria contratada no PROTOCOLO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO.

19.5. A contratante informará a contratada os dados da fonte da qual provém os recursos para o pagamento, e da nota fiscal ou do documento de cobrança deverá constar a respectiva fonte de recursos além da razão social, CNPJ e endereço completo da contratante, que deverão espelhar aqueles do Contrato.

19.6. Da Nota Fiscal, deverá constar ainda: o objeto, obrigatoriamente em conformidade com a descrição contida em sua proposta; o número do contrato; número da(s) Ordem(ns) de Serviços; e dados bancários da destinatária, com indicação do banco, agência e conta.

19.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

19.8. Em todos os recebimentos, a fiscalização do contrato deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital, inclusive no que compete à regularidade fiscal, trabalhista e econômico-financeira;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

19.9. Na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, a comprovação deverá ser feita mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores da documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

19.10. Constatando-se, junto ao SICAF ou sítios oficiais, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

19.10.1. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

19.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis a inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.12. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurado o direito ao contratado da ampla defesa.

19.13. Em comprovada a regularidade de condições da contratada, os relatórios emitidos pelo SICAF, ou Certidões/Comprovantes de Regularidade, se for o caso, deverão ser anexados ao documento de cobrança atestado pela Fiscalização e, após, deverá ser protocolado pela própria contratada, processo de pagamento, no PROTOCOLO GERAL da Prefeitura Municipal de São Gonçalo.

19.14. No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

19.15. Somente será executado procedimento de atesto e consultas de regularidade da contratada quando da apresentação de nota fiscal válida.

19.16. O pagamento à CONTRATADA somente será realizado em razão do quantitativo efetivamente fornecido e aceito, no período-base mencionado no subitem 7.15, e dentro dos procedimentos expressos neste Projeto Básico.

19.17. Quando o modelo de execução do contrato prever entregas parceladas, sob nenhuma hipótese a Contratante estará obrigada a efetuar o pagamento integral do contrato, mas apenas aquele montante que de fato fora entregue e aceito.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

19.18. O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

19.19. Os pagamentos serão efetuados via crédito em conta corrente conforme dados da Proposta apresentada pela Contratada.

19.20. Não há previsão de pagamentos antecipados, visto o vínculo dos pagamentos ao efetivo cumprimento do Cronograma Físico-Financeiro.

20. REAJUSTE

20.1. O contrato somente terá seu preço reajustado sob ocasionalidade de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior, do qual seja devidamente comprovado o impacto direto no objeto da contratação.

20.2. Nos caso previstos acima, os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fornecido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), calculado por meio da seguinte fórmula:

$$R = Po [(I-Io)/Io]$$

Onde:

R = valor do reajuste;

I = índice mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;

Io = índice mensal relativo ao mês anterior ao da apresentação da Proposta;

Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

20.3. Caso o índice previsto neste Edital seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

20.4. A CONTRATADA não terá direito ao reajuste do preço das etapas do serviço que, comprovadamente, sofrerem atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

própria CONTRATADA, e também das que forem executadas fora do prazo, sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

21.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;

21.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

21.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

21.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

21.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

21.1.2.4. deixar de apresentar amostra

21.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

21.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

21.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

21.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

21.1.5. fraudar a licitação

21.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

21.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

21.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

21.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

21.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

21.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#)

21.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

- 21.2.1. Advertência;
- 21.2.2. Multa;
- 21.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 21.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 21.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 21.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 21.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 21.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 21.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 21.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 21.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 21.4.1. Para as infrações previstas nos itens 21.1.1, 21.1.2 e 21.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 21.4.2. Para as infrações previstas nos itens 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6, 21.1.7. e 20.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 21.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 21.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 21.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 21.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7 e 20.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 21.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração,



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

descrita no item 20.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

21.10.A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

21.11.Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

21.12.Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

21.13.O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

21.14.A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

22. FORO

22.1. Fica eleito o Foro de São Gonçalo para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

23. DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

23.2. Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

23.3. As referências de horário correspondem ao horário oficial de Brasília – DF.

23.4. Os casos omissos serão resolvidos pelo Agente de Contratação.

23.5. Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I - Estudo Técnico Preliminar

Anexo I do Estudo Técnico Preliminar - Plano Estadual De Resíduos Sólidos Do Rio De Janeiro

Anexo II do Estudo Técnico Preliminar - Análise De Riscos

Anexo III do Estudo Técnico Preliminar - Memória De Cálculo

Anexo II - Projeto Básico

Anexo III Planilha Orçamentária e Formação de Preços;

Anexo IV – BDI;

Anexo V – Cronograma Físico-financeiro;

Anexo VI – Proposta Comercial

Anexo VII – Modelo Atestado de Visita;

Anexo VIII - Modelo Declaração de pleno conhecimento do local e de suas condições.

Anexo IX - Modelo Declaração Consolidado;

Anexo X - Minuta de Contrato.

Edson Leal de Carvalho
Secretário Municipal de Conservação
Matrícula: 124.806



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO – RJ**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS TÉCNICOS
VISANDO O DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E MODELAGENS PARA A
ESTRUTURAÇÃO DE PROJETO DE CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE GESTÃO,
GERENCIAMENTO E MANEJO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO.**

DIRETRIZES, PARÂMETROS E ANÁLISE DE VIABILIDADE

ABRIL/ 2025



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

1. INTRODUÇÃO:

1.1. O presente Estudo trata da viabilidade técnica, econômico-financeira e jurídica para a contratação de empresa especializada em serviços técnicos visando o desenvolvimento de estudos e modelagens para a estruturação de projeto de concessão dos serviços de gestão, gerenciamento e manejo dos resíduos sólidos urbanos do Município de São Gonçalo.

1.2. O ETP ora apresentado constitui a primeira etapa do Planejamento da Contratação, regido e tendo por base a Lei Federal No 14.133/2021, e demais legislação pertinente e seguindo as diretrizes específicas da Instrução Normativa Nº 58 de 2022 da SEGES/ME.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. Município e Dados

2.1.1. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade de São Gonçalo tem uma área territorial total de 248,160 km² (duzentos e quarenta e oito mil, cento e sessenta quilômetros quadrados), dos quais 129,83 km² (cento e vinte e nove mil e oitenta e três quilômetros quadrados) compõe a área urbana municipal, colocando a cidade no lugar de “Metrópole Nacional (1B) - Município integrante do Arranjo Populacional do Rio de Janeiro/RJ”, e segunda cidade mais populosa do Estado, ficando atrás apenas da própria Capital.

2.1.2. Conforme o último CENSO, realizado em 2022, a população da cidade de São Gonçalo era composta de 896.744 (oitocentas e noventa e seis mil, setecentos e quarenta e quatro) pessoas, sendo estimados atualmente 960.652 (novecentos e sessenta mil, seiscentos e cinquenta e dois) munícipes.

2.1.3. Em 2021, o PIB per capita era de R\$ 18.504,81 (dezoito mil, quinhentos e quatro reais e oitenta e um centavos) anuais. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 88 de 92 entre os municípios do estado e na 3.323 de 5.570 entre todos os municípios, sendo considerado um município com grande parte da população em situação de vulnerabilidade social, tendo um Índice de Desenvolvimento humano (IDH) de apenas 0,739.

(Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-goncalo/panorama>)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

2.2. Contexto e Cenário Atual

2.2.1. Atualmente, o município de São Gonçalo é 100% coberto pela coleta de lixo regular, de acordo com os dados disponíveis no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS):



(Fonte: [Política Nacional de Resíduos Sólidos, Dados Atuais, Metas e Projeções](https://appsns.mdr.gov.br/indicadores-hmg/web/residuos_solidos/mapa-indicadores?codigo=3304904))

2.2.2. De acordo com o Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Rio de Janeiro PERS-RJ, datado de 2013, o município tinha uma geração per capita de 1,1kg (um quilo e cem gramas) de resíduos.

Município	População Urbana (IBGE 2010)	Índice de Geração Per Capita	Quantitativo Estimado (t/dia)
		(kg/hab./dia)	
São Francisco de Itabapoana	21.092	0,70	14,76
São Gonçalo	998.999	1,11	1.108,89
São João da Barra	25.693	0.74	19.01

2.2.3. Em 2024, de acordo com os controles internos da Prefeitura relacionados à coleta, o município tem uma geração anual de 273.820,40 T (duzentos e setenta e três mil,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

oitocentos e vinte vírgula quarenta toneladas) somente de resíduos domiciliares, o que dá uma média diária de 0,760kg:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO - RJ								
SUBSECRETARIA DE LIMPEZA URBANA								
ENTRADAS NO ATERRO SANITÁRIO EM 2024								
MÊS	DOMICILIA R	HOS P.	REMOÇÃO MECANIZA DA	PMSG	INEA	ARTERI S	DER	Total
JAN.	24.973,02	32,72	12.181,20	1.305,62	2.442,72	-	-	40.935,28
FEV.	21.775,83	31,54	9.525,75	1.393,52	1.887,37	-	-	34.614,01
MAR.	22.986,16	35,62	13.922,25	1.834,08	1.624,49	-	-	40.402,60
ABR	21.992,94	33,87	9.820,24	1.234,45	21.138,89	-	-	54.220,39
MAIO	22.630,15	36,03	10.383,20	122,38	1.490,08	28,04	3,21	34.693,09
JUN.	20.700,74	33,29	9.178,79	952,76	1.502,80	34,94	1,32	32.404,64
JUL.	23.333,90	38,16	10.342,47	623,00	824,37	35,29	-	35.197,19
AGOST O	22.808,55	36,56	10.205,21	630,88	799,76	35,93	8,40	34.525,29
SET.	21.647,49	35,85	8.870,90	681,95	1.286,73	37,05	19,0 9	32.579,06
OUT.	23.755,15	37,38	8.416,36	1.904,60	1.114,20	39,28	8,39	35.275,36
NOV.	22.773,88	35,47	6.329,92	440,48	1.555,00	22,41	10,1 5	31.167,31
DEZ.	24.442,59	34,63	6.434,17					
Total	273.820,40	421,1 2	115.610,46	11.123,72	35.666,41	232,94	50,5 6	406.014,22
*em Toneladas								

2.2.4. Quanto a destinação final dos resíduos sólidos do município de São Gonçalo, atualmente, a cidade já atende a regulamentação “LIXÃO ZERO”, prevista no PERS – RJ, contando com Aterro Sanitário para o descarte.

2.2.5. Trata-se de um aterro sanitário privado da empresa Orizon, localizado no bairro Rio do Ouro – Rua Tenente Garcia, s/n:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO



2.2.6. De acordo com os documentos técnicos do Contrato de uso do Aterro, assinado entre o município e a empresa ORIZON (CTR Alcântara S.A), conforme a concorrência pública 02/2022, o período de vigência da concessão é até 2031. Este prazo se apresenta exíguo, principalmente pelo município não dispor de corpo técnico e recursos suficientes; para o cumprimento de todas as metas previstas no PERS- RJ, bem como para a elaboração de um plano eficaz de adequação, quando da finalização da vida útil do aterro.

2.2.7. Como se trata de serviço essencial, que não pode ser interrompido, e considerando que a solução de destinação para Aterro, atende às regulamentações do Marco Legal, esta municipalidade entende como assertivo considerar a perpetuação do serviço de destinação final de resíduos sólidos no município, e, mantendo como serviço integrante da contratação.

2.2.8. Conforme a Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010:

Artigo 8º - São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros: (...) XIV - os órgãos colegiados municipais destinados ao controle social dos serviços de resíduos sólidos urbanos;

Artigo 10 - **Incumbe ao Distrito Federal e aos Municípios a gestão**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios, sem prejuízo das competências de controle e fiscalização dos órgãos federais e estaduais do Sisnama, do SNVS e do Suasa, bem como da responsabilidade do gerador pelo gerenciamento de resíduos, consoante o estabelecido nesta Lei.

2.2.9. No município, as Secretarias Municipais de Desenvolvimento Urbano (SEMDUR), e Secretaria Municipal de Conservação (SEMCON) atuam na gestão pública para a execução de toda a demanda relacionada a obras, manutenções, ampliações, alterações de estruturas, pavimentações, conservação dos bens públicos, paisagismo, e demais relacionados a infraestrutura. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Transportes é a responsável por gerir todos os recursos relacionados aos aspectos que a nomeiam, incluindo áreas verdes, fauna e flora silvestres e urbanas, gestão dos aspectos administrativos, fiscalização, e a dinâmica de rodagem rodoviária e aspectos administrativos relacionados também ao trânsito.

2.2.10. Ainda com todas as demandas, visto a competência municipal de gestão de resíduos sólidos, trazida pela regulamentação federal, fica a cargo também da SEMCON, a formulação e implementação da política de limpeza pública do município de São Gonçalo, na busca por garantir à população o acesso aos serviços de limpeza urbana em condições adequadas.

2.2.11. Atualmente encontra-se em vigência o contrato com a empresa Força Ambiental Ltda., gerado pelo Processo Administrativo 40.191/2020, pelo qual a empresa contratada executa os serviços de coleta convencional e mecanizada, e transporte de resíduos domiciliares, de saúde, entulho – com remoção por máquina, recicláveis e limpeza periódica de bairros e áreas de difícil acesso, como também opera o manejo para a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos coletados.

2.2.12. A prestação dos serviços por empresa terceirizada custa aos cofres públicos de São Gonçalo o valor de R\$64.980.757,44 (sessenta e quatro milhões, novecentos e oitenta mil, setecentos e cinquenta e sete reais e quarenta e quatro centavos) anuais.

2.2.13. O trabalho da Contratada, gerenciado pela SEMCON, é realizado em consonância com os princípios do desenvolvimento sustentável e da eficiência, minimizando os efeitos ambientais negativos decorrentes da geração de resíduos e maximizando os benefícios ambientais, sociais e econômicos para o município.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

2.2.14. Porém, existe uma lacuna entre as demandas para o perfeito andamento dos serviços, e a disponibilidade técnica e financeira da Prefeitura, principalmente, para atingimento de todas as Metas trazidas pelo Marco Regulatório.

2.2.15. O município ainda não se encontra adimplente com todas as Metas e Prazos previstos no Marco Regulatório, e ao longo da atual gestão, sendo estudadas as demandas e os recursos, conclui-se que o corpo técnico e os recursos disponíveis não são suficientes para o atendimento às exigências regulamentares.

2.2.16. Analisado ainda o aspecto econômico, o vulto dispendido pelo Governo para a terceirização dos serviços, é demasiado grande, considerado um resultado mediano.

2.2.17. O município conta ainda como órgão relacionado, inclusive apto para a realização dos Estudos necessários, a Secretaria Municipal de Gestão Integrada e Projetos Especiais (SEMGIFE), atuante na elaboração, gestão e coordenação institucional dos Projetos relacionados a infraestrutura, inovações, mobilidade, urbanismo, entre outros.

2.2.18. Porém, bem como as demais secretarias supracitadas, a SEMGIFE gerencia atualmente grande volume de demandas críticas do município, como o MUVI (Mobilidade Urbana Verde Integrada) que é o maior projeto de mobilidade urbana da cidade.

2.2.19. Também foi considerada a multidisciplinaridade envolvida na elaboração de todos os Estudos e Produtos necessários para a análise de viabilidade e elaboração do processo de Concessão dos serviços de gerenciamento de resíduos, que demandariam movimentação interna entre diversos órgãos, como a própria SEMGIFE, a Procuradoria Municipal, o Controle Interno, as Secretarias Municipais de Compras e Suprimentos, Conservação, Desenvolvimento Urbano, apenas para o desenvolvimento dos estudos, para na posteridade do lapso de tempo necessário, serem então concluídos os estudos, para a abertura de um futuro processo de Concessão.

2.2.20. Este procedimento, dados os aspectos burocráticos e limitações administrativas, feriria os princípios da eficiência, da razoabilidade, da celeridade, da eficácia, do planejamento e do interesse público, dada a morosidade e o alto custo secundário, gerado pela mobilização de um grande número de servidores para cada etapa.

2.2.21. Dada a limitação supracitada de recursos humanos, operacionais e financeiros, bem como a urgência e imprescindibilidade da adequação dos serviços de gerenciamento de resíduos sólidos, e atendimento às Metas elaboradas no PERS – RJ, não é possível a absorção de mais um Estudo com a robustez prevista, conforme elaboração deste ETP.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

2.3. Da natureza do Projeto e Necessidade da Contratação

2.3.1. Os estudos técnicos previstos devem fornecer todos os subsídios, análises, fundamentos e documentos necessários para que o Município de São Gonçalo adote o modelo mais adequado para a gestão dos resíduos sólidos urbanos, que são de sua responsabilidade, bem como, conforme o caso, dar amparo aos procedimentos que procedam à realização da Concessão dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos.

2.3.2. Por se tratar de um modelo de contratação que envolve instrumentos de longo prazo, obras de grande vulto, tecnologias complexas e altos riscos a serem absorvidos pela parte Contratada, os estudos que precedem esses empreendimentos são mais extensos e aprofundados do que aqueles das contratações comuns.

2.3.3. Ao fornecer todos os elementos para que a Administração Pública realize um procedimento de licitação de Concessão, a Contratada deverá, inicialmente, fazer um extenso trabalho de levantamento de dados para um diagnóstico inicial dessas informações, a fim de obter uma análise de viabilidade preliminar do empreendimento pretendido pela Administração.

2.3.4. Em seguida, devem ser realizados os estudos técnicos da viabilidade efetiva do projeto, Estudos de Viabilidade Técnica, Econômico-Financeira e Ambiental – EVTEA. São estes os estudos que devem fornecer os elementos necessários para que o projeto tenha a segurança adequada sob todos os seus aspectos – técnico-operacional, ambiental, econômico-financeiro e jurídico.

2.3.5. A necessidade desses estudos é prevista na Lei Geral das Concessões:

Art. 18. O edital de licitação será elaborado pelo poder concedente, observados, no que couber, os critérios e as normas gerais da legislação própria sobre licitações e contratos e conterá, especialmente:

- I - o objeto, metas e prazo da concessão;
- II - a descrição das condições necessárias à prestação adequada do serviço;
- III - os prazos para recebimento das propostas, julgamento da licitação e assinatura do contrato;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

IV - prazo, local e horário em que serão fornecidos, aos interessados, **os dados, estudos e projetos necessários à elaboração dos orçamentos e apresentação das propostas;**

- e no Marco Legal do Saneamento Básico, Lei Federal nº 11.445/2007 – artigo 11, II:

Art. 11. São condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico:

I - a existência de plano de saneamento básico;

II - a existência de estudo que comprove a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação dos serviços, nos termos estabelecidos no respectivo plano de saneamento básico;

- Especificamente com relação às Concessões para a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, adicionalmente à Lei Federal 11.445/2007, a Portaria nº 557/2016 do Ministério das Cidades complementa a matéria, trazendo as “normas de referência para a elaboração de estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira (EVTE)” previstas no artigo supracitado.

2.3.6. Diante das limitações administrativas, e da complexidade dos estudos e documentos envolvidos, ficou evidenciada a maior conveniência da terceirização dos Estudos de Viabilidade e emissão da documentação para a Concessão dos serviços de gerenciamento de resíduos sólidos.

2.4. Marco Regulatório, Metas e Projeções

2.4.1. O cenário regulatório da gestão de resíduos nacional sofreu forte transformação, ocasionada pela Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei nº 12.305/2010, Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico - Lei nº 11.445/2007, e no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, pela Lei nº 4.191/2003 que estabeleceu a Política Estadual de Resíduos Sólidos (PERS), regulamentada pelo Decreto nº 41.084/2007.

2.4.2. “Desde a promulgação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que trouxe à luz vários aspectos inovadores para a gestão de resíduos sólidos, houveram



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

diversos avanços neste tópico, como por exemplo a obrigatoriedade de elaboração dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS), o controle social, o aproveitamento energético dos resíduos, a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a logística reversa, a coleta seletiva e a determinação de prazo para erradicação dos lixões. No entanto, dada a sua ambição em promover uma gestão inovadora e em consonância com países europeus mais desenvolvidos, **muitos municípios brasileiros se veem reféns por não conseguirem atender as exigências impostas pela lei. Estudos apontam a baixa capacidade técnica e financeira dos municípios como fator determinante para a não implementação eficiente da PNRS** (BRASIL, 2017; GRISA e CAPANEMA, 2018; NEVES et al., 2021). De acordo com Maiello e colaboradores (2018), há uma enorme distância, tanto física como estrutural, entre as principais instâncias de governo formuladores de normas e diretrizes de âmbito nacional e as instâncias executoras.”

(Fonte: Revista Internacional de Ciências, v. 12, n. 02, p. 146-163, mai-ago, 2022; file:///C:/Users/antoniocsj/Downloads/jalmeida,+5.+Layout+Jorge+Santos.pdf)

2.4.3. De acordo com estudos do IBGE, com base no Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado do Rio de Janeiro (PERS - RJ), de 2010 a 2022 houve um incremento de 2,14% (dois vírgula quatorze por cento) na geração de lixo no estado, o que significa um aumento de 0,1783% (~zero vírgula dezoito por cento) ao ano. Apesar de aparentar ser um índice baixo, tendo como base o índice estadual, projeta-se que, até 2035 o município terá uma geração de 258.365,05 T (duzentos e cinquenta e oito mil, trezentos e sessenta e cinco vírgula zero cinco toneladas) de resíduos, o que significa um incremento de 4.562,64 (quatro mil, quinhentas e sessenta e dois vírgula sessenta e quatro toneladas) de resíduos.

<https://ciclovivo.com.br/planeta/desenvolvimento/geracao-de-lixo-no-rj-aumenta-363-toneladas-por-dia/#:~:text=Entre%202010%20e%202022%2C%20a,crescimento%20de%202%2C14%25.>

2.4.4. O tamanho, composição social e volume de geração de resíduos da cidade exige um serviço extremamente robusto de coleta, inclusive para o atendimento eficaz da



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

Regulamentação Federal, no que compete ao Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, conforme o artigo 3º da política Nacional de Resíduos Sólidos.

2.4.5. Ou seja, conclui-se que, apesar do empenho para a execução, diante deste cenário complexo, o município não possui os equipamentos, disponibilidade financeira e de mão-de-obra adequados, tanto operacionais quanto táticos, necessários e imprescindíveis para a realização do respectivo serviço de forma plena, bem como não tem disponível uma área própria para a destinação final.

2.4.6. Ademais, o supracitado PERS – RJ define em sua 7ª sessão – “Metas” (Anexo I do ETP), os indicadores para cada aspecto relacionado aos resíduos sólidos, com os devidos prazos que devem ser cumpridos por todos os municípios do Estado, os quais se tornam inalcançáveis para o município, sem o auxílio de um corpo técnico com *know how*, ferramentas e recursos materiais e humanos, para o Planejamento e Coordenação do Projeto.

2.4.7. Considerado o cenário global da demanda, e analisado o próprio PERS-RJ, que incentiva a realização de concessões para os serviços relacionados aos resíduos sólidos, o corpo gestor da SEMCON optou pelo estudo de viabilidade da concessão dos serviços. Dadas as limitações supracitadas, torna-se mais eficiente, razoável, eficaz e sustentável a contratação de empresa para a elaboração de tais estudos.

2.5. Da solução de Concessão de Serviço Público a ser elaborada

2.5.1. Considerado o conceito de Concessão dado pela Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995:

Artigo 2º, inciso II - concessão de serviço público: **a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente**, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, **a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;**

Artigo 6º Toda concessão ou permissão pressupõe a **prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários**, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

contrato.

§ 1o Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

§ 2o A atualidade compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.

2.5.2. Visto que a Concessão prevê que os grandes investimentos serão da Concessionária, e projeta a realização eficiente de serviço público satisfatório, com retorno de pagamento para a Administração; dentro do aspecto econômico, a Concessão trará maior vantajosidade para a Prefeitura, em detrimento da Contratação de Terceirizada para a prestação do serviço, que atualmente, ainda que não abarcando a totalidade dos serviços para o nível de qualidade exigido, já atinge um considerável vulto de dispêndio financeiro.

2.5.3. Considerando ainda o PERS-RJ: “com apoio aos municípios em projetos de remediação, **induzindo a que o setor privado assuma parte desta responsabilidade quando da obtenção de concessão para operação das Centrais de Tratamento de Resíduos Sólidos – CTRs.**” (PLANO ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO RIO DE JANEIRO – PERS RJ; RELATÓRIO SÍNTESE – 2013, pág. 36), que inclusive traz diversos exemplos positivos de outros municípios do Estado do Rio de Janeiro, ficou evidenciada a eficácia da concessão de serviços desta natureza, culminando na necessidade de elaboração de estudo de viabilidade robusto, conforme descrito neste Estudo Técnico Preliminar.

3. ANÁLISE DAS SOLUÇÕES DE MERCADO

3.1. As possíveis soluções para a demanda levantamento de estudos, planejamento e documentos para a contratação dos serviços de gestão de resíduos sólidos compreendem:

3.1.1. A execução pela própria Administração Pública



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

3.1.1.1. A Prefeitura Municipal de São Gonçalo conta hoje, conforme citado anteriormente, com a SEMDUR, a SEMCON e a SEMGIPE como órgãos que tem competência para a análise de contratações a respeito de serviços de engenharia e afins. Porém, analisamos no presente tópico as consequências da delegação do objeto aos órgãos próprios da Administração:

- a) **Morosidade** - dado o cenário atual de muitas demandas da PMSG delegadas para estes órgãos, não há previsão de dedicação integral de quaisquer servidores aos estudos e documentos para a pretensa contratação, ocasionando dilação indesejada dos prazos para a conclusão e consequente atraso na contratação da Concessão do serviço de gestão de resíduos, que já se encontra em inconformidade com o Marco Regulatório;
- b) **Burocracia** – em respeito aos fluxos processuais necessários, inclusive elencados na Análise de Riscos deste ETP, para a legalidade dos atos praticados, é necessário que os estudos sejam elaborados pela pasta requisitante, submetidos aos órgãos de Assessoramento Jurídico e Controle Interno, e Compras, sempre que necessário, devido à necessária burocracia, porém, este cenário culminaria também em morosidade;
- c) **Ônus financeiro** – Para o correto andamento e enquadramento dos estudos e documentos, se fazem necessários mobilização e envolvimento de diversos servidores, o que pode gerar custo direto, além de custos indiretos, pelo afastamento de atividades também importantes para a Administração;
- d) **Acúmulo de Funções** – visto que os servidores capacitados se encontram lotados nas secretarias de natureza precípua de Engenharia, e que não há corpo técnico suficiente para uma segregação de funções eficaz, o risco de acúmulo de funções deve ser evitado, não sendo elaborados os estudos pelos mesmos servidores que venham a estar envolvidos em outras etapas relevantes do planejamento e da contratação;

3.1.2. Contratação de empresa para este fim - Terceirização:



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

3.1.2.1. A terceirização de serviços pela Administração Pública é instrumento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, artigo 48, *caput*:

Art. 48. Poderão ser objeto de execução por terceiros as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade, vedado à Administração ou a seus agentes, na contratação do serviço terceirizado.

3.1.2.2. A supracitada Lei também prevê em seu artigo 6º, XVII a definição de Estudos Técnicos como “serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual”, como possível objeto de contratação no mercado pela Administração Pública.

3.1.2.3. Para a pretensa contratação, são claramente identificáveis as seguintes vantagens:

- a) **Eficiência** – Trânsito interno de todas as informações sob a responsabilidade de uma mesma empresa, entre as diferentes competências de profissionais, encurtando o tempo de elaboração e análise dos estudos e documentos;
- b) **Adequação e segurança jurídica** – Atuação de profissionais com comprovada competência atuantes no mercado, em dedicação a este objeto, maximizando a previsão de adequação dos produtos;
- c) **Economicidade** – pagamento de custos reais do projeto, com base num prazo adequado, condizente com o objeto, e com base nos custos definidos pelos órgãos regulamentadores do mercado;
- d) **Maiores linhas de defesa** – Elaborados os estudos por empresa terceirizada, competirá aos órgãos próprios da Administração que detém conhecimento de causa, a análise da adequação, fiscalização, cobrança de resultados e acompanhamento do objeto diante da contratada, criando mais uma camada de defesa e gestão da legalidade dos feitos.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

3.1.2.4. Respeitados os princípios da eficiência, da economicidade, do planejamento e da segregação de funções, fica evidenciada como sendo estrategicamente mais adequada para a elaboração dos estudos e documentos para a Concessão do gerenciamento de resíduos sólidos do município.

4. NECESSIDADES DO NEGÓCIO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Forma de execução

4.1.1. Elaboração dos documentos técnicos relacionados aos Estudos de Viabilidade Técnico-Operacional, Ambiental, Econômico-Financeira e Jurídica da Concessão dos serviços públicos de coleta, manejo, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos.

4.1.2. Planejamento paralelo de Reuniões de alinhamento com a Secretaria Municipal de Conservação (SEMCON), a Procuradoria-Geral do Município (PGM – SG), o Controle Interno Municipal (SEMCI) e Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos (SEMCOMP), quando necessário.

4.1.3. Contratação Global, com previsão de Entregáveis conforme o Cronograma Físico-Financeiro, adequável nas Reuniões de alinhamento.

4.2. Estrutura

4.2.1. Mão-de-obra, programas - softwares, equipamentos, escritório gráfico para plantas, se for o caso, para a emissão adequada de cada peça, próprios da empresa contratada.

4.3. Regulamentações

4.3.1. Adequação de todos os aspectos e produtos às regulamentações municipais pertinentes, inclusive prevendo Revisões, sempre que apontadas pelos órgãos Jurídico, de Controle Interno de Compras e pela Contratante.

4.3.2. Adequação do Projeto para atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei nº 12.305/2010 e Lei nº 4.191/2003 que estabeleceu a Política Estadual de Resíduos Sólidos (PERS), regulamentada pelo Decreto nº 41.084/2007.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

4.3.3. Dada a previsão da Lei Federal 14.133/2021, artigo 6º, inciso XXI:

XXI - serviço de engenharia: **toda atividade** ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, **intelectual** ou material, **de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra** a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, **são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados**

- Os profissionais e documentos gerados deverão estar adequados aos regulamentos e padrões do CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), por se tratarem de Estudos sobre a viabilidade de um serviço que envolve matérias de regulamentação deste órgão, como engenharias civil, química e ambiental.

4.3.4. Emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica para as etapas/ entregas para as quais se fizer necessária, bem como para o Projeto Final.

4.3.5. Adoção de todas as Normas Técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas e Técnicas) aplicáveis aos serviços técnicos de engenharia e estudos técnicos.

4.3.6. Os profissionais e documentos gerados, quando couber, deverão ser adequados e prever responsabilidade técnica de Advogados, dentro dos padrões da Ordem de Advogados do Brasil (OAB).

4.3.7. Quaisquer profissionais submetidos à regulamentação deverão ser devidamente certificados e emitir os documentos conforme o regramento do órgão regulamentador.

4.4. Sustentabilidade

4.4.1. Atendimento aos critérios de Sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

5.1. Serão analisados neste tópico o aspectos de requisitos, operacionalidade, custos e viabilidade para a contratação de Estudos Técnicos de Viabilidade Técnico-Operacional, Ambiental, Econômico-Financeira e Jurídica, bem como outras avaliações que contenham nível de detalhamento suficiente para a escolha e estruturação do melhor modelo economicamente viável para a gestão integrada de resíduos sólidos urbanos no município, visando ao cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos e do Marco Legal do Saneamento Básico.

Plano de Trabalho

5.2. O Plano de Trabalho, que consiste na etapa inicial do projeto, deverá abordar e obedecer aos seguintes requisitos mínimos:

- a) A organização da equipe, com definição das funções e papéis a serem desempenhados;
- b) O Planejamento dos trabalhos, com procedimentos metodológicos para execução dos serviços e entrega dos produtos, bem como os resultados esperados;
- c) Organização, condução e apresentação de *kickoff* do projeto, visando equalizar, compartilhar e ampliar a compreensão e conhecimentos sobre o projeto entre os profissionais designados a participar deste;
- d) O cronograma de execução dos serviços, indicando os principais eventos, atividades necessárias;
- e) Os principais marcos de tomada de decisão relacionados ao produto, indicando os responsáveis pelas decisões.

5.3. Todos os produtos das etapas supracitadas deverão ser submetidos à SEMCON para análise da adequação às demandas legais, organizacionais e práticas do Governo.

Produtos

I. Diagnóstico da Situação Atual

- Deverá ser feito o levantamento e análise das informações sobre os serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos do município. O conteúdo mínimo que deverá ser abordado no documento é apresentado a seguir:

- a) Levantamento de dados secundários para avaliar os serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos, contendo minimamente a origem, o volume, a caracterização dos



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

resíduos e as formas de coleta, destinação e disposição final adotadas; bem como os equipamentos e a mão de obra utilizada para sua execução;

- b) Levantamento da infraestrutura existente;
- c) Recebimento de resíduos sólidos urbanos de outros municípios em aterro próprio ou terceirizado (consolidar o número de municípios e a quantidade de resíduos recebidos por dia);
- d) Existência de tarifa/taxa para coleta e tratamento de resíduos, forma de cobrança, valor cobrado e periodicidade;
- e) Existência de termo de ajustamento de conduta (TAC) assinado com o Ministério Público e/ou Órgãos estaduais de controle;
- f) Existência de trabalhos de coleta seletiva, com as seguintes informações: percentual do lixo coletado, quantidades de materiais recuperados – papéis, papelões, plástico, metais, vidros e outros;
- g) Existência de associações de catadores no município;
- h) Levantamento de informações sobre a coleta, transbordo e transporte;
- i) Vida útil restante do aterro, as despesas com pessoal e manutenção e os equipamentos disponíveis para a operação;
- j) Verificação da existência de passivos ocasionados pelo manejo inadequado de resíduos sólidos urbanos.
- k) Diagnóstico do sistema de manejo de resíduos sólidos urbanos.

II. Estudo de Viabilidade Técnica, Econômico-Financeira e Ambiental (EVTEA)

- Conforme artigo 3º da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007:

Art. 3º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se: (Redação dada pela Lei nº 14.026, de 2020)

I - Saneamento Básico: conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de: (Redação dada pela Lei nº 14.026, de 2020)

(...)

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: constituídos pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais de coleta, varrição manual e mecanizada, asseio e conservação urbana, transporte, transbordo, tratamento e



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares e dos resíduos de limpeza urbana;

Ainda conforme a referida Lei:

Art. 11. São condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico:

(...)

II - a existência de estudo que comprove a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação dos serviços, nos termos estabelecidos no respectivo plano de saneamento básico;
(Redação dada pela Lei nº 14.026, de 2020)

- Logo, por força da regulamentação legal, a elaboração do EVTEA é condição de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico.
- O EVTEA deve incluir, entre outras informações:
 - a) Prognóstico de viabilidade e seleção do modelo de prestação dos serviços públicos mais adequado para a realidade do município, dentre as alternativas estudadas.
 - b) Demonstração do atendimento ao previsto no inciso I e suas alíneas, e nos incisos II, IV e V do caput do art. 10 da Lei 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

III. Plano de Identificação e Inclusão dos Participantes e Comunicação Social

- Deverá ser elaborada a documentação das atividades relacionadas à Comunicação Social atrelada ao projeto, envolvendo transparência e engajamento de participantes.
 - a) Elaboração do Plano de Comunicação e de Engajamento, incluindo a identificação dos públicos de interesse (todos os atores, agrupamentos sociais que possam exercer influência sobre o projeto).
 - b) Proposição de ações de comunicação com os diversos segmentos, afim de mitigar riscos à operação e promover o engajamento dos públicos envolvidos e fomentar a participação social.
 - c) Estratégia de gerenciamento e controle de crises;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

- d) Mapeamento e seleção de canais de comunicação;
- e) Monitoramento de participantes e ações de engajamento/comunicação;
- f) Identificação e orientação da equipe do ente público envolvida e suas respectivas responsabilidades no projeto;
- g) Elaboração de Estratégias que possam responder adequadamente e em tempo hábil a quaisquer questões que possam surgir na preparação do projeto.
- h) Plano de engajamento de participantes e comunicação social.

IV. Modelagem técnico-operacional

- O documento deverá conter, no mínimo, nível de detalhamento de estudo contendo todas as informações técnicas necessárias e suficientes para a realização de processo licitatório, tais como:
 - a) Descritivo conceitual do projeto, com infraestrutura necessária e especificidades da capacidade total;
 - b) Definição das especificações mínimas para todas as instalações e serviços a serem prestados;
 - c) Diretrizes construtivas;
 - d) Especificação e dimensionamento das instalações, pessoal e equipamentos a serem empregados;
 - e) Estimativas de custo individual das demandas complementares previstas incluindo a referência utilizada;
 - f) Descrição das tecnologias disponíveis para a prestação dos serviços a serem concessionados;
 - g) Indicação da tecnologia para cada etapa do sistema, instruída com justificativas e análises a partir das situações ambientais e geográficas do município;
 - h) Projeção de demanda para utilização das estruturas de operação dos serviços a serem concessionados, considerando todo o período definido para a concessão;
 - i) Identificação, análise e elaboração de Matriz de Riscos do projeto, inclusive de demanda, inovação tecnológica e ambiental;
 - j) Descritivo de possíveis receitas acessórias geradas por meio de atividades complementares àquelas do objeto da Concessão;
 - k) Identificação de Indicadores de Desempenho;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

l) Projeção de investimentos para cada um dos serviços a serem concessionados suficientemente detalhada para que seja possível a construção de um modelo econômico-financeiro.

i. Deverão ser considerados, entre outros, os custos de:

1. Pré-implantação – Estudo de Viabilidade, aquisição de terrenos, projetos e licenciamentos ambientais, etc.;
2. Implantação;
3. Operação, Manutenção e Monitoramento.

V. Estudo Ambiental

- Deverão ser avaliados os aspectos ambientais que podem ter impacto no projeto, e contemplando:
 - a) Levantamento da legislação pertinente como outorgas e licenças;
 - i. A emissão de quaisquer documentos levantados como necessários, não deverá ser feita pela Contratada.
 - ii. Deverá ser emitido o Relatório de Atribuição, onde seja possível identificar a responsabilidade de cada ator envolvido, sobre a emissão de cada documento.
 - b) Diretrizes a serem seguidas pela Concessionária para o processo de Licenciamento Ambiental do projeto, com descrição do rito de licenciamento e dos documentos e estudos a serem apresentados pela concessionária ao órgão licenciador;
 - c) Identificação dos possíveis impactos ambientais (gerais) decorrentes das estruturas a serem implantadas e possíveis medidas mitigadoras, que devem compor a Matriz de Riscos (se for o caso);
 - d) Indicação das diretrizes gerais relacionadas às Normas de Saúde e Segurança do Trabalho, conforme legislação vigente, a serem observadas pela Concessionária.

VI. Modelagem econômico-financeira

- A avaliação Econômico-Financeira deverá abarcar todos os elementos relacionados à gestão, além da expansão do serviço a ser prestado para limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, com vistas à elaboração da Modelagem Econômico-Financeira que atenda ao projeto, contendo:
 - a) Premissas macroeconômicas e financeiras;
 - b) Fluxo de investimentos;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

- c) Fluxos dos custos de operação e manutenção;
- d) Fluxo de receitas operacionais e acessórias (se houver);
- e) Cronograma físico-financeiro;
- f) Premissas fiscais e tributárias;
- g) Custo médio ponderado de capitais (WACC) e taxa interna de retorno (TIR) do projeto;
- h) Modelo de remuneração do ente privado;
- i) Definição dos vínculos com indicadores de desempenho;
- j) Resultados do modelo econômico-financeiro; e
- k) Plano de negócios referencial.

VII. Modelagem Jurídica

- Deverá ser elaborada análise a respeito do panorama legal aplicável ao objeto da concessão com o intuito de reunir informações para subsidiar a viabilidade do projeto, inclusive quanto aos aspectos da sua licitação e contratação, e identificação das limitações legais que condicionem o seu desenvolvimento, observando as especificidades e com foco no ente público.
- Após tal análise, espera-se a definição das premissas jurídicas do modelo de concessão adotado, bem como análise jurídica quanto aos itens que podem ter impacto no projeto, devendo abarcar:
 - a) Minutas de atos normativos como Projetos de Lei, Decretos, Portarias, mensagens, racionais, justificativas, e outros instrumentos necessários à viabilização do projeto;
 - b) Levantamento do arcabouço regulatório do ponto de vista do manejo de resíduos sólidos urbanos do município;
 - c) Análise das opções que o ente público possui para viabilizar o arranjo jurídico necessário para a implementação do projeto;
 - d) Indicação das ferramentas jurídicas necessárias ao arranjo indicado, tais como convênios e outros contratos relevantes;
 - e) Análise dos aspectos jurídicos e regulatórios à obtenção de licenças e autorizações necessárias ao projeto;
 - f) Análise e indicação das formas de remuneração viáveis do serviço público delegável, assim como das receitas acessórias exploráveis;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

- g) Avaliação final do desenho e estruturação do modelo jurídico;
 - h) Mecanismos de garantias;
- Os estudos deverão ter como produtos o Edital e Anexos de Concorrência Pública para a Concessão dos serviços públicos de gestão, gerenciamento e manejo dos resíduos sólidos urbanos.
 - 1. Subprodutos
 - a. Edital e minuta de contrato, adequados às regulamentações municipais, emitidas pela Procuradoria Municipal;
 - i. Definição dos seguros que serão exigidos;
 - ii. Mecanismos que deverão estar contratualmente presentes para disciplinar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão;
 - iii. Identificação dos requisitos a serem observados pela concessionária, como a formação de uma Sociedade de Propósito Específico;
 - iv. Definição das garantias de proposta e de execução contratual a serem exigidas na licitação e no contrato de concessão;
 - v. Indicação dos critérios de habilitação dos licitantes;
 - vi. Indicação dos critérios técnicos objetivos de julgamento das propostas;
 - vii. Definição dos índices de desempenho a serem considerados;
 - viii. Definição da Matriz de Risco;
 - ix. Regulação e fiscalização do contrato;
 - x. Penalidades para o inadimplemento das obrigações;
 - xi. Regras de pagamento vinculadas ao desempenho na execução do contrato, bem como outros aspectos jurídicos relevantes;
 - xii. Cláusulas com regramento dos mecanismos de resolução de conflito, rescisão, indenização, penalidade, encampação e reversão dos bens;
 - xiii. Diretrizes para a contratação do verificador independente; e
 - xiv. Demais documentos necessários à publicação do referido Edital com segurança jurídica.
 - b. Caderno de Encargos;
 - c. Relação de Bens Reversíveis;
 - d. Diretrizes para elaboração da proposta técnica, caso necessário;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

- e. Diretrizes para elaboração da proposta comercial;
- f. Diretrizes ambientais;
- g. Indicadores de desempenho; e
- h. Plano de Negócios Referencial.

VIII. Validação Externa

- Quando da realização de Audiência e Consulta Pública, que visam conferir acesso público a todas as informações disponíveis e garantir o direito de manifestação de todos os interessados sobre o projeto, e são previstas para a consolidação da Concessão, a Contratada deverá prestar Consultoria Técnica ao município, com as seguintes previsões:
 - a) Consultoria técnica de Engenharia, Jurídica e Econômico-Financeira quando da apresentação do projeto ao público;
 - b) Auxílio na elaboração de respostas aos questionamentos e pedidos de esclarecimento;
 - c) Verificação da pertinência e necessidades de alterações decorrentes das manifestações realizadas durante o processo de estruturação do projeto.

IX. Licitação e Contratação

- Concluído o Projeto, deverá ser prestada consultoria técnica de engenharia, jurídico e econômico-financeiro à Comissão de Contratação quando da deflagração da fase externa do certame, e compreende as seguintes atividades:
 - a) Auxílio à Comissão de Contratação nas respostas aos questionamentos dos licitantes quanto aos aspectos técnicos do projeto;
 - b) Consultoria Técnica à Comissão de Contratação na análise quanto ao atendimento dos aspectos técnicos de engenharia, jurídico e econômico indicados no Edital pelas licitantes.

5.4. Todos os aspectos jurídicos, bem como seus Produtos e Subprodutos, deverão ser alinhados às regulamentações municipais, e, sempre que exigido, submetidos e adequados à análise da Procuradoria Municipal;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

5.5. Todos os aspectos econômico-financeiros, bem como seus Produtos e Subprodutos, deverão ser alinhados às regulamentações municipais, e, sempre que exigido, submetidos e adequados à análise da Secretaria Municipal de Controle Interno;

5.6. Deverão ser feitas reuniões técnicas de "ponto de controle" entre a equipe de fiscalização da Contratante, assessoria jurídica e controle interno municipais e a Contratada para manter o alinhamento do entendimento e facilitar esclarecimentos que possam surgir durante a execução contratual, sempre que se fizer necessário (art. 169, incisos I e II da 14133, que trata das linhas de controle - 1ª e 2ª).

5.7. Nas inconsistências e os conflitos entre as previsões, estudos, exigências e quaisquer aspectos feitos pela Contratada e aqueles regulamentados no município pelos respectivos órgãos, prevalecerão estes últimos.

6. ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO E DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

6.1. Para o levantamento do Custo Estimado dos serviços de consultoria previstos como necessários para a pretensa contratação, foram usados os valores referenciais disponíveis no sítio oficial do Departamento Nacional de Infraestruturas e Transportes (DNIT), dentro do Gov.br, que disponibiliza não apenas os valores em reais, mas a estimativa de empenho hora/homem.

6.2. Foram considerados custos estimados de logística para as reuniões solicitadas como Modelo de Execução do Objeto, para maior assertividade na estimativa do orçamento, e em respeito ao princípio do planejamento, visto que, em respeito aos princípios da competitividade, legalidade, transparência e eficiência, o certame será processado na sua forma online, permitindo

6.3. Os detalhamentos da mão-de-obra e serviços estimados encontra-se no Anexo III deste ETP.

TABELA CONSOLIDADA DE VALORES

Serviço	Descrição	Valor	Total
Plano de Trabalho			
Plano de Trabalho	Mão de obra	R\$ 23.464,26	R\$ 26.049,30
	Logística e	R\$ 2.585,04	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

	outros		
Subtotal			R\$ 26.049,30
ETAPA 1 - Diagnóstico			
Diagnóstico	Mão de obra	R\$ 62.767,26	R\$ 67.937,34
	Logística e outros	R\$ 5.170,08	
Subtotal			R\$ 67.937,34
ETAPA 2 - Estudos de Viabilidade Técnica, Econômico-Financeira e Ambiental (EVTEA)			
Plano de Engajamento de Stakeholders e Comunicação Social	Mão de obra	R\$ 27.361,66	R\$ 33.266,26
	Logística	R\$ 5.904,60	
Modelagem técnico-operacional	Mão de obra	R\$ 66.355,13	R\$ 70.232,69
	Logística	R\$ 3.877,56	
Estudo Socioambiental	Mão de obra	R\$ 31.156,57	R\$ 34.299,61
	Logística	R\$ 3.143,04	
Modelagem econômico-financeira	Mão de obra	R\$ 30.044,19	R\$ 32.350,23
	Logística	R\$ 2.306,04	
Modelagem jurídica	Mão de obra	R\$ 32.179,65	R\$ 34.764,69
	Logística	R\$ 2.585,04	
Subtotal			R\$ 204.913,49
ETAPA 3 - VALIDAÇÃO EXTERNA			
Audiência e Consulta	Mão de obra	R\$ 12.763,91	R\$ 15.906,95
	Logística	R\$ 3.143,04	
Subtotal			R\$ 15.906,95
ETAPA 4 - PROCESSO LICITATÓRIO			
Processo licitatório	Mão de obra	R\$ 14.335,36	R\$ 16.920,40
	Logística	R\$ 2.585,04	
Subtotal			R\$ 16.920,40
TOTAL SEM BDI			R\$ 331.727,48
TOTAL COM BDI			R\$ 420.033,34
26,62%			

(<https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/custos-e-pagamentos/custos-e-pagamentos-dnit/engenharia-consultiva-2/tabela-de-precos-de-consultoria-1/relatorios/2025/janeiro/janeiro-2025>)

7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

7.1. Justificativa para a adjudicação global do serviço

7.1.1. O inciso II do artigo 47 da Lei Federal 14.133/2021 prevê sobre o tema:

Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

(...)

II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

I - a responsabilidade técnica;

II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

7.1.2. No que compete a viabilidade técnica, dada a natureza complementar e interdependente dos serviços intelectuais previstos, a confecção dos estudos por única empresa, que disponha de todo aparato profissional de assessoria para cada área de conhecimento, juntamente com a elaboração dos projetos necessários pelo seu responsável técnico garante:

- a) Maior eficiência e assertividade nos resultados;
- b) Responsabilização técnica unificada;
- c) Celeridade no atendimento dinâmico à Administração, visto que não há delegação ou trânsito dos processos entre empresas ou profissionais distintos;
- d) Conhecimento generalista das demandas pelos responsáveis técnicos subordinados à uma mesma empresa, e consequente incentivo à proposição de melhorias, acompanhamento integral das demandas, aplicação otimizada dos recursos dado o conhecimento aprofundado de todo o conjunto, gerando maior eficiência no empenho de recursos, e consequente economia financeira, temporal e de gestão;
- e) Inexistência de conflitos de interesse entre empresas que, de outro modo, atenderiam cada uma ao seu interesse, incitando a esquiva da responsabilidade sobre possíveis falhas de execução.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

7.1.3. A adjudicação à uma única empresa inclusive, visa erradicar a burocracia limitante que inviabiliza a confecção dos Estudos pela própria Administração. Caso os estudos fossem desenvolvidos por diversas empresas, seria delegada a mesma burocracia para as Contratadas.

7.1.4. Esta previsão ainda robustece a contratação, incentivando a competitividade e arrojamento das propostas, aumentando o interesse das empresas do mercado em ofertar preços mais competitivos para a adjudicação singular de um serviço integrado, e consequentemente maiores ganhos.

7.1.5. Por se tratarem de serviços intelectuais, os quais de acordo com a usualidade do mercado, são prestados por empresas que dispõe de todos os recursos necessários, não há necessidade de previsão de Subcontratação de quaisquer parcelas do serviço, visto inclusive que não há possibilidade de segregação de Parcelas de Maior ou Menor Relevância, dada a integração entre as etapas e natureza dos estudos, não sendo possível previsão de parcelas para serem subcontratadas.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO A SER CONTRATADA

8.1. Conforme pormenorizado nos tópicos anteriores, a Contratação deverá abranger a realização dos estudos, emissão dos documentos e minutas necessários para a realização da Concessão, consultoria na fase externa, disponibilização de Ponto Focal da Contratada como Consultor para dirimir quaisquer dúvidas.

8.2. Para a viabilidade da terceirização dos Estudos e Documentos necessários para a Concessão dos serviços de gerenciamento de resíduos sólidos do município de São Gonçalo, que se trata de serviço predominantemente intelectual, fica evidenciada que se faz necessária a avaliação dos aspectos técnico-intelectuais relacionados à capacidade das licitantes. Este fundamento orienta que a licitação deverá ser processada por Concorrência, com critério de julgamento de melhor técnica e preço, conforme previsto no artigo 36 da Lei Federal 14.133/2021:

Art. 36. O julgamento por técnica e preço considerará a maior pontuação obtida a partir da ponderação, segundo fatores objetivos previstos no edital, das notas atribuídas aos aspectos de técnica e de



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

preço da proposta.

§ 1º O critério de julgamento de que trata o caput deste artigo será escolhido quando estudo técnico preliminar demonstrar que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no edital forem relevantes aos fins pretendidos pela Administração nas licitações para contratação de:

I - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, caso em que o critério de julgamento de técnica e preço deverá ser preferencialmente empregado;

(...)

§ 2º No julgamento por técnica e preço, deverão ser avaliadas e ponderadas as propostas técnicas e, em seguida, as propostas de preço apresentadas pelos licitantes, na proporção máxima de 70% (setenta por cento) de valoração para a proposta técnica.

§ 3º O desempenho pretérito na execução de contratos com a Administração Pública deverá ser considerado na pontuação técnica, observado o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 88 desta Lei e em regulamento.

Art. 37. O julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço deverá ser realizado por:

I - verificação da capacitação e da experiência do licitante, comprovadas por meio da apresentação de atestados de obras, produtos ou serviços previamente realizados;

II - atribuição de notas a quesitos de natureza qualitativa por banca designada para esse fim, de acordo com orientações e limites definidos em edital, considerados a demonstração de conhecimento do objeto, a metodologia e o programa de trabalho, a qualificação das equipes técnicas e a relação dos produtos que serão entregues;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

III - atribuição de notas por desempenho do licitante em contratações anteriores aferida nos documentos comprobatórios de que trata o § 3º do art. 88 desta Lei e em registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

8.3. Por se tratarem de estudos e produtos que terão aplicação em serviço essencial e crítico, os serviços deverão ser cobertos por Garantia de Prescrição de, pelo menos, 5 (cinco) anos, conforme previsto no Código de Defesa do Consumidor, e a forma da prestação de Garantia deverá seguir o previsto na referida Lei.

Art. 27. Prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço prevista na Seção II deste Capítulo, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.

SEÇÃO II

Da Responsabilidade pelo Fato do Produto e do Serviço

Art. 12. O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.

8.4. Dada a urgência da realização da Concessão, o contrato deverá ter prazo de vigência de 13 (treze) meses, considerado o mínimo para o serviço em tela, e deverá ser permitida sua prorrogação automática, desde que fundamentada e alinhado o Cronograma Físico-Financeiro aos novos prazos, sem que a prorrogação acarrete qualquer custo adicional à Administração.

8.5. Qualquer prorrogação ocasionada por atraso injustificado dos serviços por parte da Contratada, deverá prever aplicação de Sanções compatíveis com o dano.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

8.6. Não se faz eficaz a exigência de Garantia de Proposta, visto que a criticidade do serviço perseguido não condiria com o valor limite de solicitação de Garantia, a saber 5% até 10% do valor da Contratação. De outro modo, devem ser graduados os percentuais de multa proporcionais a cada Risco identificado na Matriz de Riscos, de acordo com o índice alcançado por ele. Quanto maior o índice do Risco, maior o percentual de multa.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

9.1. Não se observou a necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. Aspecto Econômico

10.1.1. Vantajosidade econômica pela competitividade na modalidade, critério de julgamento e forma de adjudicação adotadas para a licitação;

10.1.2. Gestão enxuta do serviço, e maior responsabilidade na administração dos recursos por se tratar de única contratada respondendo pela execução;

10.1.3. Economicidade de longo prazo, visto que o Planejamento do processo de Concessão será otimizado, culminando em maior assertividade, melhor empenho de verba, maior e melhor vida útil do objeto.

10.2. Aspecto Técnico

10.2.1. Execução mais técnica e eficiente, por se tratar de única contratada, com *know how* e *expertise*, respondendo pela execução;

10.2.2. Alinhamento entre expectativa e possibilidades reais da Administração, pela realização das reuniões periódicas;

10.2.3. Dinamismo na rotina de execução, pela única responsável estar dando andamento a todas as etapas necessárias;

10.2.4. Adequação do projeto às normas e legislações, pela capacidade técnica de empresa especializada para realizar as pesquisas necessárias, evitando multas, interdições ou complicações jurídicas.

10.2.5. Atendimento prioritário aos Princípios do Planejamento, Eficiência e Desenvolvimento Nacional Sustentável.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

10.3. Aspecto da Sustentabilidade

10.3.1. Maior segurança e vida útil da futura Concessão, pelas exigências de adoção de toda regulamentação vigente para o caso;

10.3.2. Minimização dos riscos, assegurada pela análise acurada e emissão da Matriz de Riscos;

10.4. Aspecto Social

10.4.1. Atendimento ao interesse público e probidade administrativa, na busca pela melhor solução para a prestação de um serviço básico de qualidade aos munícipes.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PRÉVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

11.1. Publicação em Diário Oficial da Comissão de Fiscalização, que será responsável pelo acompanhamento e gestão do Contrato, incluindo Cronograma Físico-Financeiro, Empenhos, aplicação de Sanções, quando for o caso, Reuniões de Marcos de Entregas e demais aspectos relacionados à contratação.

12. ANÁLISE/ MAPA/ MATRIZ DE RISCOS

12.1. A Análise de Riscos para a contratação de empresa para a elaboração de estudos e documentos para a realização de Concessão do gerenciamento de resíduos sólidos encontra-se no Anexo II deste ETP.

12.2. Foi usada como insumo para a análise, a Planilha de Análise de Riscos disponibilizada pela Controladoria Geral da União, incluindo os indicadores de impacto e probabilidade de ocorrência.

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

13.1. O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) considerou a necessidade de contratação do objeto, os requisitos técnicos, legais e ambientais e os do próprio negócio, o mercado em que o objeto se encontra inserido, bem como todos os demais requisitos necessários para a



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

caracterização e quantificação da demanda identificada, bem como o processo de escolha da solução que melhor se adequa ao Município, nesta oportunidade.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

ANEXO I DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - PLANO ESTADUAL DE
RESÍDUOS SÓLIDOS DO RIO DE JANEIRO - RELATÓRIO SÍNTESE/2013 Quadro de
metas

<https://observatoriopnrs.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/11/rio-de-janeiro-plano-estadual-de-resc3adduos-sc3b3lidos.pdf>

7.1.1. Metas para a Gestão dos Resíduos Sólidos (MG)

METAS		Imediato	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
		2013-2014	2015-2018	2019-2024	2025- 2033
MG 1	Erradicação dos lixões e disposição final dos resíduos em Aterros Sanitários	100%	-	-	-
MG 2	Recuperação de áreas degradadas por resíduos sólidos	40%	100%	-	-
MG 3	Elaboração e revisão dos PMGIRS	100%	-	-	-
MG 4	Cobrança de taxa de resíduos domiciliares Cobrança de tarifa de preço público de G.G. (usuários dos serviços)	5%	100%	-	-
MG 5	Aproveitamento energético dos gases gerados em aterros sanitários e lixões em recuperação (com potencial energético a partir de 660 kWe), sempre que viável técnica e economicamente	10%	30%	70%	100%
MG 6	Municípios participantes de consórcios	50%	70%	80%	100%
MG 7	Catadores organizados em cooperativas e incorporados aos sistemas municipais de coleta seletiva	50%	80%	-	-

7.1.2. Metas para o Atendimento da Logística Reversa (MLR)

METAS		Imediato	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
		2013-2014	2015-2018	2019-2024	2025- 2033
MLR 1	Sistemas de Logística Reversa por fluxo implantado	100%	-	-	-
MLR 2	Orientação dos materiais sujeitos à Logística Reversa obrigatória aos responsáveis pelos resíduos	40%	70%	100%	-
Embalagens e demais produtos					
MLREP 3	Implantação da Logística Reversa sob responsabilidade dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes	40%	70%	100%	-
MLREP 4	Consolidação de sistema de monitoramento e controle das quantidades disponibilizadas ao mercado e recolhidas para reciclagem	40%	80%	100%	-
MLREP 5	Implementação de programa de apoio técnico e financeiro aos responsáveis pela Logística Reversa nos municípios que implementam a coleta seletiva e encaminham resíduos de embalagens para Logística Reversa	40%	70%	100%	-



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

LOGÍSTICA REVERSA OBRIGATÓRIA					
Agrotóxicos e Embalagens					
MLRAG 6	Acordo Setorial implementado nos municípios	100%	-	-	-
Pilhas e Baterias					
MRLPB 7	Implantação de PROGRAMA para a coleta de pilhas e baterias descartadas nos municípios do Estado	100% (municípios maiores que 500 mil habitantes)	100% (municípios menores que 500 mil habitantes e nos consórcios regionais)	-	-
Pneumáticos					
MLRPN 8	Implantação e responsabilidade de ecopontos pela RECICLANIP em municípios	100% (em municípios maiores que 100 mil habitantes e nos consórcios intermunicipais)	100% (municípios menores que 100 mil habitantes)	-	-
Oleos Lubrificantes e suas Embalagens					
MLROLUC 9	Implantação do PROGRAMA JOGUE LIMPO nos municípios do Estado	100%	-	-	-
MLROLUC 10	Ampliação do alcance do programa junto às oficinas mecânicas Programa (parceria SINDICOM+Estado+Municípios+ Consórcios)	100% (municípios entorno da Baía de Guanabara)	100% (municípios maiores que 100 mil habitantes)	100% (municípios maiores que um milhão de habitantes)	-
Lâmpadas					
MLRLAM 11	Implantação de PROGRAMA para a coleta de lâmpadas descartadas nos municípios do Estado	100% (municípios maiores que 500 mil habitantes)	100% (municípios menores que 500 mil habitantes e nos consórcios regionais)	-	-
Produtos Eletroeletrônicos					
MLRPEE 12	Implantação de PROGRAMA para a coleta de produtos eletroeletrônicos e seus componentes nos municípios do Estado	100% (municípios maiores que 500 mil habitantes)	100% (municípios menores que 500 mil habitantes e nos consórcios regionais)	-	-
Veículos em final de vida útil					
MVFU 13	Implantação de PROGRAMA para a destinação final de VFVU nos municípios do Estado	5%	20%	60%	100%
Oleos e Gorduras Vegetais					
MOGV 14	Implantação do PROVE nos municípios	100%	-	-	-
Medicamentos e Fracionados					
MME 15	Implantação de PROGRAMA para a coleta de medicamentos e fracionados nos municípios do Estado	100% (municípios maiores que 500 mil habitantes)	100% (municípios menores que 500 mil habitantes e nos consórcios regionais)	-	-



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

7.1.3. Metas para Resíduos Sólidos Urbanos (MRSU)

METAS		Imediato	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
		2013-2014	2015-2018	2019-2024	2025- 2033
MRSU 1	Coleta seletiva implantada nos municípios	100%	-	-	-
MRSU 2	Abrangência da coleta seletiva nos municípios	10%	20%	50%	100%
MRSU 3	Municípios com tratamento da fração orgânica dos RSU (municipal ou consorciada) implantados e em funcionamento	10%	20%	50%	100%
MRSU 4	Triagem e beneficiamento dos materiais recicláveis oriundos da fração seca da coleta seletiva	10%	40%	50%	60%
MRSU 5	Aproveitamento energético de rejeitos			25%	50%

7.1.4. Metas para Resíduos de Estabelecimentos Comerciais e de Prestadores de Serviços (MRCS)

METAS		Imediato	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
		2013-2014	2015-2018	2019-2024	2025- 2033
MRCS1	Planos de Gerenciamento de Resíduos elaborados por Grandes Geradores	100%	-	-	-

7.1.5. Metas para Resíduos de Serviços Públicos de Saneamento Básico (MRSB)

METAS		Imediato	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
		2013-2014	2015-2018	2019-2024	2025- 2033
MRSB1	Planos de Gerenciamento de Resíduos elaborados	100%	-	-	-
MRSB2	Disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos	10%	50%	100%	-

7.1.6. Metas para Resíduos Industriais (MRI)

METAS		Imediato	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
		2013-2014	2015-2018	2019-2024	2025- 2033
MRI 1	Inventário dos resíduos industriais gerados nos municípios	25%	100%	-	-
MRI 2	Planos de Gerenciamento de Resíduos elaborados pelas fontes geradoras de resíduos industriais	100%	-	-	-
MRI 3	Disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos industriais		100%	-	-
MRI 4	Reaproveitamento/reciclagem/aproveitamento energético dos resíduos industriais gerados (ano base 2018)		30%	50%	70%



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

7.1.7. Metas para Resíduos de Serviços de Saúde (MRSS)

METAS		Imediato	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
		2013-2014	2015-2018	2019-2024	2025- 2033
MRSS 1	Elaboração e disponibilização dos Planos de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde dos estabelecimentos públicos e privados	50%	100%	-	-
MRSS 2	Destinação final ambientalmente adequada dos RSS	100%	-	-	-

7.1.8. Metas para Resíduos da Construção Civil (MRCC)

METAS		Imediato	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
		2013-2014	2015-2018	2019-2024	2025- 2033
MRCC1	Eliminação de áreas de disposição irregular ate 2014	40%	100%	-	-
MRCC 2	Centrais de triagem e reciclagem disponibilizadas aos municípios	50%	80%	100%	-
MRCC 3	Reciclagem e reutilização de RCC	25%	50%	70%	80%
MRCC4	Implantação dos sistemas de apoio à valorização dos RCC	50%	100%	-	-

7.1.9. Metas para Resíduos Agrossilvopastoris (MRASP)

METAS		Imediato	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
		2013-2014	2015-2018	2019-2024	2025- 2033
MRASP1	Reaproveitamento dos resíduos agrossilvopastoris com viabilidade técnica	-	20%	40%	70%

7.1.10. Metas para Resíduos de Serviços de Transporte (MRST)

METAS		Imediato	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
		2013-2014	2015-2018	2019-2024	2025- 2033
MRST 1	Cadastramento dos geradores de resíduos de transporte nos municípios	50%	100%	-	-
MRST 2	Elaboração e implantação de plano de gerenciamento e coleta seletiva em terminais dos serviços de transporte	100%	-	-	-
MRST 3	Minimização dos resíduos perigosos gerados (ano base 2018)			20%	25%



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

ANEXO II DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ANÁLISE DE RISCOS

O presente modelo de Análise de Riscos foi desenvolvido com base no documento disponibilizado pela Controladoria Geral da União.

Escala de Impactos			Escala de Probabilidades		
Magnitude	Descrição	I	Magnitude	Descrição	I
Muito baixo	Degradação de operações ou atividades de processos, projetos ou programas da organização, porém causando impactos mínimos nos objetivos de prazo, custo, qualidade, escopo, imagem ou relacionados ao atendimento de metas, padrões ou à capacidade de entrega de produtos/serviços às partes interessadas (clientes internos/externos, beneficiários).	1	Muito baixa	Evento improvável de ocorrer. Excepcionalmente poderá até ocorrer, porém não há elementos ou informações que indiquem essa possibilidade.	1
Baixo	Degradação de operações ou atividades de processos, projetos ou programas da organização, causando impactos pequenos nos objetivos .	2	Baixa	Evento raro de ocorrer. O evento poderá ocorrer de forma inesperada, havendo poucos elementos ou informações que indicam essa possibilidade.	2
Médio	Interrupção de operações ou atividades de processos, projetos ou programas, causando impactos significativos nos objetivos, porém recuperáveis .	5	Média	Evento possível de ocorrer. Há elementos e/ou informações que indicam moderadamente essa possibilidade.	5
Alto	Interrupção de operações ou atividades de processos, projetos ou programas da organização, causando impactos de reversão muito difícil nos objetivos .	8	Alta	Evento provável de ocorrer. É esperado que o evento ocorra, pois os elementos e as informações disponíveis indicam de forma consistente essa possibilidade.	8
Muito alto	Paralisação de operações ou atividades de processos, projetos ou programas da organização, causando impactos irreversíveis/catastróficos nos objetivos .	10	Muito alta	Evento praticamente certo de ocorrer. Inequivocamente o evento ocorrerá, pois os elementos e informações disponíveis indicam claramente essa possibilidade.	10



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

Fonte: Brasil. Tribunal de Contas da União. Roteiro de Auditoria de Gestão de Riscos. Brasília: TCU, Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo, 2017. (adaptada)

Fonte: Brasil. Tribunal de Contas da União. Roteiro de Auditoria de Gestão de Riscos. Brasília: TCU, Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo, 2017. (adaptada)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS TÉCNICOS VISANDO O DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E MODELAGENS PARA A ESTRUTURAÇÃO DE PROJETO DE CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE GESTÃO, GERENCIAMENTO E MANEJO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO.

Objetivo-Chave	Macroprocesso		Risco Inerente			Ações de Mitigação
		Descrição	Impacto	Probabilidade	Nível de Risco	
Assegurar legalidade, eficácia e eficiência do processo licitatório e da contratação	Planejamento das contratações	1. Ausência ou falha na identificação das competências necessárias para o desempenho das funções (conforme previsto no Art. 7º, Lei 14.133/2021). 2. Nomeação de servidor sem tempo hábil para atuar na fase de planejamento da contratação (sobrecarga de trabalho/atividades) 3. Insuficiência de servidores 4. Ausência de um processo de verificação de incompatibilidade entre os agentes públicos indicados e licitantes/contratados	5	5	25 Médio	1. Conhecer as habilidades e treinamentos, incluindo os periódicos, dos servidores para participar da equipe de planejamento da contratação. 2. Gerenciar o número de trabalhos envolvidos por servidor. 3. Promover a supervisão do processo de contratação por outra área da organização de modo que o princípio da segregação de funções esteja sendo obedecido.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

		habituais da Administração (inciso III, Art. 7º - Lei 14.133/2021 e art. 193, inciso X da LC 840).					
--	--	---	--	--	--	--	--



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

Garantir que o processo de contratação seja realizado em conformidade com a legislação	Planejamento das contratações	1. Falta de padronização do processo de contratação; 2. Falha no planejamento da contratação; 3. Desconhecimento das situações que se enquadram como dispensa ou inexigibilidade; 4. Direcionamento para contratação de fornecedor.	5	1	5	Baixo	1. Elaborar os estudos técnicos preliminares e termo de referência de forma técnica e abrangente; 2. Submeter o processo de contratação obrigatoriamente à Assessoria Jurídica ou setor equivalente para que sejam promovidas às análises de regularidade e conformidade, necessárias e pertinentes sobre a dispensa/inexigibilidade; 3. Promover a padronização dos procedimentos por meio de checklist com análises necessárias para o correto enquadramento como dispensa/inexigibilidade; 4. Seguir as ações de mitigação do risco P1. 5. Realizar a pesquisa de preços por meio de equipe que tenha <i>know how</i> para o feito.
--	-------------------------------	--	---	---	---	-------	--



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

Garantir que o processo de contratação seja realizado em conformidade com a legislação	Planejamento das contratações	1. Dolo ou erro intencional; 2. Impunidade; 3. Ausência de instrumentos de controle;	8	2	16	Médio	1. Elaborar os estudos técnicos preliminares, plano de trabalho e termo de referência ou projeto básico para todas as contratações; 2. Submeter o processo de contratação obrigatoriamente à Assessoria Jurídica ou setor equivalente para que sejam promovidas às análises de regularidade e conformidade, necessárias e pertinentes sobre a dispensa/inexigibilidade; 3. Promover a padronização dos procedimentos relacionados ao processo de contratação por meio de um POP institucional, incluindo checklist com análises necessárias para o correto enquadramento como dispensa/inexigibilidade; 4. Realizar plano de capacitação permanente sobre licitações e contratos administrativos para os colaboradores/servidores que realizam atividades dentro do processo de contratação. 5. Estabelecer previsão de que os ETP das contratações que se enquadrarem como inexigibilidade/dispensa devam ter a
--	-------------------------------	--	---	---	----	-------	--



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

							<p>participação de mais de um servidor, mitigando a probabilidade de direcionamento.</p> <p>6. Utilização do Formulário (<i>checklist</i>) - Contratação Direta - Dispensa por Valor, quando aplicável.</p> <p>7. Fortalecer as ações de divulgação da Ouvidoria como canal de denúncia.</p> <p>8. Manualizar o processo de planejamento da contratação, estabelecendo os procedimentos, fluxos de atividades, definição clara das atribuições de cada ator no processo, bem como a instituição de prazos para cada etapa.</p> <p>9. Implantar ou revisar o Programa de Integridade da Organização</p>
--	--	--	--	--	--	--	--



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

Estudos Técnicos Preliminares - ETP - Necessidade da Contratação	Planejamento das contratações	1. Falta de padronização ou mapeamento do processo de contratação. 2. Pessoal não capacitado ou sem qualificação necessária. 3. Desconhecimento da legislação 4. Desinteresse dos envolvidos no resultado	8	2	16	Médio	1. Avaliação da Assessoria Jurídica, e não aprovação do processo de contratação que não contenha as informações pertinentes aos estudos técnicos preliminares da contratação; 2. Levantamento de legislação, jurisprudências, dados, histórico de contratações anteriores, estatísticas e cenário da demanda; 3. Análise de todos os dados levantados e formulação do documento de ETP conforme o padrão do órgão. 4. Adequação da equipe técnica de planejamento, conforme P1.
Estudos Técnicos Preliminares - ETP - Necessidade da Contratação	Planejamento das contratações	1. Falta de qualificação técnica para elaboração do ETP; 2. Falta de padronização dos procedimentos para realização do ETP; 3. Falta de padronização das especificações técnicas dos bens e serviços mais utilizados pela organização. 4. Falta de modelos referenciais de ETP para auxiliar a equipe técnica responsável pela elaboração	8	2	16	Médio	1. Padronização do processo de contratação, com definição e validação dos requisitos para a licitação e contratação; 2. Acompanhamento das normas de conteúdo mínimo obrigatório dos estudos técnicos preliminares (checklist baseado na Lei 14133/2021 e IN 05/2017) 4. Uso de modelos referenciais de ETPs para auxiliar e orientar os técnicos envolvidos na sua elaboração; 5. Elaboração de checklist de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

		do documento. 6. Desconhecimento da legislação.					conferência de todas as etapas necessárias para o atendimento da fase de planejamento da contratação, por um agente diverso da equipe de planejamento (SEMCOMP).
Estudos Técnicos Preliminares - Alinhamento aos Planos do Órgão	Planejamento das contratações	1. Ausência ou falha de análise dos documentos de planejamento pela Autoridade Competente; 2. Ausência ou falha no processo de análise do alinhamento da contratação aos instrumentos de Planejamento do Órgão. 4. Desconhecimento da legislação	8	1	8	Baixo	1. Processo (fluxo) prevendo a obrigatoriedade de análise acerca do alinhamento da contratação. 2. Análise da Procuradoria e do Controle Interno a respeito da aderência e adequação da pretensa contratação com o planejamento do órgão
Estudos Técnicos Preliminares - ETP - Necessidade da Contratação	Planejamento das contratações	1. Ausência ou falha no processo de identificação de necessidades do Órgão. 3. Falta de qualificação ou orientação técnica dos servidores responsáveis	8	1	8	Baixo	1. Padronização do processo de contratação, com definição e validação dos requisitos pela Unidade demandante; 2. Aderência aos dados pesquisados para elaboração do ETP;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

		pelo levantamento de necessidades; 4. Atraso nos processos de contratação					3. Seguimento de todas as etapas padronizadas no procedimento de elaboração do ETP;
Estudos Técnicos Preliminares - Requisitos da Contratação	Planejamento das contratações	1. Falta de padronização com os processos de contratação; 2. Falta ou deficiência na capacitação para desempenhar a atividade; 5. Conflito de interesses.	5	1	5	Baixo	1. Padronização do processo de contratação, com definição e validação dos requisitos pela equipe técnica da pasta requisitante, definida para o planejamento da contratação, com base nas suas competências; 2. Mapeamento do processo de contratação; 3. Adequação ao regulamento de que a equipe de planejamento somente inicie a elaboração do termo de referência após a aprovação dos estudos técnicos preliminares.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

Estudos Técnicos Preliminares - Levantamento de Mercado	Planejamento das contratações	1. Falha na elaboração do ETP; 2. Falha ou ausência de instrumentos de pesquisa de soluções de mercado; 3. Falta de padronização e mapeamento do processo de contratação; 4. Falta de conhecimento técnico dos servidores envolvidos no planejamento da contratação. 5. Quebra do princípio de imparcialidade da equipe (conflito de interesse)	8	2	16	Médio	1. Levantamento das soluções disponíveis pela Unidade demandante; 2. Análise do ETP pelos órgãos de Assessoramento Jurídico e Controle Interno; 3. Levantamento das soluções de mercado e pesquisas de preço.
---	-------------------------------	---	---	---	----	-------	---



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

Estudos Técnicos Preliminares - Justificativas para o Parcelamento ou não da Solução	Planejamento das contratações	1. Não planejar a contratação da solução como um todo; 2. Falhas no planejamento da contratação; 3. Conflito de interesses; 4. Desconhecimento da legislação; 5. Não integração das partes da solução.	8	1	8	Baixo	1. ETP identificando todas as partes da solução necessárias ao atendimento da necessidade que motivou a contratação, para decisão pelo parcelamento ou não para fins de contratação. 2. Análise das questões: a) É tecnicamente viável dividir a solução? b) É economicamente viável dividir a solução? c) Não há perda de escala ao dividir a solução? d) Há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução? 3. Atendimento à legislação e jurisprudência, tendo em vista a previsão por exemplo do art. 71 da 14133, e julgados como RESP 1280321 MG, Acórdãos do TCU 1796/2018 e 1049/2019)
--	-------------------------------	--	---	---	---	-------	--



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

Estudos Técnicos Preliminares - Análise de Risco	Planejamento das contratações	1. Não realização de análise de riscos; 2. Análise de riscos deficiente, com a desconsideração de riscos relevantes; 3. Desconhecimento da legislação; 4. Desconhecimento da importância da etapa. 5. Elaboração da Matriz de Riscos sem considerar as orientações previstas nos arts. 22 e 133 da Lei 14.133/2021.	8	1	8	Baixo	1. Equipe de planejamento da contratação elabora análise de risco da contratação e da gestão contratual; 2. Análise e avaliação dos eventos apontados e dos controles previstos/existentes; 3. Verificação da implantação dos controles regulamentados, antes da execução da etapa (planejamento, seleção de fornecedor e gestão contratual) 4. Elaboração de relatório de gerenciamento dos riscos de forma a manter o monitoramento/acompanhamento; 5. Incluir exigência de fluxo de gerenciamento dos riscos da etapa de fiscalização contratual de forma a obter o registro e relato dos eventos e dos resultados dos controles implantados; 6. Encaminhamento dos resultados (relatórios de gerenciamento) para conhecimento e tomada de decisão da Autoridade Competente. 7. Orientar e capacitar as equipes de fiscalização da contratação sobre o fluxo, as atividades de
--	-------------------------------	---	---	---	---	-------	---



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

							gerenciamento (registro e relato) e sua importância para a melhoria do processo de Governança Institucional nas Compras Públicas. 8. Avaliação da Matriz de Riscos previamente à apreciação e autorização de pedidos.
--	--	--	--	--	--	--	--



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

Estudos Técnicos Preliminares - Declaração da Viabilidade ou não da Contratação	Planejamento das contratações	1. Desconhecimento da legislação 2. Falta de capacitação da equipe de planejamento 3. Não considerar todos os aspectos necessários à análise. 4. Falta de processo de contratação mapeado e definido.	5	1	5	Baixo	1. Execução da lista de verificação (checklist) para servir como orientação e base na análise e justificativas expostas na conclusão da análise de viabilidade da contratação; 2. Respeitar instância de revisão e aprovação das justificativas apresentadas.
---	-------------------------------	--	---	---	---	-------	--



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

Termo de Referência ou Projeto Básico	Planejamento das contratações	1. Falta de conhecimento técnico ou experiência dos servidores envolvidos no planejamento da contratação; 2. Falha ou inconsistência na etapa de ETP 3. Falta de entendimento da solução adequada (demanda) 4. Ausência de padronização e organização de banco de TR ou PB como instrumento de apoio e consulta. 5. Falha na definição dos requisitos do TR ou PB (justificativa, necessidade da contratação, descrição da solução). 6. Ausência de metodologia de melhoria continuada do processo.	8	1	8	Baixo	1. Elaboração de lista de verificação (checklist) para analisar e avaliar a completude do TR; 2. Preenchimento do checklist como requisito para aprovação do TR. 3. Solicitar à equipe de fiscalização contratual que elabore relatório de avaliação dos instrumentos de controle e gestão contratual a fim de utilizá-lo como fonte de dados para evitar falhas, deficiências ou ausência de requisitos importantes nas próximas contratações. 5. Uso dos modelos e instrumentos adequados de controle contratual. 6 . Encaminhamento dos resultados (relatórios de gerenciamento) para conhecimento e tomada de decisão da Autoridade Competente. 7. Orientar e capacitar as equipes de contratação sobre o fluxo, as atividades de gerenciamento (registro e relato) e sua importância para a melhoria do processo de Governança Institucional nas Compras Públicas. 8. Uso de base de dados contendo modelos de TR e PB regulamentados no município.
---------------------------------------	-------------------------------	--	---	---	---	-------	--



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

Garantir que o julgamento das propostas de habilitação e preços seja realizado em conformidade com a legislação	Seleção de fornecedores	1. Erro na escolha dos responsáveis (pregoeiro, comissão) por ausência de verificação de capacidade técnica do servidor; 2. Ausência de pessoal qualificado para exercer a função de pregoeiro ou comissão julgadora.	5	1	5	Baixo	1. Delegação do procedimento licitatório ao órgão que detém esta competência, SEMCOMP (pregoeiro, comissão); 2. Segregação das funções atinentes, inclusive com suporte técnico da equipe de planejamento para análise dos aspectos técnicos.
Garantir que o julgamento das propostas de habilitação e preços seja realizado em conformidade com a legislação	Seleção de fornecedores	1. Desconhecimento da legislação; 2. Descumprimento das exigências do TR.	8	1	8	Baixo	1. Ata e Parecer do responsável após a realização de cada etapa do pregão/julgamento. 2. Seguimento do fluxo/procedimento de que a assinatura contratual se dará apenas quando houver o atendimento da fase de habilitação e qualificação do fornecedor. 4. Expedição de orientações sobre a condução do processo administrativo para a fase de seleção do fornecedor, por meio do Edital.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

Garantir que o julgamento das propostas de habilitação e preços seja realizado em conformidade com a legislação	Seleção de fornecedores	1. Desconhecimento da legislação e do rito do pregão por parte da equipe de planejamento da contratação ou do edital. 2. Ausência de mapeamento do processo 3. Conduta dolosa do servidor (conflito de interesse, vantagem indevida, corrupção)	8	1	8	Baixo	1. Encaminhar o edital para análise prévia de um representante da área gestora da etapa de seleção do fornecedor; 2. Orientar (cartilha ou normativo/orientação técnica) para que as equipes de elaboração do projeto básico/termo de referência conheçam o fluxo e prazos estabelecidos pela lei para ajuste de propostas pelos fornecedores. 3. Mapeamento das etapas e atividades necessárias a fim de construir um POP que seja utilizado e respondido pelo responsável após a realização da atividade; 4. Fortalecer as ações de divulgação da Ouvidoria como canal de denúncia. 5. Implantar ou revisar o Programa de Integridade na Organização
---	-------------------------	---	---	---	---	-------	--



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

Garantir que o julgamento das propostas de habilitação e preços seja realizado em conformidade com a legislação	Seleção de fornecedores	1. Exame inadequado dos documentos de habilitação e propostas de preços; 2. Falta de capacitação dos agentes públicos na condução do julgamento das propostas de habilitação e preços - desconhecimento da legislação; 3. Conflito de interesse. 4. Falta de pessoal	8	2	16	Médio	1. Atuação de equipe técnica qualificada para a Comissão de licitação na análise da documentação de habilitação; 2. Respeito à quantidade apropriada de certames conduzidos por cada pregoeiro/comissão julgadora para evitar o acúmulo. 4. Capacitação dos servidores envolvidos na etapa de seleção do fornecedor.
Garantir que o julgamento das propostas de habilitação e preços seja realizado em conformidade com a legislação	Seleção de fornecedores	1. Falha no controle de publicidade dos atos administrativos; 2. Desconhecimento dos atos e prazos previstos em lei por parte dos servidores. 3. Direcionamento para contratação de fornecedor.	5	1	5	Baixo	1. Atuação de equipe técnica qualificada para a Comissão de licitação para a condução do certame; 2. Publicidade de todos os atos no <i>Comprasnet</i> por parte da Comissão de Licitação. 3. Submissão dos atos praticados à análise da Autoridade Competente e órgãos de fiscalização do município.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

Garantir que o julgamento das propostas de habilitação e preços seja realizado em conformidade com a legislação	Seleção de fornecedores	1. Condutas éticas inadequadas de servidores/colaboradores/da própria empresa 2. Conflito de interesse; 3. Morosidade administrativa; 4. Falta de capacitação dos agentes públicos no Processo de Contratação/ Gestão Contratual. 5. Falta de instrumentos contratuais de controle e punição. 6. Não aplicação ou desconhecimento da legislação e dos instrumentos contratuais de controle e punição.	8	1	8	Baixo	1. Instituir comissão de fiscalização para o contrato; 2. Incluir no TR a aplicação de Sanções condizentes com a conduta. 3. Instituir Plano permanente de capacitação dos servidores.
Garantir que o julgamento das propostas de habilitação e preços seja realizado em conformidade com a legislação	Seleção de fornecedores	1. Descumprimento à legislação; 2. Infração ao art. 7º da Lei 10.520/2002 ou art. 5º, IV e o art. 2º do Decreto 26.851.	10	2	20	Médio	1. Iniciar a instauração do procedimento administrativo (comissão de licitação) para apuração do caso em que o vencedor da fase de lances não é o adjudicatário do objeto do certame, indicando a conduta e as evidências de infração ao art. 7º da Lei 10.520/2002. 2. Incluir no TR a aplicação de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

							Sanções condizentes com a conduta.
Indicar fiscal(is) para acompanhamento do contrato	Gestão Contratual	1. Falta de padronização ou definição do processo. 2. Ausência ou erro na identificação e gestão das competências necessárias para o desempenho das funções, conforme orientações previstas nos Art. 7º, 8º e 9º da Lei 14.133/2021. 3. Falha ou ausência de verificação de capacidade técnica do executor ou comissão fiscal. 4. Ausência de pessoal qualificado para exercer a função de fiscal de contratos. 5. Nomeação de servidor com acúmulo de trabalho ou atividades 6. Insuficiência de servidores	5	2	10	Médio	1. Definir e mapear as etapas do processo de gestão contratual no TR 2. Elaborar um checklist que auxilie na verificação do atendimento das etapas definidas no controle anterior. 3. Realizar levantamento das habilidades/competências necessárias para a correta fiscalização contratual. 4. Estabelecer mecanismo (fluxo) que permita ao(s) fiscal(is) utilizar(em) assessoramento jurídico e do controle interno da Unidade, a fim de dirimir dúvidas e subsidiá-lo(s) com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual. 5. Realizar (ou indicar) capacitações e reuniões técnicas periódicas para os servidores envolvidos no processo de contratação. 6. Elaborar banco de dados para auxiliar no controle do número de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

		7. Falha no planejamento das contratações				fiscalizações realizadas pelos servidores do Órgão.
--	--	---	--	--	--	---



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

Realizar o acompanhamento e fiscalização contratual	Gestão Contratual	1. Falta de clareza dos elementos básicos do contrato e do TR. 2. Falta de tempestividade no atendimento e esclarecimento de dúvidas entre as partes e agentes envolvidos no contrato. 3. Falhas na elaboração do Termo de Referência.	5	2	10	Médio	1. Realização de reunião inicial, prevista no modelo de gestão do contrato, e documentação de todos os esclarecimentos realizados em uma ata, a qual deve ser assinada por representantes das partes contratante e contratada; 2. Estabelecer processo/modelo/fluxo/etapas/pontos que auxiliem a fiscalização. 4. Prever, no modelo de fiscalização (processo) a possibilidade de reuniões técnicas de "ponto de controle" entre as áreas administrativa, jurídica, controle interno e técnica para manter o alinhamento do entendimento e facilitar esclarecimentos que possam surgir durante a execução contratual (art. 169, incisos I e II da 14133, que trata das linhas de controle - 1ª e 2ª)
Realizar o acompanhamento e fiscalização contratual	Gestão Contratual	1. Falta de padronização ou definição do processo.	5	1	5	Baixo	1. Mapeamento do processo de acordo com checklists adotados no município e na legislação pertinente;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

Realizar o acompanhamento e fiscalização contratual	Gestão Contratual	1. Ausência ou falha da análise de riscos 2. Transferência equivocada das ações de mitigação e controle para o TR, Contrato e documentos da contratação	10	1	10	Médio	1. Cumprimento das ações mitigadoras de risco relacionadas ao Planejamento da Contratação e nomeação de servidores envolvidos; 2. Cumprimento da obrigatoriedade do gerenciamento dos riscos mapeados na etapa de planejamento da contratação; 3. Estabelecimento de processo/fluxo onde o registro e relato dos monitoramentos realizados pelas Unidades de planejamento, pela Comissão de Licitação e pelos fiscais (gerentes de risco) do contrato sejam levados ao conhecimento e avaliação do setor responsável
Realizar o acompanhamento e fiscalização contratual	Gestão Contratual	1. Conduta antiética da Contratada; 2. Má execução do serviço; 3. Atraso na entrega do objeto, Atraso na realização da Concessão; 4. Comprometimento do serviço público.	10	2	20	Médio	1. Cumprimento das ações mitigadoras de risco relacionadas ao Planejamento da Contratação e nomeação de servidores envolvidos; 2. Cumprimento da obrigatoriedade do gerenciamento dos riscos mapeados na etapa de planejamento da contratação; 3. Estabelecimento de reuniões de controle com os órgãos de Assessoramento Jurídico e Controle Interno da PMSG.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

ANEXO III DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - MEMÓRIA DE CÁLCULO - ORÇAMENTO ESTIMADO

TABELA - Profissionais alocados por fase							
Plano de trabalho							
Setor	Código	Profissional	Valor mensal	Quantidade	Tempo / Meses	% de tempo	TOTAL
Técnica	P8061	Engenheiro coordenador	R\$ 34.627,88	1	1	5%	R\$ 1.731,39
Técnica	P8058	Engenheiro ambiental pleno	R\$ 26.311,55	1	1	30%	R\$ 7.893,47
Econômico	P8047	Economista sênior	R\$ 18.841,90	1	1	20%	R\$ 3.768,38
Comunicação	P8094	Jornalista sênior	R\$ 15.787,98	1	1	20%	R\$ 3.157,60
Jurídico	P8003	Advogado sênior	R\$ 22.955,07	1	1	20%	R\$ 4.591,01
Administrativa	P8026	Auxiliar administrativo	R\$ 4.644,83	1	1	50%	R\$ 2.322,42
TOTAL							R\$ 23.464,26

ETAPA 1 - Diagnóstico							
Diagnóstico da Situação atual							
Setor	Código	Profissional	Valor mensal	Quantidade	Tempo / Meses	% de tempo	TOTAL
Técnica	P8061	Engenheiro coordenador	R\$ 34.627,88	1	1,50	10%	R\$ 5.194,18
Técnica	P8058	Engenheiro ambiental pleno	R\$ 26.311,55	1	1,50	50%	R\$ 19.733,66
Técnica	P8057	Engenheiro ambiental júnior	R\$ 24.334,05	1	1,50	60%	R\$ 21.900,65
Técnica	P8143	Técnico ambiental	R\$ 6.537,47	1	1,50	80%	R\$ 7.844,96
Jurídico	P8003	Advogado sênior	R\$ 22.955,07	1	1,50	5%	R\$ 1.721,63
Jurídico	P8002	Advogado pleno	R\$ 12.838,01	1	1,50	15%	R\$ 2.888,55
Administrativa	P8026	Auxiliar administrativo	R\$ 4.644,83	1	1,50	50%	R\$ 3.483,62



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

TOTAL	R\$ 62.767,26
--------------	----------------------

ETAPA 2 - Estudos de Viabilidade Técnica, Econômico-Financeira e Ambiental (EVTEA)							
Plano de Comunicação e de Engajamento							
Setor	Código	Profissional	Valor mensal	Quantidade	Tempo / Meses	% de tempo	TOTAL
Técnica	P8061	Engenheiro coordenador	R\$ 34.627,88	1	1,00	15%	R\$ 5.194,18
Comunicação	P8094	Jornalista sênior	R\$ 15.787,98	1	1,00	70%	R\$ 11.051,59
Comunicação	P8093	Jornalista pleno	R\$ 8.793,48	1	1,00	100%	R\$ 8.793,48
Administrativa	P8026	Auxiliar administrativo	R\$ 4.644,83	1	1,00	50%	R\$ 2.322,42
TOTAL							R\$ 27.361,66

Modelagem técnico-operacional							
Setor	Código	Profissional	Valor mensal	Quantidade	Tempo / Meses	% de tempo	TOTAL
Técnica	P8061	Engenheiro coordenador	R\$ 34.627,88	1	1,33	15%	R\$ 6.923,84
Técnica	P8058	Engenheiro ambiental pleno	R\$ 26.311,55	1	1,33	68%	R\$ 23.849,84
Técnica	P8057	Engenheiro ambiental júnior	R\$ 24.334,05	1	1,33	80%	R\$ 25.949,83
Técnica	P8143	Técnico ambiental	R\$ 6.537,47	1	1,33	75%	R\$ 6.535,84
Administrativa	P8026	Auxiliar administrativo	R\$ 4.644,83	1	1,33	50%	R\$ 3.095,78
TOTAL							R\$ 66.355,13

Estudo Ambiental							
Setor	Código	Profissional	Valor mensal	Quantidade	Tempo / Meses	% de tempo	TOTAL
Técnica	P8061	Engenheiro coordenador	R\$ 34.627,88	1	1	15%	R\$ 5.194,18
Técnica	P8058	Engenheiro ambiental pleno	R\$ 26.311,55	1	1	65%	R\$ 17.102,51



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

Técnica	P8143	Técnico ambiental	R\$ 6.537,47	1	1	100%	R\$ 6.537,47
Administrativa	P8026	Auxiliar administrativo	R\$ 4.644,83	1	1	50%	R\$ 2.322,42
TOTAL							R\$ 31.156,57

Modelagem econômico-financeira							
Setor	Código	Profissional	Valor mensal	Quantidade	Tempo / Meses	% de tempo	TOTAL
Econômico	P8047	Economista sênior	R\$ 18.841,90	1	1	80%	R\$ 15.073,52
Econômico	P8046	Economista pleno	R\$ 12.648,25	1	1	100%	R\$ 12.648,25
Administrativa	P8026	Auxiliar administrativo	R\$ 4.644,83	1	1	50%	R\$ 2.322,42
TOTAL							R\$ 30.044,19

Modelagem jurídica							
Setor	Código	Profissional	Valor mensal	Quantidade	Tempo / Meses	% de tempo	TOTAL
Jurídico	P8003	Advogado sênior	R\$ 22.955,07	1	1	20%	R\$ 4.591,01
Jurídico	P8002	Advogado pleno	R\$ 12.838,01	1	1	100%	R\$ 12.838,01
Técnica	P8066	Engenheiro de projetos pleno	R\$ 24.746,41	1	1	40%	R\$ 9.898,56
Econômico	P8046	Economista pleno	R\$ 12.648,25	1	1	20%	R\$ 2.529,65
Administrativa	P8026	Auxiliar administrativo	R\$ 4.644,83	1	1	50%	R\$ 2.322,42
TOTAL							R\$ 32.179,65

ETAPA 3 - VALIDAÇÃO EXTERNA							
Audiência e Consulta							
Setor	Código	Profissional	Valor mensal	Quantidade	Tempo / Meses	% de tempo	TOTAL
Técnica	P8061	Engenheiro coordenador	R\$ 34.627,88	1	1	5%	R\$ 1.731,39



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

Técnica	P8066	Engenheiro de projetos pleno	R\$ 24.746,41	1	1	13%	R\$ 3.217,03
Jurídico	P8003	Advogado sênior	R\$ 22.955,07	1	1	30%	R\$ 6.886,52
Administrativa	P8026	Auxiliar administrativo	R\$ 4.644,83	1	1	20%	R\$ 928,97
TOTAL							R\$ 12.763,91

ETAPA 4 - PROCESSO LICITATÓRIO							
Processo licitatório							
Setor	Código	Profissional	Valor mensal	Quantidade	Tempo / Meses	% de tempo	TOTAL
Técnica	P8061	Engenheiro coordenador	R\$ 34.627,88	1	4	3%	R\$ 3.462,79
Técnica	P8066	Engenheiro de projetos pleno	R\$ 24.746,41	1	4	3%	R\$ 2.969,57
Jurídico	P8003	Advogado sênior	R\$ 22.955,07	1	4	8%	R\$ 7.345,62
Administrativa	P8026	Auxiliar administrativo	R\$ 4.644,83	1	4	3%	R\$ 557,38
TOTAL							R\$ 14.335,36

(<https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/custos-e-pagamentos/custos-e-pagamentos-dnit/engenharia-consultiva-2/tabela-de-precos-de-consultoria-1/relatorios/2025/janeiro/janeiro-2025>)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

Benefícios e Despesas Indiretas - BDI	
Despesas Indiretas	% sobre CD
Administração Central	6,00%
Despesas Financeiras	0,00%
Riscos	0,00%
Seguros e Garantias Contratuais	0,00%
Subtotal 1	6,0%
Benefícios	% sobre CD
Lucro	12,0%
Subtotal 2	12,0%
Tributos	% sobre CD
PIS	0,62%
COFINS	3,00%
ISS	5,00%
Subtotal 3	8,6%
Total - BDI (%)	26,6%

Custos Estimados de Logística

Custo da diária de um veículo leve			
Descrição	Custo unitário (R\$/h)	Qtdd (h)	Total
Hora produtiva	R\$ 59,41	8	R\$ 475,28
Hora improdutiva	R\$ 33,64	16	R\$ 538,24
TOTAL			R\$ 1.013,52

Custo de logística no Plano de Trabalho				
Descrição	Custo unitário (R\$/dia)	Qtdd (veículos)	Qtdd (dia)	Total
Veículo leve	R\$ 1.013,52	1	2	R\$ 2.027,04
Total logística				R\$ 2.027,04

Custo de estadia no Plano de Trabalho				
Descrição	Custo unitário (R\$/dia)	Qtdd (pessoas)	Qtdd (dia)	Total



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

Hospedagem	R\$ 279,00	1	2	R\$ 558,00
TOTAL				R\$ 558,00

Custo de logística e estadia no Plano de Trabalho	
Logística	R\$ 2.027,04
Estadia	R\$ 558,00
TOTAL	R\$ 2.585,04

Custo de logística no Diagnóstico				
Descrição	Custo unitário (R\$/dia)	Qtdd (veículos)	Qtdd (dia)	Total
Veículo leve	R\$ 1.013,52	1	4	R\$4.054,08
Total logística				R\$ 4.054,08

Custo de estadia no Diagnóstico				
Descrição	Custo unitário (R\$/dia)	Qtdd (pessoas)	Qtdd (dia)	Total
Hospedagem	R\$ 279,00	1	4	R\$ 1.116,00
TOTAL				R\$ 1.116,00

Custo de logística e estadia no Diagnóstico	
Logística	R\$ 4.054,08
Estadia	R\$ 1.116,00
TOTAL	R\$ 5.170,08

Custo de logística Modelagem técnico-operacional				
Descrição	Custo unitário (R\$/dia)	Qtdd (veículos)	Qtdd (dia)	Total
Veículo leve	R\$ 1.013,52	1	3	R\$ 3.040,56
Subtotal				R\$ 3.040,56

Custo de estadia na Modelagem técnico-operacional	
---	--



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

Descrição	Custo unitário (R\$/dia)	Qtdd (pessoas)	Qtdd (dia)	Total
Hospedagem	R\$ 279,00	1	3	R\$ 837,00
TOTAL				R\$ 837,00

Custo de logística e estadia na Modelagem técnico-operacional	
Logística	R\$ 3.040,56
Estadia	R\$ 837,00
TOTAL	R\$ 3.877,56

Custo de logística no Estudo Socioambiental				
Descrição	Custo unitário (R\$/dia)	Qtdd (veículos)	Qtdd (dia)	Total
Veículo leve	R\$ 1.013,52	1	2	R\$ 2.027,04
Total logística				R\$ 2.027,04

Custo de estadia no Estudo Socioambiental				
Descrição	Custo unitário (R\$/dia)	Qtdd (pessoas)	Qtdd (dia)	Total
Hospedagem	R\$ 279,00	2	2	R\$ 1.116,00
TOTAL				R\$ 1.116,00

Custo de logística e estadia no Estudo Socioambiental	
Logística	R\$ 2.027,04
Estadia	R\$ 1.116,00
TOTAL	R\$ 3.143,04

Custo de logística na Modelagem econômico-financeira				
Descrição	Custo unitário (R\$/dia)	Qtdd (veículos)	Qtdd (dia)	Total
Veículo leve	R\$ 1.013,52	1	2	R\$ 2.027,04
Total logística				R\$ 2.027,04



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

Custo de estadia na Modelagem econômico-financeira				
Descrição	Custo unitário (R\$/dia)	Qtdd (pessoas)	Qtdd (dia)	Total
Hospedagem	R\$ 279,00	1	1	R\$ 279,00
TOTAL				R\$ 279,00

Custo de logística e estadia na Modelagem econômico-financeira	
Logística	R\$ 2.027,04
Estadia	R\$ 279,00
TOTAL	R\$ 2.306,04

Custo de logística na Modelagem jurídica				
Descrição	Custo unitário (R\$/dia)	Qtdd (veículos)	Qtdd (dia)	Total
Veículo leve	R\$ 1.013,52	1	2	R\$2.027,04
Total logística				R\$2.027,04

Custo de estadia na Modelagem jurídica				
Descrição	Custo unitário (R\$/dia)	Qtdd (pessoas)	Qtdd (dia)	Total
Hospedagem	R\$ 279,00	1	2	R\$ 558,00
TOTAL				R\$ 558,00

Custo de logística e estadia na Modelagem jurídica	
Logística	R\$ 2.027,04
Estadia	R\$ 558,00
TOTAL	R\$ 2.585,04

Custo de logística para o Plano de Engajamento e de Stakeholders				
Descrição	Custo unitário (R\$/dia)	Qtdd (veículos)	Qtdd (dia)	Total
Veículo leve	R\$ 1.013,52	1	5	R\$ 5.067,60
Total logística				R\$ 5.067,60



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

Custo de estadia para o Plano de Engajamento e de Stakeholders				
Descrição	Custo unitário (R\$/dia)	Qtdd (pessoas)	Qtdd (dia)	Total
Hospedagem	R\$ 279,00	1	3	R\$ 837,00
TOTAL				R\$ 837,00

Custo de logística e estadia para o Plano de Engajamento e de Stakeholders	
Logística	R\$ 5.067,60
Estadia	R\$ 837,00
TOTAL	R\$ 5.904,60

Custo de logística na Etapa 3				
Descrição	Custo unitário (R\$/dia)	Qtdd (veículos)	Qtdd (dia)	Total
Veículo leve	R\$ 1.013,52	1	2	R\$ 2.027,04
Total logística				R\$ 2.027,04

Custo de estadia na Etapa 3				
Descrição	Custo unitário (R\$/dia)	Qtdd (pessoas)	Qtdd (dia)	Total
Hospedagem	R\$ 279,00	2	2	R\$ 1.116,00
TOTAL				R\$ 1.116,00

Custo de logística e estadia na Etapa 3	
Logística	R\$ 2.027,04
Estadia	R\$ 1.116,00
TOTAL	R\$ 3.143,04

Custo de logística na Etapa 4				
Descrição	Custo unitário (R\$/dia)	Qtdd (veículos)	Qtdd (dia)	Total
Veículo leve	R\$ 1.013,52	1	2	R\$ 2.027,04
Total logística				R\$



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

	2.027,04
--	-----------------

Custo de estadia na Etapa 4				
Descrição	Custo unitário (R\$/dia)	Qtdd (pessoas)	Qtdd (dia)	Total
Hospedagem	R\$ 279,00	1	2	R\$ 558,00
TOTAL				R\$ 558,00

Custo de logística e estadia na Etapa 4	
Logística	R\$ 2.027,04
Estadia	R\$ 558,00
TOTAL	R\$ 2.585,04



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

ANEXO II - PROJETO BÁSICO

(Processo Administrativo nº.39.072/2024.)

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em serviços técnicos visando o desenvolvimento de estudos e modelagens para a estruturação de projeto de Concessão dos serviços de gestão, gerenciamento e manejo dos resíduos sólidos urbanos do município de São Gonçalo.

1.2. Tabela de itens

Item	Quant	Unidade	Valor	Total
Plano de Trabalho				R\$ 32.983,63
Plano de Trabalho	1	Relatório	R\$ 32.983,63	R\$ 32.983,63
ETAPA 1 - Diagnóstico				R\$ 86.022,26
Diagnóstico	1	Relatório	R\$ 86.022,26	R\$ 86.022,26
ETAPA 2 - Estudos de Viabilidade Técnica, Econômico-Financeira e Ambiental (EVTEA)				R\$ 259.461,46
Plano de Engajamento de Stakeholders e Comunicação Social	1	Relatório	R\$ 42.121,74	R\$ 42.121,74
Modelagem técnico-operacional	1	Relatório	R\$ 88.928,63	R\$ 88.928,63
Estudo Ambiental	1	Relatório	R\$ 43.430,17	R\$ 43.430,17
Modelagem econômico-financeira	1	Relatório	R\$ 40.961,85	R\$ 40.961,85
Modelagem jurídica	1	Relatório	R\$ 44.019,05	R\$ 44.019,05
ETAPA 3 - VALIDAÇÃO EXTERNA				R\$ 20.141,39
Audiência e Consulta	1	Relatório	R\$ 20.141,39	R\$ 20.141,39
ETAPA 4 - PROCESSO LICITATÓRIO				R\$ 21.424,61
Processo licitatório	1	Relatório	R\$ 21.424,61	R\$ 21.424,61
TOTAL				R\$ 420.033,34



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

ETAPAS/PRODUTOS	PRAZO
Plano de Trabalho	Até 30 dias
Diagnóstico (ETAPA 1)	Até 75 dias
Plano de Engajamento de Stakeholders e Comunicação Social (ETAPA 2)	Até 105 dias
Modelagem Técnico-Operacional (ETAPA 2)	Até 150 dias
Estudo Ambiental (ETAPA 2)	Até 180 dias
Modelagem Econômico-Financeira (ETAPA 2)	Até 210 dias
Modelagem Jurídica (ETAPA 2)	Até 240 dias
Validação Externa (ETAPA 3)	Até 270 dias
Licitação e Contratação (ETAPA 4)	Até 390 dias

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de serviço de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como intelectual, devido à sua complexidade técnica e necessidade de conhecimento específico na área de gestão de resíduos sólidos.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Projeto Básico.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A presente contratação visa atender os princípios da eficiência, da economicidade, do planejamento e da segregação de funções, através da terceirização da elaboração dos estudos e documentos para a Concessão do gerenciamento de resíduos sólidos do município.

3.2. Plano de Trabalho

O Plano de Trabalho, que consiste na etapa inicial do projeto, deverá abordar e obedecer aos seguintes requisitos mínimos:

- a) A organização da equipe, com definição das funções e papéis a serem desempenhados;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

- b) O Planejamento dos trabalhos, com procedimentos metodológicos para execução dos serviços e entrega dos produtos, bem como os resultados esperados;
- c) Organização, condução e apresentação de kickoff do projeto, visando equalizar, compartilhar e ampliar a compreensão e conhecimentos sobre o projeto entre os profissionais designados a participar deste;
- d) O cronograma de execução dos serviços, indicando os principais eventos, atividades necessárias;
- e) Os principais marcos de tomada de decisão relacionados ao produto, indicando os responsáveis pelas decisões.

3.2.1. Todos os produtos das etapas supracitadas deverão ser submetidos à SEMCON para análise da adequação às demandas legais, organizacionais e práticas do Governo.

PRODUTOS:

I. Diagnóstico da Situação Atual

Deverá ser feito o levantamento e análise das informações sobre os serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos do município. O conteúdo mínimo que deverá ser abordado no documento é apresentado a seguir:

- a) Levantamento de dados secundários para avaliar os serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos, contendo minimamente a origem, o volume, a caracterização dos resíduos e as formas de coleta, destinação e disposição final adotadas; bem como os equipamentos e a mão de obra utilizada para sua execução;
- b) Levantamento da infraestrutura existente;
- c) Recebimento de resíduos sólidos urbanos de outros municípios em aterro próprio ou terceirizado (consolidar o número de municípios e a quantidade de resíduos recebidos por dia);
- d) Existência de tarifa/taxa para coleta e tratamento de resíduos, forma de cobrança, valor cobrado e periodicidade;
- e) Existência de termo de ajustamento de conduta (TAC) assinado com o Ministério Público e/ou Órgãos estaduais de controle;
- f) Existência de trabalhos de coleta seletiva, com as seguintes informações: percentual do lixo coletado, quantidades de materiais recuperados – papéis, papelões, plástico, metais, vidros e outros;
- g) Existência de associações de catadores no município;
- h) Levantamento de informações sobre a coleta, transbordo e transporte;
- i) Vida útil restante do aterro, as despesas com pessoal e manutenção e os equipamentos disponíveis para a operação;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

- j) Verificação da existência de passivos ocasionados pelo manejo inadequado de resíduos sólidos urbanos.
- k) Diagnóstico do sistema de manejo de resíduos sólidos urbanos.

II. Estudo de Viabilidade Técnica, Econômico-Financeira e Ambiental (EVTEA)

Conforme artigo 3º da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007:

Art. 3º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se: (Redação dada pela Lei nº 14.026, de 2020)

I - Saneamento Básico: conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de: (Redação dada pela Lei nº 14.026, de 2020)

(...)

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: constituídos pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais de coleta, varrição manual e mecanizada, asseio e conservação urbana, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares e dos resíduos de limpeza urbana;

Ainda conforme a referida Lei:

Art. 11. São condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico:

(...)

II - a existência de estudo que comprove a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação dos serviços, nos termos estabelecidos no respectivo plano de saneamento básico; (Redação dada pela Lei nº 14.026, de 2020)

Logo, por força da regulamentação legal, a elaboração do EVTEA é condição de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico.

O EVTEA deve incluir, entre outras informações:

- a) Prognóstico de viabilidade e seleção do modelo de prestação dos serviços públicos mais adequado para a realidade do município, dentre as alternativas estudadas.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

- b) Demonstração do atendimento ao previsto no inciso I e suas alíneas, e nos incisos II, IV e V do caput do art. 10 da Lei 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

Os produtos contemplados no Estudo de Viabilidade Técnica, Econômico-Financeira e Ambiental são os seguintes:

- (a) Plano de Identificação e Inclusão dos Participantes e Comunicação Social;
- (b) Modelagem Técnico-Operacional;
- (c) Estudo Ambiental;
- (d) Modelagem Econômico-Financeira;
- (e) Modelagem Jurídica

A seguir encontra-se a descrição de cada um desses produtos:

(a) Plano de Identificação e Inclusão dos Participantes e Comunicação Social

Deverá ser elaborada a documentação das atividades relacionadas à Comunicação Social atrelada ao projeto, envolvendo transparência e engajamento de participantes.

- a) Elaboração do Plano de Comunicação e de Engajamento, incluindo a identificação dos públicos de interesse (todos os atores, agrupamentos sociais que possam exercer influência sobre o projeto).
- b) Proposição de ações de comunicação com os diversos segmentos, afim de mitigar riscos à operação e promover o engajamento dos públicos envolvidos e fomentar a participação social.
- c) Estratégia de gerenciamento e controle de crises;
- d) Mapeamento e seleção de canais de comunicação;
- e) Monitoramento de participantes e ações de engajamento/comunicação;
- f) Identificação e orientação da equipe do ente público envolvida e suas respectivas responsabilidades no projeto;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

- g) Elaboração de Estratégias que possam responder adequadamente e em tempo hábil a quaisquer questões que possam surgir na preparação do projeto.
- h) Plano de engajamento de participantes e comunicação social.

(b) Modelagem técnico-operacional

O documento deverá conter, no mínimo, nível de detalhamento de estudo contendo todas as informações técnicas necessárias e suficientes para a realização de processo licitatório, tais como:

- a) Descritivo conceitual do projeto, com infraestrutura necessária e especificidades da capacidade total;
- b) Definição das especificações mínimas para todas as instalações e serviços a serem prestados;
- c) Diretrizes construtivas;
- d) Especificação e dimensionamento das instalações, pessoal e equipamentos a serem empregados;
- e) Estimativas de custo individual das demandas complementares previstas incluindo a referência utilizada;
- f) Descrição das tecnologias disponíveis para a prestação dos serviços a serem concessionados;
- g) Indicação da tecnologia para cada etapa do sistema, instruída com justificativas e análises a partir das situações ambientais e geográficas do município;
- h) Projeção de demanda para utilização das estruturas de operação dos serviços a serem concessionados, considerando todo o período definido para a concessão;
- i) Identificação, análise e elaboração de Matriz de Riscos do projeto, inclusive de demanda, inovação tecnológica e ambiental;
- j) Descritivo de possíveis receitas acessórias geradas por meio de atividades complementares àquelas do objeto da Concessão;
- k) Identificação de Indicadores de Desempenho;
- l) Projeção de investimentos para cada um dos serviços a serem concessionados suficientemente detalhada para que seja possível a construção de um modelo econômico-financeiro. Deverão ser considerados, entre outros, os custos de:
 - 1. Pré-implantação – Estudo de Viabilidade, aquisição de terrenos, projetos e licenciamentos ambientais, etc.;
 - 2. Implantação;
 - 3. Operação, Manutenção e Monitoramento.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

(c) Estudo Ambiental

Deverão ser avaliados os aspectos ambientais que podem ter impacto no projeto, e contemplando:

- a) Levantamento da legislação pertinente como outorgas e licenças;
 - a. A emissão de quaisquer documentos levantados como necessários, não deverá ser feita pela Contratada.
 - b. Deverá ser emitido o Relatório de Atribuição, onde seja possível identificar a responsabilidade de cada ator envolvido, sobre a emissão de cada documento.
- b) Diretrizes a serem seguidas pela Concessionária para o processo de Licenciamento Ambiental do projeto, com descrição do rito de licenciamento e dos documentos e estudos a serem apresentados pela concessionária ao órgão licenciador;
- c) Identificação dos possíveis impactos ambientais (gerais) decorrentes das estruturas a serem implantadas e possíveis medidas mitigadoras, que devem compor a Matriz de Riscos (se for o caso);
- d) Indicação das diretrizes gerais relacionadas às Normas de Saúde e Segurança do Trabalho, conforme legislação vigente, a serem observadas pela Concessionária.

(d) Modelagem econômico-financeira

A avaliação Econômico-Financeira deverá abarcar todos os elementos relacionados à gestão, além da expansão do serviço a ser prestado para limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, com vistas à elaboração da Modelagem Econômico-Financeira que atenda ao projeto, contendo:

- a) Premissas macroeconômicas e financeiras;
- b) Fluxo de investimentos;
- c) Fluxos dos custos de operação e manutenção;
- d) Fluxo de receitas operacionais e acessórias (se houver);
- e) Cronograma físico-financeiro;
- f) Premissas fiscais e tributárias;
- g) Custo médio ponderado de capitais (WACC) e taxa interna de retorno (TIR) do projeto;
- h) Modelo de remuneração do ente privado;
- i) Definição dos vínculos com indicadores de desempenho;
- j) Resultados do modelo econômico-financeiro; e
- k) Plano de negócios referencial.

(e) Modelagem Jurídica

Deverá ser elaborada análise a respeito do panorama legal aplicável ao objeto da concessão com o intuito de reunir informações para subsidiar a viabilidade do projeto,



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

inclusive quanto aos aspectos da sua licitação e contratação, e identificação das limitações legais que condicionem o seu desenvolvimento, observando as especificidades e com foco no ente público.

Após tal análise, espera-se a definição das premissas jurídicas do modelo de concessão adotado, bem como análise jurídica quanto aos itens que podem ter impacto no projeto, devendo abarcar:

- a) Minutas de atos normativos como Projetos de Lei, Decretos, Portarias, mensagens, racionais, justificativas, e outros instrumentos necessários à viabilização do projeto;
- b) Levantamento do arcabouço regulatório do ponto de vista do manejo de resíduos sólidos urbanos do município;
- c) Análise das opções que o ente público possui para viabilizar o arranjo jurídico necessário para a implementação do projeto;
- d) Indicação das ferramentas jurídicas necessárias ao arranjo indicado, tais como convênios e outros contratos relevantes;
- e) Análise dos aspectos jurídicos e regulatórios à obtenção de licenças e autorizações necessárias ao projeto;
- f) Análise e indicação das formas de remuneração viáveis do serviço público delegável, assim como das receitas acessórias exploráveis;
- g) Avaliação final do desenho e estruturação do modelo jurídico;
- h) Mecanismos de garantias;

Os estudos deverão ter como produtos o Edital e Anexos de Concorrência Pública para a Concessão dos serviços públicos de gestão, gerenciamento e manejo dos resíduos sólidos urbanos.

1. Subprodutos

- a. Edital e minuta de contrato, adequados às regulamentações municipais, emitidas pela Procuradoria Municipal;
 - i. Definição dos seguros que serão exigidos;
 - ii. Mecanismos que deverão estar contratualmente presentes para disciplinar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão;
 - iii. Identificação dos requisitos a serem observados pela concessionária, como a formação de uma Sociedade de Propósito Específico;
 - iv. Definição das garantias de proposta e de execução contratual a serem exigidas na licitação e no contrato de concessão;
 - v. Indicação dos critérios de habilitação dos licitantes;
 - vi. Indicação dos critérios técnicos objetivos de julgamento das propostas;
 - vii. Definição dos índices de desempenho a serem considerados;
 - viii. Definição da Matriz de Risco;
 - ix. Regulação e fiscalização do contrato;
 - x. Penalidades para o inadimplemento das obrigações;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

- xi. Regras de pagamento vinculadas ao desempenho na execução do contrato, bem como outros aspectos jurídicos relevantes;
 - xii. Cláusulas com regramento dos mecanismos de resolução de conflito, rescisão, indenização, penalidade, encampação e reversão dos bens;
 - xiii. Diretrizes para a contratação do verificador independente; e
 - xiv. Demais documentos necessários à publicação do referido Edital com segurança jurídica.
-
- b. Caderno de Encargos;
 - c. Relação de Bens Reversíveis;
 - d. Diretrizes para elaboração da proposta técnica, caso necessário;
 - e. Diretrizes para elaboração da proposta comercial;
 - f. Diretrizes ambientais;
 - g. Indicadores de desempenho; e
 - h. Plano de Negócios Referencial.

III. Validação Externa

Quando da realização de Audiência e Consulta Pública, que visam conferir acesso público a todas as informações disponíveis e garantir o direito de manifestação de todos os interessados sobre o projeto, e são previstas para a consolidação da Concessão, a Contratada deverá prestar Consultoria Técnica ao município, com as seguintes previsões:

- a) Consultoria técnica de Engenharia, Jurídica e Econômico-Financeira quando da apresentação do projeto ao público;
- b) Auxílio na elaboração de respostas aos questionamentos e pedidos de esclarecimento;
- c) Verificação da pertinência e necessidades de alterações decorrentes das manifestações realizadas durante o processo de estruturação do projeto.

IV. Licitação e Contratação

Concluído o Projeto, deverá ser prestada consultoria técnica de engenharia, jurídico e econômico-financeiro à Comissão de Contratação quando da deflagração da fase externa do certame, e compreende as seguintes atividades:

- a) Auxílio à Comissão de Contratação nas respostas aos questionamentos dos licitantes quanto aos aspectos técnicos do projeto;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

- b) Consultoria Técnica à Comissão de Contratação na análise quanto ao atendimento dos aspectos técnicos de engenharia, jurídico e econômico indicados no Edital pelas licitantes.
- 3.3. Todos os aspectos jurídicos, bem como seus Produtos e Subprodutos, deverão ser alinhados às regulamentações municipais, e, sempre que exigido, submetidos e adequados à análise da Procuradoria Municipal;
- 3.4. Todos os aspectos econômico-financeiros, bem como seus Produtos e Subprodutos, deverão ser alinhados às regulamentações municipais, e, sempre que exigido, submetidos e adequados à análise da Secretaria Municipal de Controle Interno;
- 3.5. Deverão ser feitas reuniões técnicas de "ponto de controle" entre a equipe de fiscalização da Contratante, assessoria jurídica e controle interno municipais e a Contratada para manter o alinhamento do entendimento e facilitar esclarecimentos que possam surgir durante a execução contratual, sempre que se fizer necessário (art. 169, incisos I e II da 14133, que trata das linhas de controle - 1ª e 2ª).
- 3.6. Nas inconsistências e os conflitos entre as previsões, estudos, exigências e quaisquer aspectos feitos pela Contratada e aqueles regulamentados no município pelos respectivos órgãos, prevalecerão estes últimos.
- 3.7. Tendo em vista que os estudos técnicos do presente projeto têm por escopo a estruturação de uma concessão em qualquer de suas modalidades (concessão comum ou parceria público-privada), fica certo que a Contratada deverá fornecer o material adequado para a instrução do futuro edital nos termos da legislação aplicável, qual seja, elementos do projeto básico ou anteprojeto, ficando a elaboração dos projetos necessários ao empreendimento, sejam eles os projetos básicos ou executivos, a cargo da futura concessionária que vencer a licitação a ser estruturada pela Contratada.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Atendimento aos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Subcontratação

- 4.2. É vedada a Subcontratação do objeto, por se tratar de serviço de natureza intelectual multidisciplinar, para o qual se faz mais eficaz a integração entre os responsáveis técnicos das diferentes matérias envolvidas.
- 4.3. Ainda, apesar de haver estimativa financeira que apresenta valores variados para cada natureza de serviço envolvida, não há método para elencar a relevância técnica de cada um deles, de modo que seja possível definir, respeitado o aspecto técnico em conjunto com o aspecto financeiro, parcela de menor relevância, que possa ser subcontratada, sem prejuízo do resultado do Projeto como um todo.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

- 4.4. Considerada a usualidade do mercado, dispondo cada empresa do ramo de profissionais e recursos necessários para o objeto desta pretensa contratação, não há restrição da competitividade pela previsão de adjudicação a uma única empresa sem que seja possível a Subcontratação de qualquer parcela.
- 4.5. O tópico “JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO” dos Estudos Técnicos Preliminares, esclarece com maior detalhamento as vantagens da gestão isolada de uma única empresa dos serviços perseguidos neste Projeto Básico.

Garantia da contratação

- 4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por não ter sido levantada esta modalidade como mitigação dos riscos da contratação, quando da confecção e conclusão da Análise de Riscos (Anexo II do ETP).
- 4.7. Dado o vulto mediano da pretensa contratação, levantado na Cotação Estimada para o ETP, e o limite para a cobrança de Garantia de Propostas, se torna mais eficaz a previsão de Sanções Administrativas, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021, em detrimento de recepção de Garantia com o valor correspondente.

Seguro

- 4.8. Não haverá exigência de apólices de Seguro para a contratação.

Regulamentações

Os Produtos deverão seguir as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas pertinentes, pretendendo:

- a) Implementar, manter e aprimorar a gestão Administrativa e Operacional da Contratada;
- b) Assegurar sua conformidade com seus procedimentos definidos;
- c) Demonstrar conformidade a terceiros;
- d) Permitir auto avaliação, na Contratada, da conformidade com a Norma.

Deverão ser observadas as normas, regulamentos e legislação:

- a) Instruções e resoluções dos órgãos do sistema CREA/CAU;
- b) Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais;
- c) Normas brasileiras regulamentadas pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia);
- d) Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE;
- e) Normas internacionais específicas consagradas, se necessário;
- f) Outras normas aplicáveis ao objeto do Contrato.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

A Contratada deverá, ainda, ficar atenta a qualquer legislação pertinente não mencionada no Projeto Básico, devendo aplicar os normativos, sempre que for indispensável, sob pena de aplicação de penalidade.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Prazo de Vigência e Execução da Contratação

- 5.1. O prazo de execução da contratação é de 13 (treze) meses, sendo prorrogável nos moldes do artigo 111 da Lei Federal 14.133/2021, abrangendo a fase interna do planejamento, a fase externa da licitação, a consultoria para as audiências públicas e demais aspectos até a conclusão da contratação da Concessão.
- 5.2. O prazo de vigência da contratação é de 16 (dezesseis) meses, sendo prorrogável nos moldes do artigo 111 da Lei Federal 14.133/2021, e conforme inciso V do art. 20 do Decreto Municipal nº 119/2023.

5.2.1. Na hipótese de atrasos na conclusão do escopo em decorrência de culpa da contratada, deverão ser observados os termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei 14.133/2021.

Na hipótese de culpa da Contratada, as causas e grau do impacto deverão ser documentados e apresentados à Contratante mediante Reunião extraordinária para a oportunidade.

5.2.2. Na eventualidade de necessidade de prorrogação, e aceite da Contratante, nos termos do subitem anterior, a Contratada terá até 8 (oito) dias para a adequação do Cronograma Físico-Financeiro aos novos prazos.

5.2.3. Dado o regime de execução do objeto, não haverá, ainda que prorrogado o Contrato, previsão de pagamentos adicionais à Contratada, ficando ainda vinculados às Entregas de cada Produto (Marco) quaisquer pagamentos.

5.2.4. Atrasos no Cronograma ficarão submetidos à aplicação das Sanções pertinentes, conforme estabelecido neste Projeto Básico e no Contrato.

- 5.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Regime de execução

- 5.4. O regime de execução do contrato será **empreitada por preço unitário**, conforme inciso XXVIII do artigo 6º da Lei Federal 14.133/2021:

XXVIII - empreitada por preço unitário: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

A adoção do regime de empreitada por preço unitário justifica-se pela competência dos pagamentos estar vinculada a cada etapa do Cronograma de Desembolso. Será considerada “unidade determinada” cada um dos marcos de entrega.

- 5.5. Sendo para tanto estabelecidos como as “unidades determinadas”, cada um dos Produtos descritos no Cronograma Físico-Financeiro de Execução (Anexo V deste Projeto Básico).

Condições de execução

- 5.6. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.6.1. O contrato será assinado em até 05 (cinco) dias após homologação da licitação.

5.6.2. A contratada disporá de até 05 (cinco) dias após assinatura do contrato para elaborar o Plano de Trabalho e o Cronograma Físico-Financeiro ajustados, se for o caso, tendo como base os estimados neste Projeto Básico, e apresentá-los à Contratante em Reunião.

- I. Tanto a assinatura do Contrato quanto a Reunião para disponibilização dos documentos supracitados à Contratante, poderão ser feitas por meio digital, sempre que permitido pelas tecnologias e pela Contratante.

5.6.3. Na oportunidade de Reunião de alinhamento, deverá ser elaborado o Cronograma das demais reuniões, que deverão coincidir com, no máximo, 8 (oito) dias de antecedência de cada Marco de entrega.

- I. A contratada deverá, na ocasião de assinatura do contrato, disponibilizar formalmente, inclusive documentando para registro nos autos do processo desta contratação, o canal de atendimento pelo qual deverão ser encaminhadas quaisquer comunicações;
- II. Deverá ser designado formalmente o ponto focal da Contratada, responsável pelo atendimento à Contratante, de quem deverá ser informado o contato para quaisquer dúvidas, apontamentos, alinhamentos de prazo e etc, e o mesmo deverá estar lotado no escritório dentro do município;

- 5.6.3.II.1. O ponto focal deverá ter prontidão e priorizar o atendimento à Contratante, cabendo a ele dirimir quaisquer dúvidas, solucionar os erros ou falhas, alinhar prazos, métodos e cronogramas, e todas as demandas da execução do contrato.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

Materiais e Mão-de-Obra relevantes para o dimensionamento da proposta

- 5.7. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá dispor de mão-de-obra, dos materiais, equipamentos, ferramentas, softwares e licenças, quando couberem, necessários.
- 5.7.1. Todo o acervo necessário deverá compor os preços da Proposta da Contratada.
- 5.8. A mão-de-obra deverá ser integralmente da Contratada, não sendo permitida a delegação para funcionários da Administração Pública, a não ser para alinhamentos e ajustes previstos na forma de execução.
- 5.9. A mão de obra a ser empregada será sempre de inteira responsabilidade da contratada, devendo ser qualificada e credenciada nos órgãos regulamentadores, quando necessário, para a boa execução dos serviços contratados e atendimento às regulamentações.
- 5.10. A Contratada deverá manter envolvidos no atendimento da demanda, profissionais em número e capacitação adequados ao bom andamento dos serviços.
- 5.11. A CONTRATANTE poderá requerer o afastamento de qualquer empregado da CONTRATADA cuja atuação ou permanência no serviço prejudique o prosseguimento regular dos trabalhos, ou cujo comportamento seja julgado inconveniente, sem que fique obrigado a declarar os motivos dessa resolução.

Ponto Focal

- 5.12. Ao ponto focal compete:
- 5.13. Gerenciar todos os procedimentos e rotinas de trabalho com vistas a promover a qualidade na execução do objeto deste Contrato;
- 5.14. Manter a equipe atualizada quanto às normas técnicas, legais e administrativas e alinhamentos com a Contratante;
- 5.15. Realizar as Reuniões de Marco de Entrega;
- 5.16. Atender às solicitações da Contratante e dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir quanto ao objeto;
- 5.17. Atender prontamente as comunicações da Contratante.

Rotinas a serem cumpridas e resultados esperados

- 5.18. A Contratada assumirá total responsabilidade pelos serviços e métodos que entregar e indicar, de acordo com os documentos técnicos emitidos por ela, bem como pelos danos decorrentes da realização dos mesmos.
- 5.19. Toda e qualquer comunicação entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, deverá ser realizada através de profissional Ponto Focal designado pela CONTRATADA, em nível de gerência da empresa, que responderá a fiscalização designada pela CONTRATANTE.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

- 5.19.1. Incluem-se aqui as comunicações efetuadas para Apoio à Fiscalização.
- 5.19.2. Não será permitido o gerenciamento direto da CONTRATANTE aos profissionais da CONTRATADA, constituindo-se falta grave a permissão pela CONTRATADA a ocorrência deste fato, mesmo que a pedido da FISCALIZAÇÃO DESIGNADA PELA CONTRATANTE.
- 5.20. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO (Anexo III), a Contratada realizará a entrega dos produtos correspondentes ao cronograma.
- 5.21. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no CRONOGRAMA FÍSICO- FINANCEIRO, estiverem executados em sua totalidade.
- 5.22. Conforme aplicável, todos os serviços executados deverão seguir rigorosamente as normas da ABNT, adequadas a cada etapa efetuada.
- 5.23. Deverá ser entregue uma via dos registros de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) referentes às atividades técnicas necessárias ao objeto deste Projeto Básico, devidamente quitadas.
- 5.24. Deverão ser elaborados na oportunidade das Reuniões com a Contratante e Contratada, procedimentos detalhados visando sistematizar o desenvolvimento do contrato, em particular, referentes à:
- a) Preparação e atualização do Programa de Trabalho;
 - b) Relatórios;
 - c) Reuniões;
 - d) Habilitação do Pessoal;
 - e) Comunicações;
 - f) Fiscalização;
 - g) Faturamento.
- 5.25. Toda documentação técnica elaborada pela CONTRATADA relativa ao Objeto deste Projeto Básico será de propriedade exclusiva da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, que dela se utilizará conforme lhe convier.
- 5.26. É vedado à CONTRATADA dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros, qualquer dado ou documento preparado ou recebido para a execução dos serviços objeto deste Projeto Básico, cuidando da sua confidencialidade, salvo com prévia, formal e expressa autorização da Prefeitura Municipal de São Gonçalo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

Tipos de Serviços

Plano de trabalho							
Setor	Código	Profissional	Valor mensal	Quantidade	Tempo / Meses	% de tempo	TOTAL
Técnica	P8061	Engenheiro coordenador	R\$ 33.135,51	1	1	5%	R\$ 1.656,78
Técnica	P8058	Engenheiro ambiental pleno	R\$ 24.964,47	1	1	30%	R\$ 7.489,34
Econômico	P8047	Economista sênior	R\$ 19.971,67	1	1	20%	R\$ 3.994,33
Comunicação	P8094	Jornalista sênior	R\$ 14.936,66	1	1	20%	R\$ 2.987,33
Jurídico	P8003	Advogado sênior	R\$ 21.021,18	1	1	20%	R\$ 4.204,24
Administrativa	P8026	Auxiliar administrativo	R\$ 4.434,07	1	1	50%	R\$ 2.217,04
TOTAL							R\$ 22.549,05

ETAPA 1 - Diagnóstico							
Diagnóstico da Situação atual							
Setor	Código	Profissional	Valor mensal	Quantidade	Tempo / Meses	% de tempo	TOTAL
Técnica	P8061	Engenheiro coordenador	R\$ 33.135,51	1	1,50	10%	R\$ 4.970,33
Técnica	P8058	Engenheiro ambiental pleno	R\$ 24.964,47	1	1,50	50%	R\$ 18.723,35
Técnica	P8057	Engenheiro ambiental júnior	R\$ 22.597,25	1	1,50	60%	R\$ 20.337,53
Técnica	P8143	Técnico ambiental	R\$ 6.200,90	1	1,50	80%	R\$ 7.441,08
Jurídico	P8003	Advogado sênior	R\$ 21.021,18	1	1,50	5%	R\$ 1.576,59
Jurídico	P8002	Advogado pleno	R\$ 11.859,37	1	1,50	15%	R\$ 2.668,36
Administrativa	P8026	Auxiliar administrativo	R\$ 4.434,07	1	1,50	50%	R\$ 3.325,55
TOTAL							R\$ 59.042,78

ETAPA 2 - Estudos de Viabilidade Técnica, Econômico-Financeira e Ambiental (EVTEA)							
Plano de Comunicação e de Engajamento							
Setor	Código	Profissional	Valor mensal	Quantidade	Tempo / Meses	% de tempo	TOTAL
Técnica	P8061	Engenheiro coordenador	R\$ 33.135,51	1	1,00	15%	R\$ 4.970,33
Comunicação	P8094	Jornalista sênior	R\$ 14.936,66	1	1,00	70%	R\$ 10.455,66
Comunicação	P8093	Jornalista pleno	R\$ 8.223,45	1	1,00	100%	R\$ 8.223,45
Administrativa	P8026	Auxiliar administrativo	R\$ 4.434,07	1	1,00	50%	R\$ 2.217,04
TOTAL							R\$ 25.866,47



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

Estudo Ambiental							
Setor	Código	Profissional	Valor mensal	Quantidade	Tempo / Meses	% de tempo	TOTAL
Técnica	P8061	Engenheiro coordenador	R\$ 33.135,51	1	1	15%	R\$ 4.970,33
Técnica	P8058	Engenheiro ambiental pleno	R\$ 24.964,47	1	1	65%	R\$ 16.226,91
Técnica	P8143	Técnico ambiental	R\$ 6.200,90	1	1	100%	R\$ 6.200,90
Administrativa	P8026	Auxiliar administrativo	R\$ 4.434,07	1	1	50%	R\$ 2.217,04
TOTAL							R\$ 29.615,17

Modelagem econômico-financeira							
Setor	Código	Profissional	Valor mensal	Quantidade	Tempo / Meses	% de tempo	TOTAL
Econômico	P8047	Economista sênior	R\$ 19.971,67	1	1	80%	R\$ 15.977,34
Econômico	P8046	Economista pleno	R\$ 12.297,17	1	1	100%	R\$ 12.297,17
Administrativa	P8026	Auxiliar administrativo	R\$ 4.434,07	1	1	50%	R\$ 2.217,04
TOTAL							R\$ 30.491,54

Modelagem jurídica							
Setor	Código	Profissional	Valor mensal	Quantidade	Tempo / Meses	% de tempo	TOTAL
Jurídico	P8003	Advogado sênior	R\$ 21.021,18	1	1	20%	R\$ 4.204,24
Jurídico	P8002	Advogado pleno	R\$ 11.859,37	1	1	100%	R\$ 11.859,37
Técnica	P8066	Engenheiro de projetos pleno	R\$ 23.278,02	1	1	40%	R\$ 9.311,21
Econômico	P8046	Economista pleno	R\$ 12.297,17	1	1	20%	R\$ 2.459,43
Administrativa	P8026	Auxiliar administrativo	R\$ 4.434,07	1	1	50%	R\$ 2.217,04
TOTAL							R\$ 30.051,28

ETAPA 3 - VALIDAÇÃO EXTERNA							
Audiência e Consulta							
Setor	Código	Profissional	Valor mensal	Quantidade	Tempo / Meses	% de tempo	TOTAL
Técnica	P8061	Engenheiro coordenador	R\$ 33.135,51	1	1	5%	R\$ 1.656,78
Técnica	P8066	Engenheiro de projetos pleno	R\$ 23.278,02	1	1	13%	R\$ 3.026,14
Jurídico	P8003	Advogado sênior	R\$ 21.021,18	1	1	30%	R\$ 6.306,35
Administrativa	P8026	Auxiliar administrativo	R\$ 4.434,07	1	1	20%	R\$ 886,81
TOTAL							R\$ 11.876,09



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

ETAPA 4 - PROCESSO LICITATÓRIO							
Processo licitatório							
Setor	Código	Profissional	Valor mensal	Quantidade	Tempo / Meses	% de tempo	TOTAL
Técnica	P8061	Engenheiro coordenador	R\$ 33.135,51	1	4	3%	R\$ 3.313,55
Técnica	P8066	Engenheiro de projetos pleno	R\$ 23.278,02	1	4	3%	R\$ 2.793,36
Jurídico	P8003	Advogado sênior	R\$ 21.021,18	1	4	8%	R\$ 6.726,78
Administrativa	P8026	Auxiliar administrativo	R\$ 4.434,07	1	4	3%	R\$ 532,09
TOTAL							R\$ 13.365,78



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

Local e horário da prestação dos serviços

- 5.27. Por se tratar de serviço predominantemente intelectual, realizado nas dependências da Contratada, não há previsão de fiscalização dos horários de trabalho.
- 5.28. Os serviços deverão ser realizados nas dependências da Contratada, ficando a mesma obrigada ao cumprimento dos prazos definidos no Cronograma Físico- Financeiro, e o Ponto Focal, à disposição da Contratante.

Especificação da Garantia dos serviços

- 5.29. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 5.30. O prazo de garantia contratual do(s) serviço(s) é de 5 (cinco) anos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao conhecimento do dano, conforme previsto no artigo 27 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) para projetos, previstos na Seção II da referida Lei.
- 5.31. A garantia abrange a realização da correção do(s) serviço(s) executado(s), pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de mão-de-obra Contratada por aquela, e autorizada pela Contratante, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 5.32. Uma vez notificada, a Contratada deverá atender a solicitação de correção no prazo estabelecido pela Contratante, que observará os princípios da razoabilidade e proporcionalidade na determinação do prazo, com base no volume de revisões a serem realizadas no material.
- 5.33. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

- 5.34. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o serviço será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. A comunicação por escrito sempre deverá ser feita por email, tendo como destinatário(s) da Administração o(s) endereço(s) eletrônico(s): semcon.pmsg@gmail.com, sendo que qualquer alteração será comunicada à contratada.
- 6.5. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.7. A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e análises, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.
- 6.8. A Fiscalização caberá a comissão designada por ato do Secretário(a) Municipal de Conservação. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.
- 6.9. A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.
- 6.10. Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame de sua atuação, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. A omissão de eventuais problemas diante da Contratante implicará aceite e consequente assunção das consequências e aplicação das sanções cabíveis à contratada.
- 6.11. A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva e intransferível da CONTRATADA no que concerne, à sua atuação e às



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades no serviço não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

- 6.12. A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.
- 6.13. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios ocultos, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

Fiscalização Técnica

- 6.14. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.15. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.16. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção do produto do serviço, determinando prazo para a correção, conforme o previsto neste Projeto Básico.
- 6.17. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.18. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.19. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação, prorrogação ou finalização contratual.

Fiscalização Administrativa

- 6.20. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

- 6.21. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

- 6.22. Cabe ao gestor do contrato:
- 6.23. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a das atas de reunião, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.24. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.25. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.26. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.27. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.28. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da administração.
- 6.29. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

Do recebimento

- 7.1. A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços e aplicar os métodos, regulamentos e exigências objeto deste Projeto Básico em perfeitas condições e no prazo indicado, em estrita observância às especificações deste instrumento, do Edital e da proposta, acompanhados das respectivas notas fiscais.
- 7.2. A CONTRATADA responsabiliza-se pelos vícios e danos decorrentes da execução, de acordo com os artigos 12, 13, 17, 18, 26 e 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);
- 7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Projeto Básico e na proposta.
- 7.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes de findado o prazo do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Projeto Básico e na proposta, devendo ser substituídos de acordo com este Projeto Básico.
- 7.5. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do término do prazo de recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e dos produtos e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o recebimento definitivo não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 7.7. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.9. O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.10. Só serão aceitos os serviços e produtos que estiverem de acordo com as especificações exigidas, desde que aprovados e em conformidade com a proposta, presença de conformidade da Nota Fiscal correspondente, demais referências que permitam a perfeita análise e aceitação.
- 7.11. A CONTRATADA responsabiliza-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham incidir na execução do objeto deste objeto, correndo a cargo do CONTRATANTE apenas o pagamento dos valores registrados para custo dos serviços.

- 7.12. O objeto poderá sofrer acréscimos ou supressões nos limites previstos no art.125, da Lei Federal nº 14.133/21.

Condições de pagamento

- 7.13. Os pagamentos deverão ser efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 7.14. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias úteis, contados da data de adimplimento da parcela correspondente, obedecido o disposto no Decreto Municipal 01/2020.
- 7.15. Os pagamentos serão efetuados em conformidade com as etapas estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro (Anexo III), tendo contado como período-base para faturamento cada etapa até o Marco de Entrega correspondente.
- 7.15.1. Eventuais atrasos na entrega acarretarão a retenção do valor correspondente ao pagamento dos produtos compreendidos no Marco de Entrega atrasado, até que seja consumada sua entrega integral, observadas as previsões de conformidade definidas neste item.
- 7.16. O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, deverá ser protocolado pela própria contratada no PROTOCOLO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO.
- 7.17. A contratante informará a contratada os dados da fonte da qual provém os recursos para o pagamento, e da nota fiscal ou do documento de cobrança deverá constar a respectiva fonte de recursos além da razão social, CNPJ e endereço completo da contratante, que deverão espelhar aqueles do Contrato.
- 7.18. Da Nota Fiscal, deverá constar ainda: o objeto, obrigatoriamente em conformidade com a descrição contida em sua proposta; o número do contrato; número da(s) Ordem(ns) de Serviços; e dados bancários da destinatária, com indicação do banco, agência e conta.
- 7.19. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

- 7.20. Em todos os recebimentos, a fiscalização do contrato deverá realizar consulta ao SICAF para:
- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital, inclusive no que compete à regularidade fiscal, trabalhista e econômico-financeira;
 - b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 7.21. Na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, a comprovação deverá ser feita mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores da documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.22. Constatando-se, junto ao SICAF ou sítios oficiais, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.
- 7.22.1. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.23. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis a inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.24. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurado o direito ao contratado da ampla defesa.
- 7.25. Em comprovada a regularidade de condições da contratada, os relatórios emitidos pelo SICAF, ou Certidões/Comprovantes de Regularidade, se for o caso, deverão ser anexados ao documento de cobrança atestado pela Fiscalização e, após, deverá ser protocolado pela própria contratada, processo de pagamento, no PROTOCOLO GERAL da Prefeitura Municipal de São Gonçalo.
- 7.26. No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.
- 7.27. Somente será executado procedimento de atesto e consultas de regularidade da contratada quando da apresentação de nota fiscal válida.
- 7.28. O pagamento à CONTRATADA somente será realizado em razão do quantitativo efetivamente fornecido e aceito, no período-base mencionado no subitem 7.15, e dentro dos procedimentos expressos neste Projeto Básico.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

- 7.29. Quando o modelo de execução do contrato previr entregas parceladas, sob nenhuma hipótese a Contratante estará obrigada a efetuar o pagamento integral do contrato, mas apenas aquele montante que de fato fora entregue e aceito.
- 7.30. O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.
- 7.31. Os pagamentos serão efetuados via crédito em conta corrente conforme dados da Proposta apresentada pela Contratada.
- 7.32. Não há previsão de pagamentos antecipados, visto o vínculo dos pagamentos ao efetivo cumprimento do Cronograma Físico-Financeiro.

Reajuste

- 7.33. O contrato somente terá seu preço reajustado sob ocasionalidade de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior, do qual seja devidamente comprovado o impacto direto no objeto da contratação.
- 7.34. Nos caso previstos acima, os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fornecido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), calculado por meio da seguinte fórmula:
- $$R = Po [(I - I_o) / I_o]$$
- Onde:
- R = valor do reajuste;
- I = índice mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;
- I_o = índice mensal relativo ao mês anterior ao da apresentação da Proposta; Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.
- 7.35. Caso o índice previsto neste Edital seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. A Contratada deverá manter equipes condizentes com a formação e a experiência necessária para o desenvolvimento dos trabalhos.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

- 8.2. A CONTRATADA obriga-se a atender prontamente a quaisquer exigências do CONTRATANTE, inerentes ao objeto da presente licitação.
- 8.3. Assumir a integral responsabilidade e garantia pela execução de qualquer modificação ou projeto alternativo que forem por ela propostos e aceitos pelo Contratante, incluindo eventuais consequências advindas destas modificações nos serviços seguintes.
- 8.4. Entregar à CONTRATANTE uma via dos registros de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) referentes às atividades técnicas necessárias ao objeto deste Projeto Básico, devidamente quitadas.
- 8.5. Manter o Ponto Focal responsável pela chefia dos trabalhos, com capacidade para responder pelas partes técnica e administrativa do contrato, bem como para assumir a representação da Contratada perante o Contratante em todos os assuntos relativos à execução dos serviços. Esse Ponto Focal deverá ser por ela designado e desempenhar as suas funções até o encerramento do contrato.
- 8.6. Obter, sempre que necessário à execução do escopo, dados e documentos com a Contratante ou por outros meios, encaminhando as informações para a análise e aprovação da Contratante;
- 8.7. Respeitar e fazer respeitar, sob as penas legais, a legislação municipal;
- 8.8. Entregar relatórios mensais de andamento do trabalho, conforme modelo a ser disponibilizada pela fiscalização;
- 8.9. Deve comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecedem à data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 8.10. Deve manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 8.11. Não deve transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.
- 8.12. Executar o objeto ao qual está obrigada, em estrita observância e de acordo com todas as exigências contidas no Projeto Básico;
- 8.13. Tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;
- 8.14. Responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;
- 8.15. Atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

- 8.16. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta e responsabilidade, os serviços recusados pelo CONTRATANTE no prazo determinado pela Fiscalização;
- 8.17. Responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços até o seu término:
- a) Em caso de ajuizamento de ações trabalhistas em face da CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão do Município de São Gonçalo ou de entidade da Administração Pública indireta como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;
 - b) No caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;
 - c) As retenções previstas nas alíneas “a” e “b” poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município de São Gonçalo ou o CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o Município de São Gonçalo ou entidade da Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;
 - d) Eventuais retenções previstas nas alíneas “a” e “b” somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.
- 8.18. Responsabilizar-se, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do Projeto Básico, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, assim como pelo refazimento do serviço recusado, sem ônus para o(a) CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;
- 8.19. Responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Contrato, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;
- 8.20. Cumprir durante toda a execução do contrato as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
- 8.21. Informar casos de conflito de interesse que possam ocorrer na vigência do contrato, caracterizados por vínculo de qualquer parte interessada da Contratada ou de seus parceiros ou funcionários, ou dirigentes vierem a criar ou manter vínculo de natureza técnica,



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

- 8.22. Informar endereço(s) eletrônico(s) para comunicação e recebimento de notificações e intimações, inclusive para fim de eventual citação judicial;
- 8.23. Comprovar o cadastramento de seu endereço eletrônico perante os órgãos do Poder Judiciário, mantendo seus dados atualizados para fins de eventual recebimento de citações e intimações;
- 8.24. Efetuar a retenção na fonte do imposto de renda sobre os pagamentos feitos às pessoas físicas e jurídicas, com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, observadas as exigências constantes no ordenamento.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 9.1. Prestar à Contratada todas as informações solicitadas e necessárias para a execução dos serviços;
- 9.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Projeto Básico e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 9.3. Comunicar à CONTRATADA por escrito sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto entregue, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 9.4. Realizar a fiscalização, recebimentos e os pagamentos na forma e condições previstas neste Projeto Básico;
- 9.5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Projeto Básico, o Contrato e seus anexos.
- 9.6. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 9.7. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.
- 9.8. Cientificar a procuradoria do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado
- 9.9. A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Projeto Básico, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração, a licitante que:

- a) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- b) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

10.3. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.3.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art.156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.3.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d”, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h”, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.3.4. Multa:

- I. Moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia, de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- II. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

- III. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “a” a “d” do subitem 10.1, de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato
 - IV. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 10.2, de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato
 - V. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 10.2, a multa será de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
 - VI. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 10.2, a multa será de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.
 - VII. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 10.2, a multa será de 10% (dez por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
- 10.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 10.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 10.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
 - 10.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 10.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
 - 10.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
 - 10.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
 - 10.10.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 10.10.2. As peculiaridades do caso concreto;
 - 10.10.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes (arts. 24 e 25 do decreto municipal 083/2023);
 - 10.10.4. Os danos que dela provierem para o contratante;
 - 10.10.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

- 10.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 10.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 10.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 10.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 10.15. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇO

- 11.1. O prestador de serviço será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pela **MELHOR TÉCNICA E PREÇO**.
- 11.2. O objeto da pretensa contratação será licitado pela modalidade concorrência para a adoção do critério de julgamento de melhor técnica e preço, necessário para a análise do aspecto técnico, dada a natureza predominantemente intelectual dos serviços, que se enquadram nas alíneas a) e c) do inciso XVIII do artigo 6º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Vistoria

- 11.3. Por se tratar de objeto para o qual a Vistoria preliminar pode ser importante para o conhecimento do cenário, será assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10 horas às 16 horas.

11.3.1. A vistoria tem por finalidade apresentar ao licitante a rota de coleta, documentação vigente, mapas e fotos, e demais informações técnicas que possam auxiliar no dimensionamento da Proposta de elaboração dos estudos técnicos.

11.4. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

11.5. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

11.6. Para realização da visita técnica será necessário o agendamento prévio junto a Secretaria Municipal de Conservação, que atenderá aos pedidos de segunda a sexta-feira, das 09:00 às 17:00 horas.

11.6.1. Os pedidos deverão ser enviados ao e-mail: semcon.pmsg@gmail.com.

11.7. A administração deixará facultativo às empresas que vierem a participar do certame a realização de visita técnica, a partir do dia da publicação do edital, até 24 (vinte e quatro) horas em dias úteis que antecedem a data para abertura das propostas, a fim de que os interessados que desejarem, tomem conhecimento das condições técnicas e dificuldades para executar o objeto;

11.8. Será emitido Atestado de Visita, conforme Anexo IV deste Projeto Básico, ao licitante que optar por realiza-la, e o Atestado de Visita deverá compor a documentação enviada para a Qualificação Técnica.

11.9. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar Declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação e a Declaração deverá compor a documentação enviada para a Qualificação Técnica.

11.10. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento do cenário, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais objeto da futura Concessão, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Da participação de empresas reunidas em consórcio

11.11. Não será admitida a participação de empresas reunidas em Consórcio, por haver previsão de número competitivo de empresas no mercado que, isoladamente podem atender satisfatoriamente ao objeto.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

- 11.12. A aceitação de participação de Consórcios fere o princípio da competitividade, dada a robustez desta natureza de formação empresarial, que poderia inviabilizar a participação de demais empresas de forma isolada, e consequente possibilidade de mácula do procedimento.

Da participação de Cooperativas

- 11.13. Não será admitida participação de cooperativas, de acordo com o previsto na Súmula nº 281 TCU):
- “É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.”
- 11.14. A análise da exequibilidade da proposta de preços nos serviços deverá ser realizada com o auxílio da planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final;
- 11.15. A planilha de composição de preços deverá ser encaminhada, mediante solicitação do Agente de Contratação, exclusivamente via sistema, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor;
- 11.16. O prazo para envio da Planilha de Composição de Preços é de 24h (vinte e quatro horas) em dias úteis a contar da convocação emitida pelo Agente de Contratação;
- 11.17. Erros no preenchimento da planilha não desclassificarão da proposta, contando que a planilha possa ser ajustada sem majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 11.18. Não serão admitidos na planilha valores simbólicos, irrisórios ou iguais a zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, salvo quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 11.19. A equipe técnica responsável pela elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares e deste Projeto Básico procederá à análise dos custos constantes da planilha para avaliação da adequação da proposta da licitante ora classificada em primeiro lugar, concomitantemente com a análise de sua Proposta e Qualificação Técnicas.
- 11.20. A equipe técnica poderá promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

12. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Habilitação jurídica



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

- 12.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede e documento oficial de identificação do empresário;
- 12.2. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> e documento oficial de identificação do empresário;
- 12.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento oficial de identificação de seus administradores;
- 12.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020 e documento oficial de identificação de seus administradores.
- 12.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório e documento oficial de identificação de seus administradores;
- 12.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz e documento oficial de identificação de seus administradores;

12.6.1. São considerados documentos oficiais de identidade:

I – Carteira de Identidade Civil – (RG – Registro Geral ou Carteira de Identidade de

Estrangeiro – RNE – Registro Nacional de Estrangeiro, ambos com foto que identifiquem o portador);

II – Carteira Nacional de Habilitação – CNH ou Permissão para Dirigir – PPD (Conforme Ofício CONTRAN nº 02/2017 a CNH vencida poderá ser utilizada como documento de identificação)

III – Carteiras Funcionais de servidores públicos no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

IV – Documentos de identidade militar expedidas pelo Ministério da Defesa (Exército, Marinha e Aeronáutica);

V- Identidades Funcionais, emitidas pelas polícias federais (Polícia Federal,



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

Polícia

Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal), polícias estaduais (Polícia Civil, Polícia Militar) e do Corpo de Bombeiros, emitidas pelos respectivos órgãos;

VI- Documentos de identidade de Conselhos ou Ordens de Classe, em plena validade.

VII – Passaporte válido.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 12.7. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 12.8. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 12.9. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 12.10. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 12.11. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/ Distrital relativo ao domicílio ou sede do prestador de serviço, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 12.12. Prova de regularidade com a Fazenda e Advocacia, se for o caso, Estadual/ Distrital do domicílio ou sede do prestador de serviço, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de débitos e da dívida ativa;
- 12.13. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do prestador de serviço, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 12.14. Prova de regularidade com a Fazenda e Advocacia, se for o caso, Municipal/Distrital do domicílio ou sede do prestador de serviço, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de débitos e da dívida ativa;
 - 12.14.1. Caso o prestador de serviço seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão do órgão respectivo do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

- 12.15. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 12.16. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do prestador de serviço – Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 12.17. Certidão de Licitação Pública (CLP) onde constem os Distribuidores da sede da empresa licitante;
- 12.18. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
 - 12.18.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
 - 12.18.2. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação **Patrimônio Líquido** mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da parcela pertinente.
- 12.19. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo prestador de serviço.
- 12.20. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
- 12.21. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 12.22. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no prazo limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped.
- 12.23. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

Qualificação Técnico – Operacional

- 12.24. Atestado de Visita Técnica, fornecido e assinado pelo servidor do órgão fiscalizador; ou não tendo sido realizada a visita, Declaração Formal acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 12.25. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), em plena validade.
- 12.25.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- 12.26. Comprovação de aptidão da entidade para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 12.26.1. Será admitida a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.
- 12.26.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 12.26.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, nota(s) fiscal(is), cópia do(s) contrato(s) que deu(deram) suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos, inclusive in loco.
- 12.26.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- 12.26.5. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.
- 12.26.6. A apresentação, pelo prestador de serviço, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.
- 12.26.7. No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, todas (com o atestado do mesmo profissional) serão inabilitadas.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

12.26.8. Não será aceita a comprovação de aptidão de que trata este objeto por meio de documento emitido pela própria licitante ou por empresa do mesmo grupo.

12.26.9. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

Consultoria para a elaboração de modelagens operacional, econômico-financeira e jurídica e estudo ambiental para estruturação de uma concessão ou parceria público-privada para a prestação de serviços públicos de manejo de resíduos sólidos urbanos para município, com no mínimo, de 448.000 habitantes, que corresponde a 50% da população de São Gonçalo de acordo com o último censo publicado pelo IBGE (<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/sao-goncalo.html>), seguindo o previsto no § 2º do artigo 67 da lei 14.133/2021.

12.26.10. A necessidade de que seja comprovada experiência prévia na elaboração de Projetos para manejo de resíduos sólidos se justifica por, dentro do rol de serviços tipificados como saneamento básico, não haver objeto semelhante a este, com logística rodoviária, descarte final, e atuação urbana, mas, os serviços que estão regulamentados pela mesma Lei, se tratam de manejo de resíduos líquidos ou água, via dutos, o que não caracteriza semelhança com o objeto desta pretensa contratação, culminando na especificidade do objeto.

12.26.11. A Lei Federal 14.133/2021 prevê para a comprovação de aptidão técnica:

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

12.26.12. Para a pretensa contratação, não há como definir parcelas de maior ou menor relevância técnica, visto que os serviços são complementares entre si, de acordo com a especialidade técnica de cada profissional envolvido, conforme já esclarecido no ETP e neste Projeto Básico.

Qualificação Técnico-Profissional

12.26.13. Comprovação de que o licitante possui ou possuirá até a data de assinatura do Contrato, em seu quadro permanente, profissional(is) de nível superior devidamente reconhecidos pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou do Conselho de Engenharia e Agronomia (CREA), que será **RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO SERVIÇO**, detentor(es) de Atestados de Responsabilidade Técnica vistados pelo CAU ou CREA, que comprove(m) ter executado serviços de características técnicas



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

iguais ou similares à do objeto do presente termo, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

- 12.26.14. Entende-se como “igual ou similar” o serviço executado nos moldes dos subitens 12.27.10 a 12.27.13, ou seja, adotados os mesmos parâmetros para a comprovação técnico- operacional da entidade.
- 12.26.15. O profissional indicado como responsável técnico, constante no item anterior, deverá, **NO INÍCIO DO SERVIÇO E DURANTE TODA A SUA EXECUÇÃO**, possuir vínculo empregatício com a empresa proponente;
- 12.26.16. Essa comprovação será feita mediante a apresentação de um dos documentos abaixo:
- e) “Ficha” de Registro de Trabalho, autenticado junto a DRT – Delegacia Regional do Trabalho acompanhado da guia do último mês de recolhimento do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço que conste o (s) nome (s) do (s) profissional (is);
 - f) Contrato de Trabalho em CTPS – (Carteira de Trabalho e Previdência Social);
 - g) Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será realizada mediante a apresentação do Contrato Social ou Certidão da Junta Comercial ou Ato Constitutivo devidamente atualizados, registrado no órgão competente.
 - h) Contrato de prestação de serviços devidamente registrado em cartório de títulos e documentos.
- 12.26.17. Em caso de afastamento por qualquer motivo, o mesmo deverá ser substituído imediatamente por profissional de experiência igual ou superior, que deverá apresentar a mesma documentação.

Disposições gerais sobre habilitação

- 12.26.18. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 12.26.19. Na hipótese de o prestador de serviço ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 12.26.20. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF/NIRE diferentes daqueles referentes a empresa licitante, salvo aqueles legalmente permitidos.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

12.26.21. Se o prestador de serviço for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o prestador de serviço for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

13. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

13.1. As propostas técnicas dos licitantes serão avaliadas em função:

- (a) da experiência geral das licitantes considerando os resultados dos seus serviços, bem como a similaridade das atividades executadas com o presente projeto, com fundamento no artigo 37, I, da Lei Federal 14.133/2021;
- (i) Vale ressaltar que no processo de estruturação de concessões há um peso significativo para projetos que tiveram êxito em comparação àqueles que apenas ficaram no papel. Isto porque aqueles cujas etapas são todas concluídas, tendo culminado no respectivo contrato de concessão assinado, passam por importantes crivos pelos quais não é possível avaliar se passariam os projetos que não foram concluídos. Alguns exemplos desses obstáculos são: a aprovação efetiva do poder concedente, que se consubstancia de forma inequívoca com a publicação do edital; a atratividade do projeto à iniciativa privada, não tendo sido deserta a licitação; a superação de questionamentos de órgãos de controle, tais como Tribunal de Contas e Ministério Público, quase que inevitáveis nesses processos; a superação de impugnações e judicializações dos projetos por terceiros.
- (ii) Neste sentido, a fim de ampliar a concorrência, a Administração optou por habilitar todos os licitantes que comprovarem experiência na modelagem e estruturação desses projetos, independentemente do resultado que eles tiverem. No entanto, tendo em vista o peso significativo da experiência em projetos exitosos, e nos termos do artigo 37, I, da Lei Federal 14.133/2021, esta qualificação será um diferencial nas propostas técnicas.
- (iii) Ademais, também com fundamento no artigo 37, I, da Lei Federal 14.133/2021, a experiência geral das empresas será avaliada verificando-se a quantidade de atividades similares ao objeto a ser contratado, o que reforça o intuito de apurar e pontuar o know-how da licitante em relação à execução contratual, cerne da proposta técnica, e portanto, de alta relevância.
- (iv) Dada a relevância da comprovação da experiência da empresa e o grau absoluto de objetividade na metodologia de análise adotada no edital, este quesito terá o maior peso na avaliação da proposta técnica.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

- (b) da compreensão do escopo dos serviços e plano de trabalho, com fundamento no artigo 37, II, da Lei Federal 14.133/2021.
- (i) Com fundamento no artigo 37, II, da Lei Federal 14.133/2021, será avaliada a capacidade de entendimento de todo o contexto do objeto a ser contratado, envolvendo não apenas o que será entregue, mas também como e por quê. Para tais fins, o licitante deverá apresentar a sua compreensão do escopo dos serviços e um plano de trabalho.

13.2. A pontuação referente à alínea “a” do item 13.2 seguirá os seguintes critérios:

(a) A licitante deverá apresentar atestado técnico-operacional, acompanhado de C.A.T. - Certidão de Acervo Técnico emitida em nome do engenheiro responsável pelos respectivos trabalhos, comprovando sua experiência na execução de serviços com características de complexidade, objeto e escopo similares ao que segue:

“Consultoria para a modelagem ou estruturação de uma concessão ou parceria público-privada para a prestação de serviços públicos de manejo de resíduos sólidos.”

(b) A descrição acima baseia-se no objeto da contratação e no Estudo Técnico Preliminar que precedeu o presente Projeto Básico.

(c) Ressalta-se que a exigência de apresentação da C.A.T referida acima tem como única finalidade proporcionar “uma forma célere e segura de conferir a autenticidade e veracidade das informações existentes nos atestados” (Acórdão 2.326/2019, Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler), não configurando a exigência de que a empresa seja a detentora do C.A.T, o que seria vedado pela regulamentação, nos termos do artigo 55 da Resolução CONFEA 1.025/2009.

(d) A forma de comprovação do vínculo do profissional seguirá os mesmos critérios do item relativo à qualificação técnica.

(e) Atestados utilizados pelas licitantes para fins de pontuação da Proposta Técnica não poderão ser utilizados para comprovação de sua qualificação técnica na fase de habilitação.

(f) Para efeito de pontuação, serão admitidos até no máximo 5 (cinco) atestados no total que atendam ao item “a” acima, sendo que a pontuação de cada um deles seguirá os parâmetros da tabela abaixo, que terá a pontuação máxima de 100 pontos.

(g) A pontuação dos atestados deverá ser de acordo com a seguinte matriz:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

Parâmetro	Pontos por atestado	Pontuação Máxima	Número de atestados apresentados que atendam ao critério (preencher de 0 a 5)	Pontuação Obtida
Dos serviços de consultoria tenha resultado o edital de concorrência pública completo com seus respectivos anexos, mas este não foi publicado oficialmente.	5	25		
Dos serviços de consultoria tenha resultado o edital de concorrência pública completo com seus respectivos anexos e referido edital tenha sido publicado oficialmente, independentemente do resultado da licitação. Não será considerada publicação oficial a publicação do edital para fins de consulta pública.	10	50		
Dos serviços de	20	100		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

Parâmetro	Pontos por atestado	Pontuação Máxima	Número de atestados apresentados que atendam ao critério (preencher de 0 a 5)	Pontuação Obtida
consultoria tenha resultado o edital de concorrência pública completo com seus respectivos anexos, referido edital tenha sido publicado oficialmente e a respectiva licitação tenha sido concluída. A conclusão da licitação deverá ser comprovada por meio de publicação oficial de sua homologação ou do extrato do respectivo contrato assinado.				
Total				

13.3. A pontuação referente à alínea “b” do item 13.2 seguirá os seguintes critérios:

- (a) A licitante deverá demonstrar compreensão do escopo e percepção geral dos serviços a serem executados, demonstrando capacidade de implantar metodologia apropriada para os trabalhos, mobilizar recursos humanos e materiais condizentes com a real necessidade das atividades a desempenhar;
- (b) A licitante deverá identificar os condicionantes técnicos e executivos para a execução



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

de suas atribuições, considerando as diretrizes das especificações e normas técnicas fornecidas no Edital e Anexos, de forma a garantir a qualidade e conformidade dos serviços a serem executados;

(c) A licitante deverá demonstrar a compreensão do objeto da licitação. Na percepção dos serviços a serem desempenhados, deverá, também, ser capaz de identificar e descrever os aspectos particulares e notáveis julgados relevantes, destacando, no mínimo, os seguintes elementos:

•Conhecimento dos temas:

I. Características do Município de São Gonçalo e questões relevantes;

- a. Cada município possui particularidades como número de habitantes, densidade demográfica, área urbana e rural, sazonalidade populacional (ex: cidades turísticas), topografia, distribuição territorial, atividades econômicas e infraestrutura urbana. Essas informações de maneira geral permitem levantar a qualidade, as especificidades e a demanda dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, ou seja, a quantidade de resíduos gerados, periodicidade dos serviços de limpeza pública, bem como a quantidade de equipes, veículos e equipamentos necessários para execução dos serviços.
- b. Desta forma, a estruturação de uma concessão de serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos tem como etapa inicial um diagnóstico do Município, envolvendo as características gerais e de prestação dos serviços desta área do saneamento. Trata-se de condição imprescindível para a execução do projeto, pois as diversas informações que são levantadas nessa etapa inicial de diagnóstico serão premissas para os estudos que serão desenvolvidos na etapa seguinte para a seleção da melhor rota tecnológica para a gestão dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no Município.
- c. Neste sentido, o conhecimento das características do Município por parte do licitante é condição básica para que demonstre estar apto a prestar os serviços. Ressalta-se que, a fim de se evitar qualquer restrição à competição ou protecionismo local, o nível de conhecimento que se exigirá do licitante nesta etapa será com base em dados secundários e disponíveis ao público, de forma que poderão ser acessados e analisados pelo licitante.

II. Política Nacional de Resíduos Sólidos e Marco Legal do Saneamento Básico;

- a. A Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelecida pela Lei Federal nº 12.305/2010, e o Marco Legal do Saneamento Básico, criado pela Lei Federal nº 11.445/2007 e com reformulações decorrentes da Lei Federal nº 14.026/2020, são a espinha dorsal do arcabouço legal dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. Além disso, é com base



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

nesses diplomas legais que se justifica a concessão desses serviços. É imprescindível, portanto, que também se demonstre o conhecimento desse tema.

III. Inovações tecnológicas para o manejo dos resíduos sólidos urbanos

- a. Um dos princípios fundamentais dos serviços públicos de saneamento básico, conforme o seu marco legal (artigo 2º, VIII, da Lei 11.445/2007), é o “estímulo à pesquisa, ao desenvolvimento e à utilização de tecnologias apropriadas, consideradas a capacidade de pagamento dos usuários, a adoção de soluções graduais e progressivas e a melhoria da qualidade com ganhos de eficiência e redução dos custos para os usuários”, inclusive nas disposições relativas aos aspectos econômicos e sociais desses serviços, mais especificamente na instituição de tarifas, preços públicos e taxas. (artigo 29, VII, da Lei 11.445/2007).
- b. O estudo tecnológico do projeto é tema de grande relevância e sensibilidade, sendo necessário analisar qual das tecnologias disponíveis é a que melhor se adequa às características do Município, à composição gravimétrica dos resíduos gerados, ao mercado da região para eventual comercialização de produtos resultantes da recuperação e tratamento dos resíduos, entre outros fatores.
- c. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010), ao definir “rejeitos”, um dos conceitos essenciais dessas atividades, o faz em função das tecnologias disponíveis e viáveis: “resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada”.
- d. A importância do tema reflete-se também na própria definição de “serviço adequado” prevista na Lei Federal nº 8.987/1995 (Lei de Concessões), que inclui, entre os requisitos para um serviço público prestado de forma adequada sob uma concessão, a sua atualidade, que “compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações” do serviço.
- e. Neste sentido, trata-se de tema de extrema relevância, de forma que a Administração julgou conveniente exigir a demonstração de seu conhecimento pelos licitantes.

•Plano de Trabalho Preliminar:

IV. Plano de Trabalho preliminar que considere a natureza dos temas envolvidos, metodologia de execução e o fluxo de atividades.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

- a. A avaliação, pela equipe técnica, de que o licitante tem a expertise da execução dos serviços será viabilizada pela demonstração do licitante, por meio do plano de trabalho, que abordará a metodologia apropriada, os recursos necessários e os aspectos técnicos que garantirão a qualidade dos serviços.

(d) Dentre as atividades anteriormente especificadas, serão considerados no Critério de Pontuação os seguintes níveis de desempenho e valores:

Item de Análise	Níveis de Desempenho e Pontuação			
	Excele nte	Bo m	Regul ar	Inadequa do
Conhecime nto dos Temas	50	40	25	0,0
Característic as do Município de São Gonçalo e questões relevantes	15	12	7,5	0,0
Política Nacional de Resíduos Sólidos e Marco Legal do Saneamento Básico	15	12	7,5	0,0
Inovações	20	16	10	0,0



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

tecnológicas para o manejo dos resíduos sólidos urbanos				
Plano de Trabalho Preliminar	50	40	25	0,0
Plano de Trabalho Preliminar	50	40	25	0,0
Total	100	80	50	0,0

(e) Para demonstrar o Conhecimento do Escopo dos Serviços, Metodologia e Plano de Trabalho Preliminar, a licitante deverá apresentar um documento com até 50 (cinquenta) páginas formato A4, com textos, gráficos, tabelas, mapas e ilustrações que julgar pertinentes para perfeita compreensão do trabalho apresentado.

13.4. A Proposta de Preço para executar as atividades do escopo de serviços deste Projeto Básico deverá conter os preços unitários relativos a cada produto, bem como o preço total, que consistirá no preço da empresa ("Pi") a ser considerado na fórmula da Nota Atribuída à Proposta de Preço. Os seguintes elementos deverão ser considerados na Proposta de Preço:

- (a) Atender às especificações definidas neste Projeto Básico;
- (b) Apresentar **planilha de custos** com valor somatório total para o período de execução do objeto do contrato de todos os itens para a realização das atividades previstas e especificadas;
- (c) No preço proposto serão computadas todas as despesas para a entrega do(s) bem(ns), incluindo a totalidade dos custos diretos e indiretos do objeto da presente licitação,



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

constituindo obrigação da licitante a previsão do pagamento dos salários de todos os seus empregados e respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como todos os tributos, encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, inclusive seguros, multas, e outras despesas relacionadas ao objeto da licitação e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste Projeto Básico, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta licitação;

(d) Nenhuma reivindicação para majoração do preço da proposta será considerada se decorrer de erro ou má interpretação do objeto licitado. Considerar-se-á que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todos os serviços;

13.5. O julgamento das propostas será realizado da seguinte forma:

(c) Nota Técnica. Exame realizado por Equipe Técnica designada definirá o julgamento da proposta técnica e definirá a Nota Técnica Total (NTT) da empresa licitante. O julgamento da proposta técnica deverá atender às condições gerais estabelecidas neste Projeto Básico.

(d) O valor da Nota Técnica Total é obtido pela seguinte fórmula:

$$NTT = 0,8NT1 + 0,2NT2$$

A Nota Técnica Total (NTT) será calculada pelo somatório dos pontos obtidos em cada um dos itens conforme quadro abaixo:

Tema	Pontos Parciais	Pontos Máximos
NT1 – Experiência geral das empresas considerando os resultados dos seus serviços, bem como a similaridade das atividades executadas com o presente projeto	100	100
NT2 – Compreensão do Escopo	100	100



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

dos Serviços e Plano de Trabalho		
NT3 “i” – Conhecimento dos Temáticas e Atividades	50	
NT3 “ii” – Plano de Trabalho	50	
NTT (Nota Técnica Total)		0,8NT1 + 0,2NT2 = 100

(b) Nota Técnica para Fins de Classificação Final. Para fins de cálculo da classificação final, a Nota Técnica Total de cada licitante será cotejada com a Nota Técnica Total máxima entre todas as apresentadas, por meio da seguinte fórmula:

$$NTF = 100 \times (NTTi / NTTm)$$

Onde:

NTF = Nota Técnica Final da empresa “i”;

NTTi = Nota Técnica Total da empresa “i” de acordo com o item “a” acima;

NTTm = máxima pontuação observada dentre todas as empresas. Considera-se o cálculo com 2 (duas) casas decimais em todos os valores.

13.6. A avaliação das propostas técnicas deverá ser feita em observância às seguintes condições gerais:

(a) Será designada Equipe Técnica para atribuição de julgamento da proposta técnica, de acordo com orientações e limites definidos neste Projeto Básico, a ser constituída por servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros do Município ou por profissionais contratados por conhecimento técnico, experiência ou renome na avaliação dos quesitos especificados no Projeto Básico.

(b) Serão desclassificadas tecnicamente as propostas técnicas que deixarem de apresentar quaisquer documentos ou informações exigidas neste Projeto Básico ou o fizerem em desacordo com as condições ora prescritas.

(c) Serão desclassificadas as empresas que apresentarem proposta técnica com preços ou indicações de custos relativos à proposta de preço.

(d) Após a divulgação do resultado do julgamento referente ao exame da proposta técnica, a Comissão de Contratação convocará as licitantes habilitadas e classificadas tecnicamente para a abertura das propostas de preço.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

(e) As notas obtidas devem ser arredondadas até os centésimos de acordo com os critérios da NBR 5891-ABNT- regras de arredondamento na numeração decimal.

13.7. Nota Atribuída à Proposta de Preço

13.7.1. Serão avaliadas somente as propostas de preço das empresas que forem consideradas qualificadas tecnicamente. À empresa qualificada tecnicamente será atribuída uma Nota de Preço de acordo com a seguinte formulação:

$$NP_i = 100 \times (P_m / P_i)$$

Onde:

NP_i = Nota de Preço;

P_m = Menor preço apresentado dentre as propostas válidas;

P_i = Preço da empresa “i”;

Considera-se o cálculo com 2 (duas) casas decimais em todos os valores.

13.8. Classificação Final

13.8.1. A classificação das licitantes será feita de acordo com a Nota Geral Total obtida por licitante, de acordo com a seguinte fórmula:

13.8.2. A ponderação entre a nota técnica e o preço será de 70% da nota técnica e 30% do preço, conforme abaixo:

I.

$$NGT = 0,7NTF + 0,3NP_i$$

Onde:

NGT = Nota Geral Total;

- NTF = Nota Técnica Final;
- NP_i = Nota de Preço.

14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

- 14.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 400.114,25 (quatrocentos mil, cento e quatorze reais e vinte e cinco centavos)**, conforme custos unitários apostos na Planilha Orçamentária, Anexo I deste Projeto Básico.
- 14.2. Para efeito de aceitabilidade das Propostas de Preços, serão considerados os valores Global e Unitários, conforme Planilha de Composição de Custos, apresentada juntamente com a Proposta Final.
- 14.3. Os valores máximos aceitáveis são aqueles estimados pela Administração, conforme a Planilha Orçamentária.
- 14.4. O custo estimado da presente contratação foi obtido mediante:

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 15.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: SEMCON;
- II) Fonte de Recursos: 150000000000, 10400000014 e 170500000014;
- III) Programa de Trabalho: 2073.18.542.2081.2236;
- IV) Natureza de Despesa: 3.3.90.3900;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

ANEXO III – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Quantidade dos serviços

Serviço	Quant	Unidade	Valor	Total
Plano de Trabalho				R\$ 32.983,63
Plano de Trabalho	1	Relatório	R\$ 32.983,63	R\$ 32.983,63
ETAPA 1 - Diagnóstico				R\$ 86.022,26
Diagnóstico	1	Relatório	R\$ 86.022,26	R\$ 86.022,26
ETAPA 2 - Estudos de Viabilidade Técnica, Econômico-Financeira e Ambiental (EVTEA)				R\$ 259.461,46
Plano de Engajamento de Stakeholders e Comunicação Social	1	Relatório	R\$ 42.121,74	R\$ 42.121,74
Modelagem técnico-operacional	1	Relatório	R\$ 88.928,63	R\$ 88.928,63
Estudo Ambiental	1	Relatório	R\$ 43.430,17	R\$ 43.430,17
Modelagem econômico-financeira	1	Relatório	R\$ 40.961,85	R\$ 40.961,85
Modelagem jurídica	1	Relatório	R\$ 44.019,05	R\$ 44.019,05
ETAPA 3 - VALIDAÇÃO EXTERNA				R\$ 20.141,39
Audiência e Consulta	1	Relatório	R\$ 20.141,39	R\$ 20.141,39
ETAPA 4 - PROCESSO LICITATÓRIO				R\$ 21.424,61
Processo licitatório	1	Relatório	R\$ 21.424,61	R\$ 21.424,61
TOTAL				R\$ 420.033,34



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

ANEXO IV – BDI;

Benefícios e Despesas Indiretas - BDI	
Despesas Indiretas	% sobre CD
Administração Central	6,00%
Despesas Financeiras	0,00%
Riscos	0,00%
Seguros e Garantias Contratuais	0,00%
Subtotal 1	6,0%
Benefícios	% sobre CD
Lucro	12,0%
Subtotal 2	12,0%
Tributos	% sobre CD
PIS	0,62%
COFINS	3,00%
ISS	5,00%
Subtotal 3	8,6%
Total - BDI (%)	26,6%



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

ANEXO V- CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO;

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO															
DISCRIMINAÇÃO	VALOR PAGAMENTO POR ETAPA/PRODUTO	MESES													TOTAIS
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	
PLANO DE TRABALHO															7,94%
Produto: Plano de Trabalho	R\$ 31.754,29	7,94%													7,94%
ETAPA 1 - DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL															20,29%
Produto: Diagnóstico da Situação Atual	R\$ 81.165,32			20,29%											20,29%
ETAPA 2 - ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA, ECONÔMICO-FINANCEIRA E AMBIENTAL (EVTEA)															62,01%
Produto: Plano de engajamento de participantes e comunicação social	R\$ 40.052,28				10,01%										10,01%
Produto: Modelagem técnico-operacional	R\$ 83.949,88					20,98%									20,98%
Produto: Estudo Ambiental	R\$ 41.407,94						10,35%								10,35%
Produto: Modelagem econômico-financeira	R\$ 41.457,80							10,36%							10,36%
Produto: Modelagem Jurídica	R\$ 41.253,61								10,31%						10,31%
ETAPA 3 - VALIDAÇÃO EXTERNA															4,74%
Audiência e consulta pública do projeto	R\$ 18.946,72									4,74%					4,74%
ETAPA 4 - LICITAÇÃO E CONTRATATAÇÃO															5,03%
Licitação e contratação	R\$ 20.126,43													5,03%	5,03%
Valor Total =	R\$ 400.114,25														100,00%



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

ANEXO VI – PROPOSTA COMERCIAL

Serviço	Descrição	Valor	Total
Plano de Trabalho			
Plano de Trabalho	Mão de obra	R\$	R\$
	Logística e outros	R\$	
Subtotal			R\$
ETAPA 1 - Diagnóstico			
Diagnóstico	Mão de obra	R\$	R\$
	Logística e outros	R\$	
Subtotal			R\$
ETAPA 2 - Estudos de Viabilidade Técnica, Econômico-Financeira e Ambiental (EVTEA)			
Plano de Engajamento de Stakeholders e Comunicação Social	Mão de obra	R\$	R\$
	Logística	R\$	
Modelagem técnico-operacional	Mão de obra	R\$	R\$
	Logística	R\$	
Estudo Socioambiental	Mão de obra	R\$	R\$
	Logística	R\$	
Modelagem econômico-financeira	Mão de obra	R\$	R\$
	Logística	R\$	
Modelagem jurídica	Mão de obra	R\$	R\$
	Logística	R\$	
Subtotal			R\$
ETAPA 3 - VALIDAÇÃO EXTERNA			
Audiência e Consulta	Mão de obra	R\$	R\$
	Logística	R\$	
Subtotal			R\$
ETAPA 4 - PROCESSO LICITATÓRIO			
Processo licitatório	Mão de obra	R\$	R\$
	Logística	R\$	
Subtotal			R\$
TOTAL SEM BDI			R\$
TOTAL COM BDI			26,62% R\$



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

ANEXO VII – MODELO ATESTADO DE VISITA;

A Secretaria Municipal de Conservação, por meio deste atestado de Visita, declara que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ enviou profissional credenciado, conforme disposto no Edital Concorrência PMSG nº XXX/2025, para vistoriar o local, visando obter ciência das condições e coletar informações de todos os dados e elementos que possam vir a ter influência no valor da proposta a ser apresentada, e neste ato declaram que:

Estão cientes de que todas as condições relativas à execução do serviço licitado, e a execução do serviço objeto da presente licitação será realizada em conformidade com o discriminado no Edital e seus anexos e demais normas pertinentes.

São Gonçalo, _____ de _____ de 2025.

De acordo:

Nome completo, assinatura e carimbo do responsável designado pela Secretaria Municipal de Conservação.

Nome completo, assinatura e carimbo do representante credenciado pelo Licitante.

A Visita foi realizada no dia ____/____/2025 às _____ horas.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

**ANEXO VIII – MODELO DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO LOCAL E DE SUAS
CONDIÇÕES.**

À

Comissão Permanente de Licitação

CONCORRÊNCIA PMSG: nº _____/2025

A Empresa (Razão Social da Licitante) _____, através da presente, declara para os devidos fins, que temos pleno conhecimento de todas as informações, das condições locais e dificuldades para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, relativamente ao Edital em epígrafe.

E por ser verdade, assina a presente declaração sob as penas da lei.

São Gonçalo, de 2025.

Nome, Cargo e Assinatura da do Representante Legal

Dados do Declarante:

Razão Social e Carimbo do CNPJ



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

ANEXO IX – MODELO DECLARAÇÃO CONSOLIDADO

À Prefeitura Municipal de São Gonçalo

Concorrência Pública: _____/2025

Processo: XXXX/2025

Objeto: Concessão Administrativa para a prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos– São Gonçalo RJ.

Eu, _____ (Representante Legal devidamente qualificado) da empresa _____, inscrita sob o CNPJ de nº _____, DECLARO, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que a empresa:

1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;
2. Apresenta proposta que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
3. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
4. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
5. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do artigo 63, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021;
6. Cumpre as exigências contidas no §1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021;
7. Não possui em seu quadro funcional, profissional que tenha ocupado cargo integrante do 1º e 2º escalões da administração direta ou indireta do município nos últimos 12 meses.
8. Recebeu todos e documentos necessários para participar da licitação e de que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação;
9. Conforme Decreto nº 7.203, de 2010, artigo 7º, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

confiança no órgão Contratante nos editais de licitação para a contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado, assim como os convênios e instrumentos equivalentes para contratação de entidade que desenvolva projeto no âmbito de órgão ou entidade da administração pública federal.

Para os fins do disposto neste item considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010).

Eu, _____, sob as penas da Lei, declaro:

() Que não sou cônjuge, companheiro(a) ou parente, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, de ocupante de cargo em comissão, função de confiança de direção, chefia ou assessoramento ou função comissionada do poder executivo federal no IFRS.

() Que possuo vínculo de cônjuge, companheiro(a) ou parente, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, ocupante de cargo em comissão, função de confiança, direção, chefia ou assessoramento ou função comissionada do poder executivo federal no IFRS;

10. Que não há fato impeditivo para a participação da licitante na Concorrência Pública e que os sócios ou acionistas eleitos para mandato de administração ou direção da empresa não se encontram impedidos de praticar atos da vida civil, nem estão sob restrição dos direitos decorrente de sentença condenatória criminal transitada em julgado;

11. Que cumpre as normas relativas à saúde e segurança do trabalho de seus empregados em atendimento à legislação pertinente;

12. Para fins do disposto do art. 67, inciso III da Lei 14.133/2023, **possui ou possuirá** no ato da contratação, instalações, aparelhamento e equipe técnica suficiente para realização dos serviços, objeto desta licitação, compreendendo os serviços descritos no Projeto Básico.

_____, de _____ de 2025.

NOME (RESPONSÁVEL TÉCNICO OU REPRESENTANTE LEGAL)

CPF nº: _____

RG nº: _____ (assinatura e carimbo)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

ANEXO X
MINUTA DE CONTRATO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Termo de Contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DO SÃO GONÇALO, por meio da Secretaria Municipal de Conservação como CONTRATANTE, e a _____, como CONTRATADA, para a execução de serviços técnicos visando o desenvolvimento de estudos e modelagens para a estruturação de projeto de Concessão dos serviços de gestão, gerenciamento e manejo dos resíduos sólidos urbanos do município de São Gonçalo.

Aos dias ____ do mês de _____ do ano de _____, na _____[*endereço do órgão contratante*], o **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**, por meio da Secretaria Municipal de Conservação, a seguir denominado **CONTRATANTE**, representado pelo Secretário Municipal de Conservação, e a sociedade_____, estabelecida na _____[*endereço da sociedade CONTRATADA*], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____[*representante da sociedade adjudicatária*] têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA CP Nº ____/_____, realizado por meio do processo administrativo nº 39.072/2024, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/1990 e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O objeto do presente Contrato é a contratação de serviços técnicos para o desenvolvimento de estudos técnicos e modelagens para a estruturação de projeto de concessão dos serviços de gestão, gerenciamento e manejo dos resíduos sólidos urbanos do Município de São Gonçalo, conforme as especificações constantes deste Contrato, do Edital e/ou do Termo de Referência acostadas ao processo administrativo nº 39.072/2024.

Parágrafo Primeiro – O objeto do Contrato será executado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo nº 39.072/2024, na Descrição dos Serviços, no Cronograma Físico-Financeiro, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

O valor total do presente Contrato é de R\$ _____ (por extenso), cuja composição se encontra especificada na Planilha Orçamentária e Formação de Preços, anexo III do Edital.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos deverão ser efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro - O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias úteis, contados da data de adimplimento da parcela correspondente, obedecido o disposto no Decreto Municipal 01/2020.

Parágrafo Segundo - Os pagamentos serão efetuados em conformidade com as etapas estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro (Anexo V), tendo contado como período-base para faturamento cada etapa até o Marco de Entrega correspondente.

Parágrafo Terceiro - Eventuais atrasos na entrega acarretarão a retenção do valor correspondente ao pagamento dos produtos compreendidos no Marco de Entrega atrasado, até que seja consumada sua entrega integral, observadas as previsões de conformidade definidas neste item.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

Parágrafo Quarto - O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, deverá ser protocolado pela própria contratada no PROTOCOLO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO.

Parágrafo Quinto - A contratante informará a contratada os dados da fonte da qual provém os recursos para o pagamento, e da nota fiscal ou do documento de cobrança deverá constar a respectiva fonte de recursos além da razão social, CNPJ e endereço completo da contratante, que deverão espelhar aqueles do Contrato.

Parágrafo Sexto - Da Nota Fiscal, deverá constar ainda: o objeto, obrigatoriamente em conformidade com a descrição contida em sua proposta; o número do contrato; número da(s) Ordem(ns) de Serviços; e dados bancários da destinatária, com indicação do banco, agência e conta.

Parágrafo Sétimo - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

Parágrafo Oitavo - Em todos os recebimentos, a fiscalização do contrato deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital, inclusive no que compete à regularidade fiscal, trabalhista e econômico-financeira;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

Parágrafo Nono - Na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, a comprovação deverá ser feita mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores da documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Décimo - Constatando-se, junto ao SICAF ou sítios oficiais, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

Parágrafo Décimo Primeiro - O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Parágrafo Décimo Segundo - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis a inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Parágrafo Décimo Terceiro - Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurado o direito ao contratado da ampla defesa.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

Parágrafo Décimo Quarto - Em comprovada a regularidade de condições da contratada, os relatórios emitidos pelo SICAF, ou Certidões/Comprovantes de Regularidade, se for o caso, deverão ser anexados ao documento de cobrança atestado pela Fiscalização e, após, deverá ser protocolado pela própria contratada, processo de pagamento, no PROTOCOLO GERAL da Prefeitura Municipal de São Gonçalo.

Parágrafo Décimo Quinto - No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Décimo Sexto - Somente será executado procedimento de atesto e consultas de regularidade da contratada quando da apresentação de nota fiscal válida.

Parágrafo Décimo Sétimo - O pagamento à CONTRATADA somente será realizado em razão do quantitativo efetivamente fornecido e aceito, no período-base mencionado no parágrafo segundo, e dentro dos procedimentos expressos no Projeto Básico.

Parágrafo Décimo Oitavo - Quando o modelo de execução do contrato previr entregas parceladas, sob nenhuma hipótese a Contratante estará obrigada a efetuar o pagamento integral do contrato, mas apenas aquele montante que de fato fora entregue e aceito.

Parágrafo Décimo Nono - O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

Parágrafo Vigésimo - Os pagamentos serão efetuados via crédito em conta corrente conforme dados da Proposta apresentada pela Contratada.

Parágrafo Vigésimo Primeiro - Não há previsão de pagamentos antecipados, visto o vínculo dos pagamentos ao efetivo cumprimento do Cronograma Físico-Financeiro.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

O contrato somente terá seu preço reajustado sob ocasionalidade de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior, do qual seja devidamente comprovado o impacto direto no objeto da contratação.

Parágrafo Primeiro – Nos caso previstos acima, os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fornecido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), calculado por meio da seguinte fórmula:

$$R = Po [(I-Io)/Io]$$

Onde:

R = valor do reajuste;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

I = índice mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;

Io = índice mensal relativo ao mês anterior ao da apresentação da Proposta;

Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

Parágrafo Segundo – Caso o índice previsto neste Contrato seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA não terá direito ao reajuste do preço das etapas do serviço que, comprovadamente, sofrerem atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também das que forem executadas fora do prazo, sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

CLÁUSULA SEXTA-REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 120 (cento e vinte) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE EXECUÇÃO

A forma de execução dos serviços objeto do presente contrato obedecerá ao Termo de Referência (Anexo I do Edital de Concorrência Eletrônica nº _____).

CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

Parágrafo Primeiro - A Fiscalização da execução dos serviços caberá a comissão designada por ato do Secretário Municipal de Conservação. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Terceiro - Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Quarto - A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

Parágrafo Quinto - A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

CLÁUSULA NONA – PRAZO

A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento e vigorará por 16 (dezesesseis) meses contados a partir memorando de início, prorrogável automaticamente nos termos do artigo 111 da Lei nº 14.133/2021, e conforme inciso V do art. 20 do Decreto Municipal nº 119/2023.

Parágrafo Primeiro – Os prazos de cumprimento das etapas são aqueles constantes do Cronograma Físico-Financeiro (Anexo V).

Parágrafo Segundo – O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo – O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- I - A Contratada deverá manter equipes condizentes com a formação e a experiência necessária para o desenvolvimento dos trabalhos.
- II - A CONTRATADA obriga-se a atender prontamente a quaisquer exigências do CONTRATANTE, inerentes ao objeto da presente licitação.
- III - Assumir a integral responsabilidade e garantia pela execução de qualquer modificação ou projeto alternativo que forem por ela propostos e aceitos pelo Contratante, incluindo eventuais consequências advindas destas modificações nos serviços seguintes.
- IV - Entregar à CONTRATANTE uma via dos registros de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) referentes às atividades técnicas necessárias ao objeto deste Projeto Básico, devidamente quitadas.
- V - Manter o Ponto Focal responsável pela chefia dos trabalhos, com capacidade para responder pelas partes técnica e administrativa do contrato, bem como para assumir a representação da Contratada perante o Contratante em todos os assuntos relativos à execução dos serviços. Esse Ponto Focal deverá ser por ela designado e desempenhar as suas funções até o encerramento do contrato.
- VI - Obter, sempre que necessário à execução do escopo, dados e documentos com a Contratante ou por outros meios, encaminhando as informações para a análise e aprovação da Contratante;
- VII - Respeitar e fazer respeitar, sob as penas legais, a legislação municipal;
- VIII - Entregar relatórios mensais de andamento do trabalho, conforme modelo a ser disponibilizada pela fiscalização;
- IX - Deve comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecedem à data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- X - Deve manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- XI - Não deve transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.
- XII - Executar o objeto ao qual está obrigada, em estrita observância e de acordo com todas as exigências contidas no Projeto Básico;
- XIII - Tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

execução dos trabalhos;

XIV - Responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;

XV - Atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;

XVI - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta e responsabilidade, os serviços recusados pelo CONTRATANTE no prazo determinado pela Fiscalização;

XVII - Responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços até o seu término:

a) Em caso de ajuizamento de ações trabalhistas em face da CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão do Município de São Gonçalo ou de entidade da Administração Pública indireta como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

b) No caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

c) As retenções previstas nas alíneas “a” e “b” poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município de São Gonçalo ou o CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o Município de São Gonçalo ou entidade da Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;

d) Eventuais retenções previstas nas alíneas “a” e “b” somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.

XVIII - Responsabilizar-se, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do Projeto Básico, com as normas da



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, assim como pelo refazimento do serviço recusado, sem ônus para o(a) CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

XIX - Responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Contrato, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;

XX - Cumprir durante toda a execução do contrato as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

XXI - Informar casos de conflito de interesse que possam ocorrer na vigência do contrato, caracterizados por vínculo de qualquer parte interessada da Contratada ou de seus parceiros ou funcionários, ou dirigentes vierem a criar ou manter vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

XXII - Informar endereço(s) eletrônico(s) para comunicação e recebimento de notificações e intimações, inclusive para fim de eventual citação judicial;

XXIII - Comprovar o cadastramento de seu endereço eletrônico perante os órgãos do Poder Judiciário, mantendo seus dados atualizados para fins de eventual recebimento de citações e intimações;

XXIV - Efetuar a retenção na fonte do imposto de renda sobre os pagamentos feitos às pessoas físicas e jurídicas, com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, observadas as exigências constantes no ordenamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

I - Prestar à Contratada todas as informações solicitadas e necessárias para a execução dos serviços;

II - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Projeto Básico e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

III- Comunicar à CONTRATADA por escrito sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

objeto entregue, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

IV- Realizar a fiscalização, recebimentos e os pagamentos na forma e condições previstas no Projeto Básico;

V - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Projeto Básico, o Contrato e seus anexos.

VI - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

VII - Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.

VIII - Cientificar a procuradoria do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado

IX- A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Projeto Básico, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

O recebimento do objeto do contrato previsto na CLÁUSULA SEGUNDA se dará mediante a avaliação de servidores designados pelo Secretário Municipal de Conservação, que constatarão se o objeto entregue atende a todas as especificações contidas no Projeto Básico.

Parágrafo Primeiro – O objeto do presente contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao pagamento.

Parágrafo Segundo – Os serviços prestados em desacordo com a especificação do Edital e seus Anexos, e da Proposta deverão ser recusados pela Comissão responsável pela fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de recusa de recebimento, a CONTRATADA deverá reexecutar os serviços não aceitos, em prazo a ser estabelecido pela CONTRATANTE, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do CONTRATANTE da data da efetiva aceitação. Caso a



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

CONTRATADA não reexecute os serviços não aceitos no prazo assinado, a CONTRATANTE se reserva o direito de providenciar a sua execução às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas devidamente fundamentadas no processo administrativo de contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Parágrafo Primeiro - Comete infração, a licitante que:

- a) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- b) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo Segundo - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

Parágrafo Terceiro - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art.156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” referente ao §2º, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, do §1º, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, do §2º, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- d. Multa:
 - I. Moratória, para infrações descritas no alínea “d” do §1º, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia, de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - II. O atraso referente ao não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - III. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “a” a “d” do §1º, de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.
 - IV. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do §2º, de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.
 - V. Para infração descrita na alínea “b” do §2º, a multa será de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
 - VI. Para infrações descritas na alínea “d” do §2º, a multa será de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.
 - VII. Para a infração descrita na alínea “a” do §2º, a multa será de 10% (dez por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

Parágrafo Quarto - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Quinto - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Sexto - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

Parágrafo Sétimo - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Oitavo - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Parágrafo Nono - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Décimo - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- I. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. As peculiaridades do caso concreto;
- III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes (arts. 24 e 25 do decreto municipal 083/2023);
- IV. Os danos que dela provierem para o contratante;
- V. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Décimo Primeiro - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

Parágrafo Décimo Segundo - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Décimo Terceiro - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Décimo Quarto - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo Décimo Quinto - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – RECURSOS

A CONTRATADA poderá apresentar:

- a) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da intimação da aplicação das penalidades.
- b) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **3 (três) dias úteis** contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;
- c) **Pedido de Reconsideração** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da ciência da aplicação da penalidade de inidoneidade para licitar e contratar.

Parágrafo Único – Os recursos a que aludem as alíneas “a” e “b” do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – EXTINÇÃO

O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO

14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à **multa** de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato.

Parágrafo Quarto – A **multa** referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- (a) a devolução da garantia;
- (b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- (c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- (d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a Subcontratação do objeto, por se tratar de serviço de natureza intelectual multidisciplinar, para o qual se faz mais eficaz a integração entre os responsáveis técnicos das diferentes matérias envolvidas.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

Parágrafo Primeiro - Ainda, apesar de haver estimativa financeira que apresenta valores variados para cada natureza de serviço envolvida, não há método para elencar a relevância técnica de cada um deles, de modo que seja possível definir, respeitado o aspecto técnico em conjunto com o aspecto financeiro, parcela de menor relevância, que possa ser subcontratada, sem prejuízo do resultado do Projeto como um todo.

Parágrafo Segundo - Considerada a usualidade do mercado, dispondo cada empresa do ramo de profissionais e recursos necessários para o objeto desta pretensa contratação, não há restrição da competitividade pela previsão de adjudicação a uma única empresa sem que seja possível a Subcontratação de qualquer parcela.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários à execução dos serviços ora contratados correrão à conta _____, tendo sido empenhada a importância de R\$ _____, por meio da Nota de Empenho nº _____, ficando o restante a ser empenhado à conta do orçamento do próximo exercício.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO

Fica eleito o Foro de São Gonçalo para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município além da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

O CONTRATANTE providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao Tribunal de Contas na forma da legislação aplicável.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

- a) Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- b) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em _____ () vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

São Gonçalo, _____ de _____ de _____.

Secretário ou Diretor de _____

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO**

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)